



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

REGIS ALBERTO GUERINI FILHO

O DIREITO À CIDADE: OCUPAR E RE-EXISTIR

Guerini Filho, Regis Alberto.

O Direito à Cidade: Ocupar e re-existir / Regis
Alberto Guerini Filho, 2019

106 f. : il.36

Orientador: Cláudio Silveira Amaral

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2019

1. Direito à cidade. 2. Movimentos sociais
urbanos. 3. Utopia. 4. Urbanismo. I. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação. II. Título.

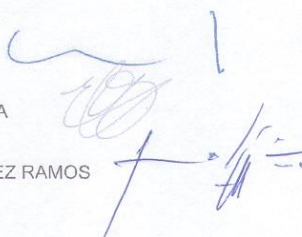
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE REGIS ALBERTO GUERINI FILHO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2019, às 15:00 horas, no(a) Sala de Reuniões Seção Técnica de Pós-graduação da FAAC, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLAUDIO SILVEIRA AMARAL - Orientador(a) do(a) Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru - UNESP, Prof. Dr. EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA do(a) PPG/História / UNESP/Assis, Prof. Dr. FERNANDO GUILLERMO VÁZQUEZ RAMOS do(a) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO / UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de REGIS ALBERTO GUERINI FILHO, intitulada **O DIREITO À CIDADE: OCUPAR E RE-EXISTIR**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. CLAUDIO SILVEIRA AMARAL

Prof. Dr. EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA

Prof. Dr. FERNANDO GUILLERMO VÁZQUEZ RAMOS



REGIS ALBERTO GUERINI FILHO

O DIREITO À CIDADE: OCUPAR E RE-EXISTIR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profº Dr. Cláudio S. Amaral

BAURU
2019

Em memória de:

Alberto Guerini (1927-2003), que em dia de eleição vestia sua melhor camisa
para votar nulo.

Djanira Cunha (1930-2009), a maior lutadora que eu conheci.

Regis Alberto Guerini (1954-2007), quem me ensinou a duvidar da verdade
absoluta.

AGRADECIMENTOS:

Quando comecei essa jornada uma professora muito querida me advertiu que a pesquisa era um processo penoso e solitário. De fato vivenciei momentos de solidão, mas ao contrário do que dizem por aí, não somos uma ilha. E por isso mesmo aproveitei o momento para agradecer às pessoas que me apoiaram nessa jornada.

Em primeiro lugar ao meu orientador, amigo e professor Cláudio Silveira Amaral, pelo apoio, pela orientação e por acreditar em mim.

À minha mãe e minha irmã, por serem meus pilares.

Ao amigo Wagner Zuri, pelo carinho e por me acolher em seu ateliê.

À Professora Salete, ou Saletinha como preferimos, pelos abraços e pelo exemplo.

À Ariella Oliveira Silva, pelo incentivo nos primeiros passos.

Ao amigo João Felipe Lança, por me acolher em sua casa.

À Veridiana Carvalho Sousa, por ter me estendido a mão.

Ao companheiro de deriva: Luís Hiroshi, por ter me apresentado a fotografia.

À Carolina Laiate por aquele domingo na Mauá.

Ao meu “irmão caçula” Guilherme Gasques, e a toda nossa “turma sem maturidade”, ao lado de vocês tudo se tornou mais divertido.

Aos meus alunos do Senac Taboão da Serra, por me lembrarem a todo o tempo o porquê disso tudo.

À Ocupação Mauá, por me abrirem as portas e pelo exemplo de luta.

RESUMO

A pesquisa apresenta como objeto de estudo o conceito de direito à cidade e suas manifestações nos movimentos sociais urbanos contemporâneos tomando como recorte a ocupação do antigo Hotel Santos Dumont localizado na Rua Mauá número 340, no bairro da Luz na cidade de São Paulo. O direito à cidade pode ser entendido sob duas óticas diferentes entre si, no entanto, uma definição não exclui a validade da outra no contexto das disputas pelas cidades tanto no plano físico como na esfera do simbólico. A primeira destas óticas está atrelada a um recorte de acesso aos comuns urbanos, nesse sentido, é possível inserir no histórico da busca por este direito os movimentos populares por moradia, educação, mobilidade urbana, saúde, cultura, etc. Outro entendimento possível situa o direito à cidade na esfera do simbólico, e está mais ligado à origem do conceito. Embora as lutas pelo direito à cidade sejam anteriores, o termo chega ao nosso vocabulário na obra-manifesto homônima escrita pelo filósofo francês Henri Lefebvre no final da década de 1960. Em linhas gerais, para Lefebvre o direito à cidade pode ser entendido como o direito de transformarmos o espaço urbano, aproximando-o dos desejos de nossos corações.

Palavras-chave: Utopia, Direito à Cidade, Movimentos Sociais Urbanos.

ABSTRACT

The research presents as an object of study the concept of the right to the city and its manifestations in contemporary urban social movements taking as a cut the occupation of the former Hotel Santos Dumont located at Rua Mauá number 340, in the neighborhood of Luz in the city of São Paulo. The right to the city can be understood from two different perspectives, but one definition does not exclude the validity of the other in the context of disputes over cities on both the physical plane and the sphere of the symbolic. The first of these optics is linked to a cut of access to urban commons, in this sense, it is possible to insert in the history of the search for this right popular movements for housing, education, urban mobility, health, culture, etc. Another possible understanding places the right to the city in the sphere of the symbolic, and is more connected to the origin of the concept. Although the struggles for the right to the city are earlier, the term comes to our vocabulary in the homonymous manifesto written by the French philosopher Henry Lefebvre in the late 1960s. In general, Lefebvre's right to the city can be understood as the right of transforming urban space, bringing it closer to the desires of our hearts.

Keywords: Utopia, Right to the City, Urban Social Movements.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Claude Lorrain: Cena do porto com a partida de Ulisses da terra dos feácios	17
Figura 2:: Gotthan City:Batman 1989 (direção: Tim Burton),	18
Figura 3:: Capa do livro Utopia (Hans Holbein – 1497-1548).. Fonte: HARVEY, 2015 p 212.]	22
Figura 4: Projeto de New Harmony, Robert Owen (1772-1858).	24
Figura 5: O Falanstério. Charles Fourier (1772-1837).	25
Figura 6: Ebenezer Howard I(1850 – 1928) Fonte: HARVEY, 2015 p. 217.	28
Figura 7: Projeto elaborado por Camillo Sitte para a cidade de Marienberg em 1903.	28
Figura 8: A Cidade Ideal de Le Corbusier: teoria e prática. Fonte: HARVEY, 2015	29
Figura 9: Disneyland Park Map.	30
Figura 10: Monte Saint Michel.	32
Figura 11: Imagens promocionais do empreendimento Alphaville D. Pedro 3. Fonte: http://www.alphavilleurbanismo.com.br/residencial/alphaville-dom-pedro-3 acessado em 02/03/2018	33
Figura 12: Fundação da Internacional Situacionista Cosio d'Arroscia, 1957.	61
Figura 13: Quadrinho "desviado" IS nº4, 1960.	64
Figura 14: Rua São Bento, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak Gold ISO200	72
Figura 15: Rua São Bento, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak Gold ISO200	73
Figura 16: Minhocão, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak TX ISO400	74
Figura 17 Minhocão, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak TX ISO400	75
Figura 18: Praça Júlio Prestes, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100	76
Figura 19: Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100	76
Figura 20: Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100	77
Figura 21 Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100	77
Figura 22: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak ProImage, ISO100	78
Figura 23: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak ProImage, ISO100	79
Figura 24: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak ProImage, ISO100	79
Figura 25: Edifício Wilton Paes, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100	80
Figura 26: Infográfico da tragédia.	81
Figura 27: Escombros do Edifício Wilton, 2018, Minota, 50mm, Kodak Proimage, ISO100	82
Figura 28: Largo do Paissandu, 2018, Minota, 50mm, Kodak Proimage, ISO100	83
Figura 29: Infográfico: Ocupações no Município de São Paulo.	86
Figura 30 Ocupação Mauá, Localização. Fonte: Adaptado de Google Maps	90
Figura 31: Anúncio da inauguração do Hotel Santos Dumont.	90
Figura 32: Ocupação Mauá. 2018, Minota, 50mm, Kodak ProImage, ISSO 100	92
Figura 33 Entrada do prédio com o Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.	94
Figura 34 Ocupação Mauá. Pavimento Térreo.	96
Figura 35: Ocupação Mauá. Pavimento Tipo	96
Figura 36: Ocupação Mauá. Corredor de Acesso	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. UTOPIA E CIDADE.....	12
2. O DIREITO À CIDADE E A DIALÉTICA DA UTOPIA	39
3. ALTERIDADE, UTOPIA E ARTE	52
4. RONDAS	67
5. OCUPAR E RE-EXISTIR	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Slavoj Žižek, na abertura do fórum organizado pelo movimento Occupy Wall Street no Zuccotti Park, em Nova Iorque no dia 9 de outubro de 2011, declarou: “Eles dizem a vocês que somos sonhadores.”. Ao contrário, insistiu o filósofo, os “verdadeiros sonhadores são aqueles que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente no caminho em que estão. Nós não somos sonhadores, nós somos aqueles que acordaram do sonho que está se transformando em pesadelo” (ŽIŽEK, 2011: <https://www.youtube.com/watch?v=vdwF3j1F2pg>, acessado em 02/10/2017 tradução nossa).

Recentemente vivenciamos um ressurgimento de pautas que reivindicam cidades diferentes e melhores, o que vem despertando o interesse de escritores, artistas e ativistas no mundo todo. Em diversas destas manifestações é possível notar um certo retorno aos pensamentos e práticas urbanas surgidos na esteira dos movimentos artísticos e populares de contestação e contracultura que tiveram o auge de sua atuação entre as décadas de 1960 e 1970. Stewart Home, pseudônimo do ativista inglês Kevin Llewellyn Callan, insere diversos grupos artísticos ao longo do século XX em uma tradição utópica, que remonta as heresias medievais, as vanguardas do pré-guerra, passando pelos situacionistas e dezenas de outros grupos que romperam os limites das artes e mergulharam na política com suas utopias de emancipação da vida cotidiana. Práticas e teorias que se aproximam, influenciaram ou foram influenciadas pelo pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre (1901 – 1991) em seus estudos urbanos e sua revisão do papel do utópico em nossa sociedade.

Lefebvre foi um dos mais importantes pensadores do século XX. Ao longo de sua obra encontramos o desenvolvimento de uma crítica à sociedade e ao pensamento moderno, apresentando uma análise do real além de um projeto revolucionário: A Sociedade Urbana. A sociedade urbana aparece pela primeira vez em sua obra-manifesto “O Direito à Cidade” de 1968. O direito à cidade em Lefebvre, é mais do que luta por acesso aos comuns urbanos: moradia, mobilidade, saúde, educação, etc, é também a luta pelo direito a uma vida urbana, plena, contraditória e criativa. O direito à cidade é mencionado em uma série de documentos, desde àqueles com caráter de lei, como é o caso brasileiro do Estatuto das Cidades, até mesmo na

Nova Agenda Urbana, uma carta de intenções escrita em conjunto por representantes dos países participantes da agência Habitat das Nações Unidas. A cidade de São Paulo é um território em disputa em diversas esferas: econômica, política, territorial e simbólica. Nessa disputa diversos movimentos sociais tomaram como pautas frações deste acesso: moradia, mobilidade urbana, pautas identitárias, no entanto, na medida em que estratégias são postas em prática nestas lutas encontramos o germe pra essa vida urbana mais plena mencionada por Lefebvre.

Lefebvre fazia parte de um grupo heterodoxo de marxistas que encaravam o caráter utópico dentro da produção de Marx e Engels de maneira peculiar. Negando os aspectos pejorativos do conceito, e inserindo em sua obra a utopia enquanto projeto, uma experimentação através da relação dialética entre o possível e o impossível.

Desta forma, este trabalho tem como objetivos traçar um percurso exploratório-investigativo acerca das noções de direito à cidade, abordando as origens do conceito, como ele se relaciona a visão lefebvriana de utopia e como o direito à cidade se manifesta nos movimentos sociais contemporâneos tomando como recorte o movimento de ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo, com destaque para a Ocupação Mauá.

Materiais e Métodos

No **capítulo 1** através de pesquisa bibliográfica, e tomando como embasamento os escritos de David Harvey sobre o tema, abordamos o conceito de utopia, sua etimologia, seus tipos variados, suas conexões com o imaginário da cidade e suas degenerações.

No **capítulo 2** partimos da leitura da obra de Lefebvre para detectarmos suas influências, e desdobramentos, com olhar mais detalhado para as noções de direito à cidade e utopismo experimental ou dialético conforme Harvey.

No **capítulo 3** também através de pesquisa bibliográfica, tentamos estabelecer um diálogo entre a tradição utópica descrita por Stewart Home e as narrativas errantes de Paola Jacques.

No **capítulo 4** nos permitimos fazer um desvio na base metodológica denominada como errantologia por Jacques utilizando da fotografia de rua executada com máquinas analógicas como suporte para registro de andanças pela cidade, além

de algumas observações ativas em protestos e ações que ocorreram durante o desenvolvimento da pesquisa.

No dia 1 de maio de 2018, a disputa pela posse e direito de uso do solo urbano em São Paulo viveu um de seus capítulos mais trágicos. O incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, localizado na esquina da Avenida Rio Branco com o Largo do Paissandu, deixou aproximadamente 150 famílias desabrigadas, que por falta de opção ocuparam um edifício há mais de 20 anos desocupado. A mídia e o poder público, em seu projeto de demonização dos movimentos sociais, trataram de culpabilizar as vítimas e espalharam uma série de inverdades sobre a atuação do movimento de ocupação de edifícios ociosos no centro da cidade. Frente a essa realidade, no **capítulo 5** através de pesquisa documental, tomando como fontes primárias artigos de jornais, revistas (tanto da grande mídia quanto em veículos independentes) e documentários abordamos a atuação dos movimentos de moradia no centro da cidade de São Paulo, tomando como recorte de estudo a Ocupação Mauá.

*Um mapa do mundo que não inclui Utopia
não merece nem uma espiada. (Oscar Wilde)*

1. UTOPIA E CIDADE

Prólogo: O acordar de um sonho

O mercado financeiro exerce seu domínio sobre a política mundial há pelo menos quarenta anos, corrompendo legalmente os poderes executivo, legislativo e judiciário, tornando-os dependentes do poder do dinheiro e dos meios de comunicação que controla. O “Partido de Wall Street”, segundo Harvey (2014), domina grande parte do aparato do Estado favorecendo seus interesses nas mais diferentes esferas tais como eleitorais, trabalhistas, ambientais e contratuais.

O Partido de Wall Street é regido por um princípio universal: o de que não haverá sérios desafios ao poder absoluto do dinheiro de reinar absoluto. Esse poder deve ser exercido com um objetivo: os que têm o poder do dinheiro não serão apenas privilegiados em acumular riquezas infinitamente, mas terão também o direito de herdar a terra, não só por meio de seu domínio direto e indireto e de todos os recursos e capacidades produtivas que dela decorrem, mas terão também assumido comando absoluto, direto ou indireto, sobre o trabalho e as potencialidades criativas de todos aqueles dos quais necessite. O resto da humanidade será considerado descartável. (HARVEY, 2014 p.277)

Tais princípios e práticas não são apenas resultados da ganância individual, tratam-se de princípios que foram gravados no corpo político de nossa sociedade pela vontade coletiva de uma classe capitalista dominante alimentada pelas leis coercivas do mercado e da concorrência. “Se meu lobby gasta menos que o seu, conseguirei menos favores. Se uma jurisdição gasta com as necessidades do povo, será considerada pouco competitiva.” (HARVEY, 2014). Um problema sistêmico, não apenas individual.

As palavras de ordem favoritas desse partido de liberdade (a ser garantida pelo direito de propriedade privada, livres mercados e livre comércio) na verdade se traduzem em liberdade para explorar o trabalho alheio, esbulhar as pessoas comuns à vontade e saquear o meio ambiente em benefício individual ou de classe. (HARVEY, 2014 p.278)

Ao tomar o controle do aparato estatal, os mercados financeiros costumam sucatear para privatizar uma série de empresas e serviços a um preço abaixo do seu valor de mercado com o objetivo de abrir novas frentes para a acumulação de capitais, elaboram subcontratos e práticas tributárias. Os subsídios ao agronegócio e os baixos impostos sobre o rendimento de capitais são apenas duas ferramentas que lhes permitem saquear os cofres públicos. Também estimulam a criação de sistemas regulatórios complicadíssimos e uma incompetência administrativa absurda no resto do aparelho estatal, criando a sensação na opinião pública de que o Estado é incapaz de assumir um papel construtivo ou, no mínimo, favorável na

melhoria da vida cotidiana ou das perspectivas futuras dos cidadãos. Como último recurso, se utiliza do monopólio estatal da violência para excluir o público dos ditos espaços públicos, acossando e mantendo sob vigilância e, quando necessário, criminalizando e encarcerando todos os que não se submetem aos seus ditames. Também não podemos nos esquecer das táticas de tolerância repressiva que lançam a ilusão de uma liberdade de expressão, desde que ela não exponha a natureza de seu projeto além do aparato repressivo que é seu apoio.

O Partido de Wall Street trava uma incessante guerra de classes. “Claro que há guerra de classes”, diz Warren Buffett, “e é a minha classe, a dos ricos, que a está travando, e estamos vencendo”. Grande parte dessa guerra acontece em segredo, por trás de uma série de máscaras e ofuscamentos pelos quais se disfarçam os objetivos e propósitos do Partido de Wall Street. (HARVEY, 2014 p.280)

O Partido de Wall Street tem o conhecimento de que no momento em que as questões políticas e econômicas mais profundas se transformam em questões culturais, tais perguntas se tornam impossíveis de serem respondidas. Dessa forma, recorre com uma certa regularidade à opinião de diversos especialistas submissos, empregados em sua maioria nos *think tanks* e em universidades por eles financiadas. Tais opiniões se espalham pelos meios de comunicação, dos mais tradicionais até as novas mídias sociais, com o objetivo de criar polêmicas sobre os mais variados tipos de questões, das com maior relevância até as mais banais, além de proporem soluções a problemas inexistentes. As recentes polêmicas criadas pelo MBL (Movimento Brasil Livre) em Porto Alegre com relação à exposição *Queer Museu*, que exibia produções artísticas ligadas de alguma forma à população LGBTQ, é apenas um entre tantos exemplos disso. Em um dado momento, a pauta se foca nas políticas de austeridade “necessárias” para sanar os déficits públicos, que são um fardo principalmente para as populações mais vulneráveis e, no outro, propõe a redução de seus próprios impostos não importando os impactos neste mesmo déficit.

A única coisa que nunca pode ser abertamente debatida e discutida é a verdadeira natureza da guerra de classes que eles vêm travando incessante e implacavelmente. Designar alguma coisa como “guerra de classes”, no clima político atual e de acordo com seu julgamento de especialistas, é colocar a questão muito além da esfera das considerações sérias – pode-se até mesmo ser tomado por tolo, se não sedicioso. (HARVEY, 2014 p.280)

Occupy Wall Street é um movimento popular que teve início dia 17 de setembro de 2011 em Liberty Square, no distrito financeiro de Manhattan, nos Estados Unidos, e que já se espalhou por mais de 100 cidades no país, além de ter inspirado outras ações em cerca de 1500 cidades ao redor do mundo. Sua luta é contra o poder

corrosivo dos principais bancos e corporações multinacionais nos processos democráticos e o papel de Wall Street na criação do colapso econômico de 2008 que causou uma das maiores recessões em gerações. O movimento foi inspirado pelas revoltas populares que tomaram ruas e praças no Egito e na Tunísia em janeiro de 2011.

O objetivo desse movimento nos Estados Unidos é simples. Ele diz: “nós, o povo, estamos determinados a recuperar nosso país dos poderes endinheirados que hoje o dirigem. Nosso objetivo é provar que Warren Buffett está errado. Sua classe, a dos ricos, não mais governará sem nunca ser contestada, nem herdará a terra automaticamente. Nem a sua classe, a dos ricos, está destinada a vencer sempre”. Diz também: “Nós somos os 99%. Temos a maioria, e essa maioria pode e deve prevalecer e prevalecerá. Uma vez que todos os outros canais de expressão nos estão fechados pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas”. (HARVEY, 2014 p.281)

As táticas do movimento consistem na ocupação de espaços públicos centrais, tais como parques e praças próximos a centros financeiros e de poder, transformando com a presença de corpos humanos os espaços públicos em comuns políticos, criando um momento e um lugar para debates e discussões abertas sobre o que esse poder vem fazendo e quais as melhores maneiras de se opor a ele.

Essa tática foi reativada nas lutas que se travaram na Praça Tahrir, no Cairo, e espalhou-se pelo mundo inteiro (Puerta del Sole em Madri, Praça Sintagma, em Atenas, nas escadarias da Catedral de São Paulo em Londres e na própria Wall Street). Mostrando que o poder coletivo dos corpos no espaço público “ainda é o instrumento mais eficaz de oposição quando todos os outros meios de acesso encontram-se bloqueados.” (HARVEY, 2014 p.281)

A cidade de Nova Iorque exige uma permissão para o uso de “som amplificado”, inclusive megafones. Como o Occupy Wall Street não possuía esta permissão, os manifestantes criaram um “microfone humano”, onde a cada pausa do orador do momento as pessoas mais próximas repetem a frase em uníssono. O efeito já foi chamado de cômico e de emocionante também, e ajudou a provocar um sentimento de pertencimento adicional na multidão. Em um dos encontros na Liberty Plaza, o filósofo esloveno Slavoj Žižek tomou pra si o microfone humano:

Eles dirão que vocês estão sonhando, mas os verdadeiros sonhadores são os que pensam que as coisas podem continuar sendo o que são por um tempo indefinido, assim como ocorre com as mudanças cosméticas. Nós não estamos sonhando; nós acordamos de um sonho que está se transformando em pesadelo. Não estamos destruindo nada; somos apenas testemunhas de como o sistema está gradualmente destruindo a si próprio. Todos nós conhecemos a cena clássica dos desenhos animados: o gato chega à beira do precipício e continua caminhando, ignorando o fato de que não há chão sob suas patas; ele só começa

a cair quando olha para baixo e vê o abismo. O que estamos fazendo é simplesmente levar os que estão no poder a olhar para baixo...

Então, a mudança é realmente possível? Hoje, o possível e o impossível são dispostos de maneira estranha. Nos domínios da liberdade pessoal e da tecnologia científica, o impossível está se tornando cada vez mais possível (ou pelo menos é o que nos dizem): “nada é impossível”, podemos ter sexo em suas mais perversas variações; arquivos inteiros de músicas, filmes e seriados de TV estão disponíveis para download; a viagem espacial está à venda para quem tiver dinheiro; podemos melhorar nossas habilidades físicas e psíquicas por meio de intervenções no genoma, e até mesmo realizar o sonho tecnognóstico de atingir a imortalidade transformando nossa identidade em um programa de computador. Por outro lado, no domínio das relações econômicas e sociais, somos bombardeados o tempo todo por um discurso do “você não pode” se envolver em atos políticos coletivos (que necessariamente terminam no terror totalitário), ou aderir ao antigo Estado de bem-estar social (ele nos transforma em não competitivos e leva à crise econômica), ou se isolar do mercado global etc. Quando medidas de austeridade são impostas, dizem-nos repetidas vezes que se trata apenas do que tem de ser feito. Quem sabe não chegou a hora de inverter as coordenadas do que é possível e impossível? Quem sabe não podemos ter mais solidariedade e assistência médica, já que não somos imortais?

Em meados de abril de 2011, a mídia revelou que o governo chinês havia proibido a exibição, em cinemas e na TV, de filmes que falassem de viagens no tempo e histórias paralelas, (...) Nós, do mundo Ocidental liberal, não precisamos de uma proibição tão explícita: a ideologia exerce poder material suficiente para evitar que narrativas históricas alternativas sejam interpretadas com o mínimo de seriedade. Para nós é fácil imaginar o fim do mundo – vide os inúmeros filmes apocalípticos – mas não o fim do capitalismo.

Em uma velha piada da antiga República Democrática Alemã, um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria; sabendo que todas as suas correspondências serão lidas pelos censores, ele diz para os amigos: “Vamos combinar um código: se vocês receberem uma carta minha escrita com tinta azul, ela é verdadeira; se a tinta for vermelha, é falsa”. Depois de um mês, os amigos receberam a primeira carta, escrita em azul: “Tudo é uma maravilha por aqui: os estoques estão cheios, a comida é abundante, os apartamentos são amplos e aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais, há mulheres lindas prontas para um romance – a única coisa que não temos é tinta vermelha.” E essa situação, não é a mesma que vivemos até hoje? Temos toda a liberdade que desejamos – a única coisa que falta é a “tinta vermelha”: nós nos “sentimos livres” porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade. O que a falta de tinta vermelha significa é que, hoje, todos os principais termos que usamos para designar o conflito atual – “guerra ao terror”, “democracia e liberdade”, “direitos humanos” etc. etc. – são termos FALSOS que mistificam nossa percepção da situação em vez de permitir que pensemos nela. Você, que está aqui presente, está dando a todos nós tinta vermelha. (ŽIŽEK, 2011, <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>, acessado em 02/11/2017)

1.1 Notícias de Lugar Nenhum

A palavra “utopia” apareceu pela primeira vez há quinhentos anos na obra homônima do escritor inglês Thomas More (1480 – 1535), também conhecido pela forma latinizada de seu nome Thomas Morus. Em sua etimologia, o termo é o resultado da junção de duas palavras gregas: “ου”(não) e “τοπος” (lugar), tendo como resultado a palavra “utopia”, ou seja, o não lugar, ou, ainda, lugar nenhum.

Morus ocupou o cargo de chanceler do rei Henrique VIII, estudou em Oxford, onde fez amizade com Erasmo de Roterdã, que a quem dedicou sua principal obra, “Elogio da Loucura”. Ambos eram humanistas e leitores dos filósofos clássicos, em especial os estoicos e epicuristas, questionavam a tradição escolástica e tentaram promover uma educação política que permitisse a liberdade de pensamento. As

bases lançadas por eles constituíram um terreno fértil para a discussão filosófica posterior. Morus foi condenado à prisão, por traição, e depois à morte, por discordar do novo matrimônio de Henrique VIII com Ana Bolena.

Utopia foi editada pela primeira vez na Basileia por Erasmo de Roterdã no ano de 1516. Ela narra a missão diplomática de Morus à Flandres, onde o autor teria supostamente conhecido o navegador português Rafael Hitlodeu com o qual discute sobre a política e a sociedade de seu tempo. Hitlodeu conta a Morus sobre uma ilha desconhecida que encontrou em suas viagens, um lugar onde se encontrava uma sociedade sem propriedade privada e intolerância religiosa, onde a razão é o critério para as condutas sociais. A obra apresenta uma crítica nítida à sociedade europeia daquele tempo.

A obra tornou-se tão celebrada que o termo se caracterizou como gênero literário por conceber o plano desejável de uma sociedade, harmônica, estável e comprometida com o bem-estar coletivo. As utopias ao longo da história apresentam três características estruturais básicas: uma sociedade real objeto de crítica, uma sociedade modelo proposta, e um espaço modelo idealizado que serve de cenário para o funcionamento do sistema proposto.

A utopia pode ser entendida como um espaço no imaginário onde os medos e desejos de uma cultura são projetados. Um experimento sócio-político além de estético, muito mais uma simulação do que uma alegoria, que procura demonstrar o potencial latente de uma organização social, econômica e cultural. Um mapeamento do inconsciente e da imaginação coletiva.

1.2 Paraísos e Infernos

As imagens da cidade e das utopias estão ligadas há muito tempo. Em suas primeiras “encarnações”, as utopias usualmente possuíam formas urbanas distintas, e muitas dessas formas inspiraram diversos modelos de planejamento urbano. Esta conexão é muito anterior a aventura utópica de More no ano de 1516. Platão já havia conectado formas idealizadas de governo em “A República” de modo a unir os conceitos de cidade e cidadão. A cidade-estado de Faécia (Figura 1) representada por Homero em sua Odisséia possui diversas características encontradas posteriormente na obra de More. A tradição judaico-cristã define o “paraíso como um lugar distinto para o qual todas as almas boas vão após

vencerem seus desafios e tribulações no mundo temporal” (HARVEY. 2015, p.207). David Harvey (2015) afirma que se o paraíso é um “lugar feliz”, logo, o “outro” lugar, o inferno (sua contraparte maligna) não deve estar muito distante. A imagem da cidade pode ser encarada enquanto uma colcha de retalhos de desordem social, degeneração moral e mal absoluto – de Sodoma e Gomorra, passando pela Babilônia até Gotham – o mal também marca seu lugar nos significados metafóricos que a palavra “cidade” carrega em nosso universo cultural. (Figura 2)

Distopias ocorridas na forma urbana como as de Admirável Mundo Novo, de Huxley, ou 1984, de Orwell. A palavra pólis vem do grego polis, que significa “cidade”. Se Karl Popper tinha razão ao descrever Platão como um dos primeiros grandes inimigos da “sociedade aberta”, as utopias que Platão inspirou podem ser consideradas com a mesma facilidade tanto infernos opressivos e totalitários como paraísos emancipatórios e felizes. (HARVEY. 2015, p.207).



Figura 1: Claude Lorrain: *Cena do porto com a partida de Ulisses da terra dos feácios*

(óleo sobre tela, 1646; Louvre, Paris)



Figura 2:: Gotham City:Batman 1989 (direção: Tim Burton)¹,

É difícil separar as práticas e discursos cotidianos que afetam a vida urbana desses significados metafóricos que são interligados com crenças e emoções sobre o bem-estar e a forma urbana. Harvey aponta que é interessante notar como na escala geográfica da vida urbana em pequenas cidades que os ideais da ordem social utópica são frequentemente lançados. Platão, para sua república, estipulou um número máximo de cinco mil cidadãos. Atenas na Antiguidade não possuía um número de cidadãos participantes muito maior que este, neste ponto é importante lembrar que mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram contabilizados como cidadãos. Partindo disso, seria possível contabilizar uma população de aproximadamente trinta mil pessoas, número correspondente à população estimada por Howard para suas cidades jardins, mais de dois mil anos depois. Não seria viável fazer por aqui uma distinção de todos esses sentidos metafóricos e simbólicos.

É, não obstante, necessário reconhecermos sua força emotiva. Uns poucos vínculos ilustrativos podem ajudar a consolidar a ideia de que a política urbana se acha eivada de emoções e paixões políticas profundamente sustentadas, mas com frequência subterrâneas, nas quais têm um lugar particular para os sonhos utópicos. (HARVEY, 2015, p.208)

¹Gotham é uma cidade sombria e assolada pelo crime e pela degeneração

O senso comum diz que os ares da cidade são libertadores. Tal ideia ganha forma no momento em que os servos escaparam de suas barreiras para reclamarem liberdades políticas e pessoais dentro das entidades autônomas das cidades medievais. A associação entre a vida na cidade e as liberdades pessoais, “incluem também a liberdade para explorar, inventar, criar e definir novos caminhos de vida, como uma longa e intrincada história.” (HARVEY 2015, p.208). Gerações de migrantes encontram nas cidades uma maneira e um lugar para escapar das repressões da vida rural. Cidade e cidadania são conceitos entrelaçados com estas formulações, no entanto, a cidade é igualmente um lugar de ansiedade e anonimato.

É o lugar do estranho anônimo, da subclasse (ou, como preferiam nossos predecessores, das “classes perigosas”) espaço de uma incompreensível “alteridade” (imigrantes, gays, pessoas mentalmente perturbadas, pessoas diferentes em termos culturais, os que trazem uma dada marca racial), o que torna “cidade” e “cidadão” politicamente opostos na imaginação pública na mesma medida de sua ligação etimológica (HARVEY 2000, p.209)

A polarização de imagens positivas e negativas possui a sua própria geografia que é tradicionalmente registrada como uma divisão entre espaços sagrado e secular dentro da cidade. Mais tarde, as supostas virtudes do campo e da cidade pequena são colocadas em contraste com os males da cidade grande.

Quando, por exemplo, o exército rural de reação foi organizado nas fronteiras de Paris, em 1871, com vistas a se envolver na selvagem carnificina que custou a vida de 30 mil membros da comunidade, seus participantes foram primeiro persuadidos de que sua missão era resgatar a cidade das forças satânicas. (HARVEY 2015, p.209)

No primeiro semestre de 2017, a prefeitura de São Paulo, sob a gestão de João Dória, iniciou, em parceria com o governo do estado, uma série de ações de remoção violenta de pessoas nos bairros da Luz e de Santa Cecília, o território vulgarmente conhecido como Cracolândia devido ao grande número de usuários de crack que vivem nas ruas em condições desumanas, um verdadeiro campo de refugiados na região central da cidade. A ação que teve como consequência a demolição de uma pensão quando ainda havia pessoas dentro do edifício foi amplamente apoiada por boa parte da classe média branca, conservadora e religiosa da cidade. É importante ressaltar que nem sempre a religião se manifesta de maneira tão retrógrada, entidades como a Pastoral da População de Rua, da Igreja Católica, tentam defender os pobres e promover a melhoria das comunidades buscando estabilizar a vida nos centros decadentes das cidades.

Harvey afirma que nenhum desses imaginários é inocente e nós não devemos esperar que eles sejam. O autor resgata um velho ditado atribuído aos gregos: “Nós fazemos a casa e a casa nos faz”. Esse ditado é bem entendido por Robert Park, um dos fundadores da sociologia urbana, quando ele escreve:

É no ambiente urbano – num mundo criado pelo próprio homem – que a humanidade vivenciou pela primeira vez a vida intelectual e adquiriu as características que mais a diferenciam dos animais e inferiores e do homem primitivo. Porque a cidade e o ambiente urbano representam a tentativa mais coerente, e de modo geral mais bem-sucedida, de refazer o mundo em que vive de maneira mais compatível com o que deseja seu coração. Mas se é o mundo que o homem criou, a cidade é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Por conseguinte, e de forma indireta, e sem nenhum sentido claro do caráter de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo. (PARK, 1967 apud HARVEY, 2015, p.210)

Alguns pontos importantes devem ser levados em conta caso queiramos intervir neste processo de “refazermos a nós mesmos” ou mesmo buscarmos uma “ideia clara da natureza de nossa tarefa”. Para tais atitudes Harvey adverte que não podemos deixar de lado a dialética e simplesmente imaginarmos que não estamos inseridos e limitados pelos universos institucionais e ambientes construídos que já criamos. Marx foi um notável crítico das utopias. Para ele, tais projetos de uma boa sociedade poderiam servir às forças de reação do sistema, auxiliando em sua harmonização, em vez de transformar a sociedade de uma maneira radical, restringindo as possibilidades de uma revolução. Em contrapartida, pensadores como Lefebvre, Bloch, Marcuse e, mais recentemente, Jameson e Harvey, demonstraram em suas respectivas produções que os apontamentos de Marx acerca da utopia são mais ambíguos do que outras correntes sugerem.

Para não deixar de lado a questão da imaginação, Harvey (2015) resgata um importante questionamento elaborado por Marx: aquilo que diferencia o trabalho humano e o das abelhas é que o homem edifica uma estrutura primeiramente em sua imaginação antes de construí-la no mundo material. Ao imaginarmos futuros urbanos devemos sempre lidar com um extenso campo de significados emotivos e simbólicos que tanto informam quanto moldam a nossa percepção da natureza dessa tarefa. Ao mesmo tempo em que construímos a cidade coletivamente, assim, coletivamente construímos a nós mesmos. O ato de projetar a cidade consiste naquilo que queremos que nossas cidades sejam. Dessa forma, projetar consiste em explorar o máximo do potencial humano, quem queremos, ou mais pertinentemente, o que não queremos nos tornar.

A maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é, portanto, crucial para definir o trabalho da urbanização. A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve, todavia, tanto enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agirmos como arquitetos de nosso próprio destino em vez de como “marionetes impotentes” dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos. Se, como diz Unger (1987), aceitamos que a “sociedade é construída e imaginada”, podemos também que ela pode ser “reconstruída e reimaginada.” (HARVEY 2015, p.211)

1.3 Um Jogo Livre da Imaginação

Para Harvey (2015), antes de se realizar qualquer tentativa de resgate do pensamento utópico é preciso considerar primeiramente como e com quais consequências as utopias foram tratadas, tanto como forças construtivas, quanto como forças destrutivas em uma visão histórica da construção dos espaços

Como mencionado anteriormente, as obras literárias utópicas inspiradas por More possuem algumas características em comum que se repetem: uma sociedade real, alvo de crítica – a Inglaterra do século XVI - além de uma sociedade e um espaço modelos – a República de Utopia (Figura 3). More desejava harmonia social e estabilidade. Para atingir esse fim em sua obra ele exclui as forças sociais potencialmente disruptivas do dinheiro, da propriedade privada, o trabalho assalariado, a exploração (as jornadas de trabalho são de seis horas), as trocas internas de commodities, o acúmulo de capitais, e os processos de mercado, embora o mercado em si seja mantido.

A feliz perfeição da ordem social e moral depende dessas exclusões. Tudo isso é assegurado, como assinalam Lukerman e Porter (1976), por meio de uma forma espacial rigorosamente organizada. Utopia é uma ilha artificialmente criada que funciona como uma economia isolada, coerentemente organizada e em larga medida de espaço fechado (embora sejam postuladas relações estritamente monitoradas com o mundo exterior). A organização espacial interna da ilha regula de maneira estrita um processo estabilizado e imutável. Para dizer de modo direto, a forma espacial controla a temporalidade, uma geografia imaginada controla a possibilidade da mudança social e da história. (HARVEY 2015, p.211)



Figura 3: Capa do livro *Utopia* (Hans Holbein – 1497-1548)². Fonte: HARVEY, 2015 p 212.]

Nem todas as formas de temporalidade são apagadas em Utopia. A temporalidade dos rituais recorrentes é preservada de modo a expressar uma série de princípios imanentes que, de tão generalizados, escapam da roda do tempo, marcados por um caráter universalizante, uma ligação comum entre todas as particularidades incluindo os habitantes de Utopia.

O que é reprimido é a dialética do processo social. A seta do tempo, “o grande princípio da história”, é excluída em favor da perpetuação de uma feliz condição estacionária. Não há necessidade de conceber um futuro porque a condição desejada já foi conseguida. (HARVEY 2015, p.212)

Francis Bacon também se aventurou no gênero utópico pouco tempo depois da publicação de *Utopia*. Em *Nova Atlântida*, o rei decidiu que sua sociedade havia atingido um estado de perfeição no qual nenhum tipo de transformação social seria necessário. No caso de Bacon, evoluções tecnológicas e avanços no campo do

² A imagem representa parte da estrutura espacial de Utopia e seu consequente controle espacial sobre as ordens moral e política do lugar

conhecimento científico eram procurados de maneira ativa, porém, suas implementações eram firmemente reguladas pelos homens sábios da Casa de Salomão (considerada precursora da Royal Society, a Academia Inglesa de Ciências), tendo como efeito o progresso da tecnologia e dos saberes em uma sociedade que já atingiu uma ordem social perfeita, em contraste com More que, por sua vez, evoca de maneira nostálgica um passado mitológico e idealizado do viver em pequenas cidades, um estado estacionário de ordem moral, além de um relacionamento social altamente hierarquizado e não-conflituoso.

Esse viés nostálgico é característica de boa parte do pensamento utópico, mesmo quando há a projeção para o futuro e a incorporação de tecnologias futuristas. (...) isso traz importantes consequências pela maneira como esses esquemas são, quando são, traduzidos em fatos materiais. (HARVEY 2015, p.212-213)

Harvey (2015) isola, dentre as muitas maneiras de se compreender a obra de More e os numerosos esquemas utópicos subsequentes, um aspecto importante: a relação proposta entre espaço e tempo. Para ele todas essas formas de utopia podem ser caracterizadas como “utopias da forma espacial”, na medida em que a temporalidade dos processos sociais e a dialética das mudanças sociais são excluídas enquanto a estabilidade social é assegurada por uma forma espacial fixa.

Louis Marin (1984) considera a utopia de More uma espécie de “livre organização espacial”. More seleciona com efeito uma entre muitas possibilidades de organização espacial como recurso de representar e fixar uma ordem moral particular. Essa não é uma ideia peculiar. Robert Park(1967), por exemplo, escreveu um cativante ensaio sobre a cidade como “um padrão espacial em uma ordem moral”, tendo insistido na ligação intrínseca entre os dois. (HARVEY 2014, p.213)

No entanto, Marin lança luz sobre a ideia de que o jogo livre da imaginação, “o utópico como livre organização espacial”, tornou-se, graças à iniciativa de More, uma maneira fecunda de se explorar e expressar um vasto campo de ideias sobre as relações sociais, ordenamentos morais, sistemas político-econômicos, etc. (HARVEY, 2014)

Os infinitos arranjos de ordenamentos espaciais possíveis trazem consigo a perspectiva de um também infinito arranjo de mundos sociais para habitá-los. Um fato importante a ser notado quando agrupamos os projetos utópicos posteriores à obra de More é a sua variedade. Diversas foram as alternativas concebidas de tal modo a tentar promover uma vida mais fácil e mais saudável para a classe trabalhadora. Experiências anarquistas, algumas ecologicamente sensíveis entre muitas outras definiram e asseguraram seus objetivos morais tomando como recurso algum tipo de ordenamento espacial (Figuras: 3, 4 e 5). A ampla gama de

propostas e de espacialidades comprovam o desejo e a capacidade da imaginação humana em explorar alternativas socioespaciais.

Essa noção de “livre organização espacial” de Marin, aponta o livre fluxo da imaginação nos esquemas utópicos. Além disso oferece uma saída para o pessimismo vigente em nossos tempos. No entanto, a solução para o problema de reimaginar e reconstruir a sociedade não é uma tarefa simples. O “efeito panóptico” de Foucault proveniente da criação de sistemas espaciais de vigilância e controle, é incorporado aos esquemas utópicos. Afinal, lembremos que o radical de polis é o mesmo de polícia,

Essa dialética entre o livre fluxo da imaginação e a autoridade e o controle traz sérios problemas. A rejeição, em época recente, do utopismo baseia-se em parte na aguda consciência de sua ligação intrínseca com o autoritarismo e o totalitarismo (a Utopia de More pode ser facilmente lida dessa maneira). (HARVEY, 2014 p.214)

A rejeição ao utopismo partindo disso tem um grave efeito colateral: a interrupção do livre fluxo da imaginação na busca por alternativas. Desta forma, encarar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é uma tarefa que deve estar no cerne de qualquer política regeneradora que tente revitalizar os ideais utópicos. Para Harvey (2014) um exame da história das formas de materialização das utopias por meio de práticas tanto espaciais quanto político-econômicas é um exercício útil. Pois é justamente na materialização dessas utopias que as contradições vem à tona. Façamos este exercício então.

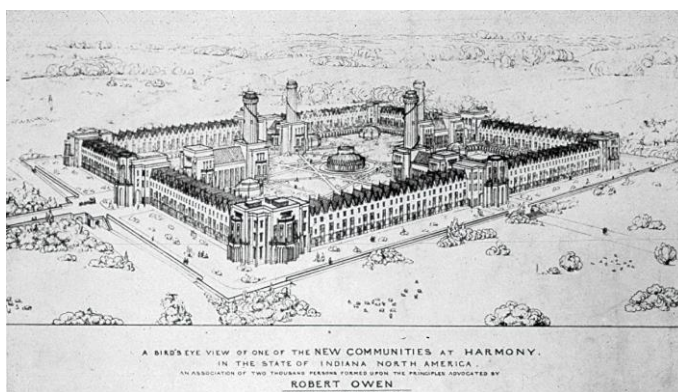


Figura 4: Projeto de New Harmony, **Robert Owen (1772-1858)**³. Fonte: <https://www.espazium.ch/le-culte-de-la-ville-parfaite>, acesso em 03/11/2017

³Owen foi uma das figuras mais marcantes do primeiro socialismo europeu. Colocou suas ideias em prática, na fábrica de New Lanark: onde reduziu a jornada de trabalho, investiu no melhoramento do habitat (cidade-modelo, num espaço verde) e na escolaridade obrigatória; e em New Harmony: onde comprou 30.000 hectares de terra no estado de Indiana (Estados Unidos da América) aplicando seu

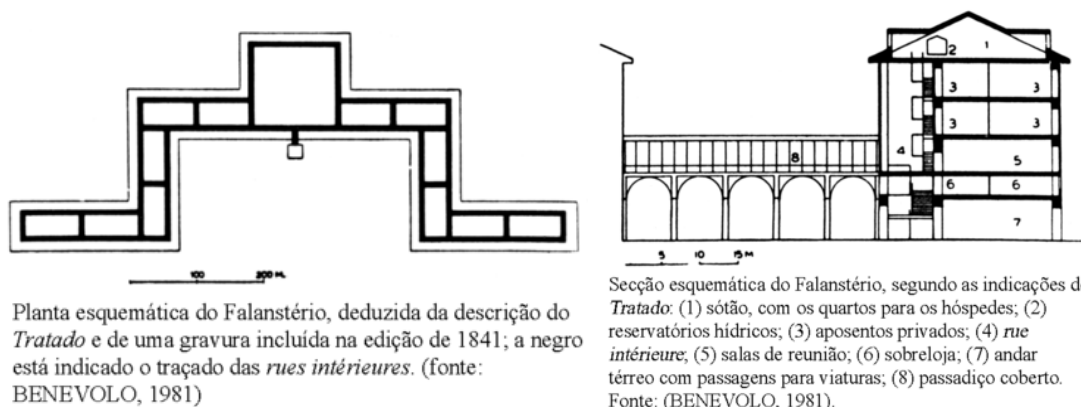


Figura 5: O Falanstério. *Charles Fourier (1772-1837)*⁴⁵

1.4 Materializações das utopias da forma espacial

A Modernidade: se desencadeou por conta do fenômeno definido por Hobsbawm (2014) como a dupla “revolução”. Colocando como ponto de origem da modernidade a união do fato econômico – a Revolução Industrial e suas implicações na divisão social e internacional do trabalho – ao fato político – a Revolução Francesa e seus desdobramentos tais como a difusão das ideias iluministas. “Que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos”, e que “esta revolução transformou e continua a transformar o mundo inteiro”. (HOBSBAWM, 2014, p. 20)

As ideias iluministas ainda são a pedra fundamental de nossa sociedade, constituindo assim o próprio projeto do homem moderno. Tendo a Renascença enquanto fonte, o Iluminismo elevou o indivíduo ao centro da discussão. Descartes

modelo de livre organização espacial. Tal modelo se baseava na constituição de pequenas comunidades semi-rurais de 500 a 3000 indivíduos federados entre si.

⁴ Fonte: <http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>, acesso em 03/11/2017.

⁵ Fourier foi um dos precursores do socialismo e um dos pais do cooperativismo. Para Fourier o Falanstério seria como uma cidade construída no campo, as fábricas deveriam ser transferidas para as áreas rurais e uma comunidade seria edificada próxima a elas. O edifício proveria todas as necessidades de seus ocupantes, cada comunidade deveria conter cerca de 1600 habitantes, dispondo de terras para a agricultura e outras atividades econômicas. Seguidores de suas ideias estabeleceram comunidades intencionais nas três Américas. O Falanstério do Saí em Santa Catarina e a Colônia Cecília no Paraná foram experiências práticas inspiradas por Fourier no Brasil, assim como La Réunion no Texas e a Falange Norte-americana em Nova Jersey, nos Estados Unidos.

lançaria as bases filosóficas da modernidade ao definir “a natureza humana como uma substância pensante e a pessoa humana como um sujeito racional autônomo”, enquanto Newton sedimentaria as bases científicas dessa sociedade nascente, ao descrever “o mundo físico como uma máquina cujas leis e regularidade podiam ser apreendidas pela mente humana.” Sendo assim, “o ser humano moderno pode ser bem descrito como a substância autônoma e racional de Descartes, cujo habitat é o mundo mecanicista de Newton.” (GRENZ, 1997 p.17-18).

Para Bauman (2001) a modernidade pode ser definida como a história do tempo, ou melhor, a modernidade é o tempo em que o tempo possui uma história. Antes que físicos e filósofos começassem a definir o tempo e o espaço em termos científicos, provocando assim a sua separação. Tempo e espaço estavam intimamente ligados dentro da percepção cotidiana, as ferramentas empregadas pelos homens, eram intimamente atreladas ao seu próprio corpo. Tornando as noções de tempo e espaço conectadas aos processos naturais. Sem a necessidade de uma medida real do tempo, e por consequência, espaços menos controlados. O advento da modernidade marca a dissociação entre tempo e espaço. A invenção de máquinas capazes de acelerar a produção e o movimento tornou o tempo o elemento dinâmico da relação espaço-temporal.

A modernidade pesada era, afinal, a época de moldar a realidade como na arquitetura ou na jardinagem; a realidade adequada aos veredictos da razão deveria ser “construída” sob estrito controle de qualidade e conforme rígidas regras de procedimento, e mais que tudo projetada antes da construção. Era uma época de pranchetas e projetos – não tanto para mapear o território social como para erguer tal território até o nível de lucidez e lógica que só os mapas são capazes. (BAUMAN, 2000, p 130-131)

A sociedade moderna é urbana por essência. A cidade é seu cenário material. A dupla revolução é seguida por um enorme crescimento demográfico das cidades e pela drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes. Tanto o aparecimento quanto a importância desse fenômeno seguem a ordem e o nível de industrialização dos países. A Inglaterra é o primeiro cenário desse movimento, desde os censos de 1801, enquanto França e Alemanha passam a vivenciar essa realidade a partir de 1830.

Os números são significativos. Londres, por exemplo, passa de 864 845 habitantes em 1801 para a 1 873 676 em 1841 e 4 232 118 em 1891: em menos de um século sua população praticamente quintuplicou. Paralelamente, o número de cidades inglesas com mais de cem mil habitantes passou de duas para trinta, entre 1800 e 1895. (CHOAY, 2015 p.3)

Choay (2015) ainda aponta que no mesmo período, o número de cidades com mais de cem mil habitantes passa de duas a vinte e oito na Alemanha e de três a doze na França. Em 1800, os Estados Unidos não possuíam nenhuma cidade com mais de cem mil habitantes, em 1850 elas são 6, que totalizam 1 393 338 habitantes, sendo que em 1890 o número salta para vinte e oito atingindo a marca de 9 697 960 habitantes.

O termo urbanismo está carregado de ambiguidades. O senso comum define o termo tanto os trabalhos do gênero civil (pontes, avenidas, sistemas de transporte, etc), quanto os planos de cidades e até mesmo as formas urbanas de cada época.

De fato, a palavra “urbanismo” é recente. G. Bardet remonta sua criação a 1910. O dicionário Larousse define-a como “ciência e teoria da localização humana”. Este neologismo corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica. (CHOAY, 2015 p.2)

Choay (2015) afirma que o urbanismo quer resolver o problema do planejamento da cidade industrial, um problema colocado bem antes de sua criação enquanto campo científico, um problema surgido no início do século XIX no momento em que a sociedade industrial criava consciência de si e passava a questionar suas próprias realizações. Diversos pensadores ao longo dos séculos XIX e XX se debruçaram sobre a questão urbana em conjunto com um questionamento sobre as estruturas e os significados atrelados as relações sociais.

Howard (Figura 6), Sitte (Figura 7), Gropius, Le Corbusier (Figura 8) e tantos outros instauraram o contexto imaginativo das cidades do amanhã na medida em que uma infinidade de praticantes dedicaram-se a realizar esses sonhos em concreto, vidro e aço, erigindo suas próprias versões da Ville Radieuse, construindo cidades inteiras a partir do nada, como foi o caso de Brasília. Até mesmo em seus ataques, os críticos do autoritarismo desses sonhos utópicos materializados o fizeram colocando em contraste com eles suas próprias versões favoritas da livre organização espacial. (HARVEY, 2015)

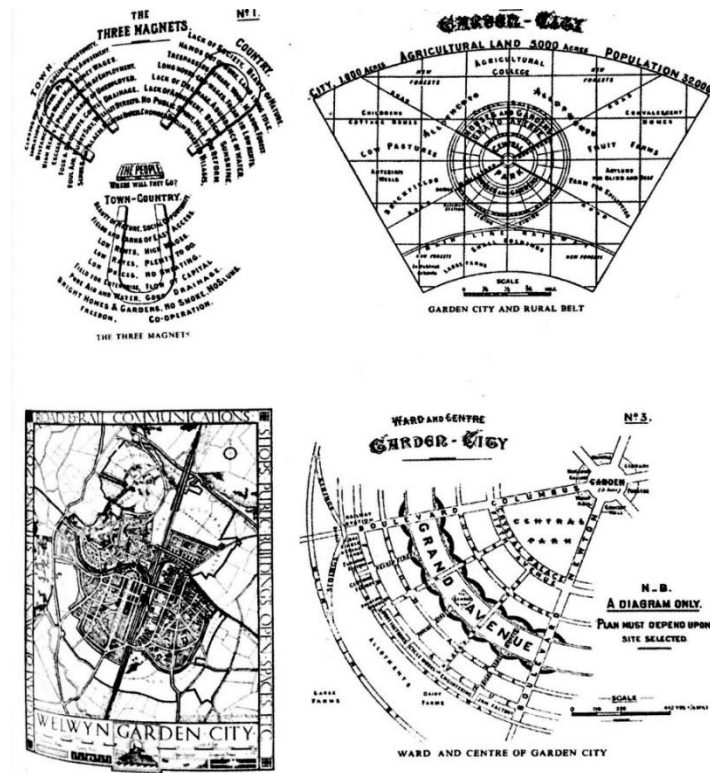


Figura 6: Ebenezer Howard I (1850 – 1928)⁶ Fonte: HARVEY, 2015 p. 217



Figura 7: Projeto elaborado por Camillo Sitte para a cidade de Marienberg em 1903.

Fonte: <http://internalreserves.blogspot.com.br/2011/03/sitte-and-internal-reserves.html>, acessado em 19/02/2018.

⁶ Howard inspirou-se na leitura do romance utópico “Olhando para Trás” de Edward Bellamy ao elaborar um novo contexto para a vida urbana em seus textos de 1898 e 1902. O “movimento das novas cidades” desencadeado por ele foi uma das mais influentes tendências de planejamento urbano ao longo do século XX.

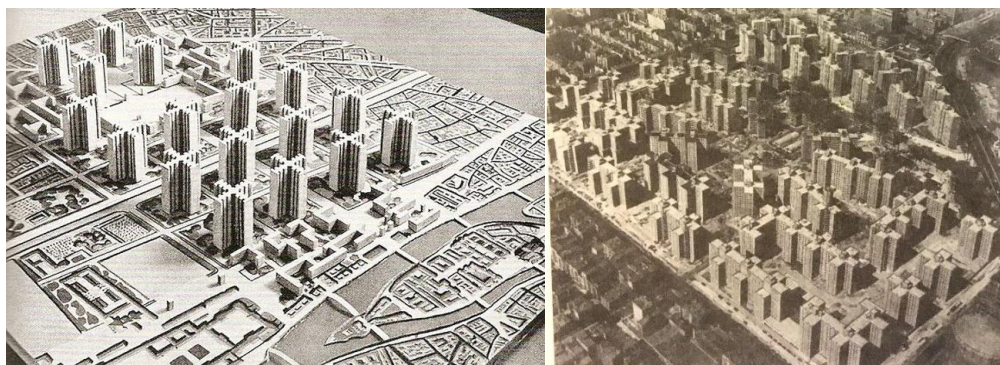


Figura 8: A Cidade Ideal de Le Corbusier: *teoria e prática*⁷. Fonte: HARVEY, 2015

Podemos tomar como exemplo Jane Jacobs (1961), que em sua obra *Morte e Vida das Grandes Cidades* dirigiu sua crítica aos processos modernistas de planejamento e de requalificação urbana, onde na realidade apresentou sua própria versão de livre organização espacial fazendo uso de uma concepção nostálgica de um ambiente íntimo e etnicamente diversificado em que formas artesanais de atividade empreendedora predominavam lado a lado com formas interativas de relacionamento social. Jacobs a seu próprio modo foi tão utópica quanto o utopismo atacado por ela. A jornalista propôs uma organização espacial com escala reduzida, de forma a tornar-se mais íntima, a fim de alcançar um propósito moral específico. Sua versão da livre organização espacial tinha consigo sua própria dose de autoritarismo, escondido na noção orgânica do ambiente comunitário e habitacional como base da vida social. O aparentemente benevolente aparelho de vigilância e controle que proporciona a sensação de segurança, também pode causar uma sensação opressora. E mesmo a diversidade étnica se restringiria a um certo tipo de diversidade controlada de modo a garantir a realização dos objetivos concebidos. (HARVEY, 2015)

A busca da realização dos objetivos de Jacobs poderia facilmente justificar todas aquelas comunidades fechadas e todos aqueles movimentos comunitários excludentes que hoje fragmentam cidades em todo o território dos Estados Unidos. (HARVEY, 2015 p. 219)

Harvey (2015) destaca o que pra ele “talvez seja a mais curiosa categoria de Marin”: as “utopias degeneradas”. O exemplo usado por Marin foram os parques temáticos

⁷ Le Corbusier concebeu a *Ville Radieuse* nos anos de 1920. Essa versão modernizada do falanstério tornou-se a base da teoria urbana incorporada depois a Carta de Atenas. Esse sonho parece realizado no projeto final de Stuyvesant Town, Nova Iorque.

da Walt Disney Company. Fundada em 1923 por Walt Disney e Roy Oliver Disney, estabeleceu-se como pioneira no ramo da animação, até diversificar seus negócios para a produção de filmes em live-action, histórias em quadrinhos, redes de televisão e parques temáticos. Em 2017 após a aquisição da 20th Century Fox, a empresa estadunidense assumiu o posto de maior conglomerado de mídia e entretenimento do planeta.

Os parques temáticos da Disney e seus derivados (Figura 9) constituem um espaço supostamente feliz e harmonioso, apartado dos problemas do mundo real com o objetivo de entreter e divertir, além de inventar a história e de cultivar sentimentos nostálgicos de um passado mítico, agindo como um espaço perpetuador do fetichismo da mercadoria. Seus parques eliminam os transtornos das viagens reais ao reunir o resto do mundo de modo higienizado e mitologizado em um espaço fantasioso composto das mais variadas ordens espaciais, onde a dialética é reprimida, e a estabilidade harmoniosa é garantida por sofisticados sistemas de controle e vigilância.



Figura 9: Disneyland Park Map.⁸

⁸ Uma utopia inspirada tanto em More quanto em Bacon. Fonte: <http://www.pavilionshotel.com/disneyland-hotels/disneyland-map/> acessado em 02/03/2018

(..) ela oferece uma utopia futurista de pureza tecnológica e do poder humano invencível de controlar o mundo (Disney, por assim dizer, inspirou-se tanto em More como em Bacon). Tudo isso é degenerado, ao ver de Marin, porque não oferece uma crítica ao estado de coisas vigentes no mundo lá fora. Trata-se de mera perpetuação do fetichismo da cultura da mercadoria e da prestidigitação tecnológica em forma pura, higienizada e a-histórica. (HARVEY, 2015 p. 220)

Harvey (2015) afirma que neste ponto que a ideia de Marin fica problemática, já que diferentemente dos lugares imaginários produzidos por More e Bacon, os parques da Disney espalhados pelo mundo são ambientes construídos reais. Com isso em mente, o autor levanta a questão de que será que é possível que algum utopismo da forma espacial possa ser algo mais do que degenerado no sentido de Marin? Se for dessa forma, é possível acreditar que talvez Utopia nunca possa se realizar sem se autodestruir. Se for assim, o autor aponta que isso afeta de maneira profunda o modo de funcionamento do utopismo da forma espacial como força social prática no âmbito da vida política e social. De modo genérico, e tomando os posicionamentos de Marin, Harvey (2015) alega que estamos cercados de utopias degeneradas, e que a Disneylândia é apenas o exemplo mais espetacular entre os diversos ordenamentos espaciais contemporâneos.

Cada condomínio fechado tem um sonho: ser uma cidade (ou um bairro) diferente das cidades comuns, cheias de estranhos sinistros que se esgueiram nas ruas escuras, e brotam de lugares visivelmente perigosos. Inspirado em Disney, o loteamento fechado é como uma visão high tech do feudo, que abriga atrás de seus muros colossais, torres de vigia, fossos e pontes levadiças uma aldeia protegida dos perigos do mundo. Uma cidade construída sob medida para indivíduos que “querem administrar e monitorar seu estar junto”, algo similar ao Monte Saint-Michel (Figura: 10), simultaneamente um claustro e uma fortaleza inacessível e bem guardada.” (BAUMAN, 2000 p.117)



Figura 10: Monte Saint Michel.⁹

O claustro concebido pelo traço do arquiteto é como a cidade da alegria e do divertimento compulsórios, onde a felicidade é o único mandamento, afinal, utopia também pode ser traduzida como lugar feliz. Algo bem diferente do “esconderijo dos ascetas voltados para os céus, que se auto imolam, são piedosos, oram e jejuam.” Já a fortaleza, conta com as mais avançadas tecnologias de vigilância, cercas elétricas de alta voltagem, muros altos, acessos vigiados por câmeras e guardas.

Aqueles que se dão ao luxo de comprar uma casa em um condomínio podem passar boa parte de suas vidas afastados dos riscos e perigos da turbulenta, hostil e assustadora selva que começa logo após o fim de seus muros. Tudo que uma vida agradável requer está lá. Lojas, igrejas, restaurantes, teatros, mata, playgrounds, pistas de corrida, quadras poliesportivas, e áreas livres suficientes para se acrescentar “o que quer que a moda de uma vida decente possa demandar no futuro.” (BAUMAN, 2000 p. 118)

A empresa Alphaville Urbanismo S/A é uma das principais implantadoras desse tipo de empreendimento imobiliário no Brasil. Fundada na grande São Paulo na década de 1970, conta hoje com mais de 124 empreendimentos em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em seu site institucional a empresa oferece aos seus clientes as vantagens de viver perto da natureza, com espaços para práticas esportivas, passeios ao ar livre, crianças brincando nas ruas, casas sem muros, onde é possível estabelecer relações de amizade com os vizinhos. Todas essas vantagens

⁹ Claustro e fortaleza, serviu de cenário para o filme O Ponto de Mutação. Fonte: <http://www.melhoresdestinos.com.br/monte-saint-michel-dicas-como-ir.html> acessado em 02/03/2018

disponíveis em residenciais construídos com “foco na segurança, interação e relação sustentável com as cidades”. (Figura 11)



Figura 11: Imagens promocionais do empreendimento Alphaville D. Pedro 3.¹⁰ Fonte: <http://www.alphavilleurbanismo.com.br/residencial/alphaville-dom-pedro-3> acessado em 02/03/2018

Ao preço de uma casa em empreendimentos como o Alphaville D. Pedro 3, você ganha acesso a uma comunidade. Comunidade é, hoje, a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora, é o que sobra dos sonhos de uma vida melhor, compartilhada com vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio. Pois a utopia da harmonia reduziu-se, realisticamente, ao tamanho da vizinhança mais próxima. Justamente por isso que a “comunidade” é um bom argumento de venda.

No entanto, é preciso notar qual é o sentido dessa reunião comunitária. A comunidade da nossa infância em qualquer cidade, como a retratada nas canções de Adoniran Barbosa, a qual a Alphaville deseja recriar é apenas um território vigiado de perto pelos próprios vizinhos. A diferença entre o passado afetuosamente lembrado e sua réplica atualizada é que o que a comunidade das

¹⁰ Segurança, contato com o verde e exclusividade são os principais argumentos de venda.

nossas memórias de infância obtinha usando os olhos, língua e mãos, casualmente e sem muito pensar, nos loteamentos fechados é confiada a câmeras de TV ocultas e dúzias de seguranças armados verificando senhas nos portões e discretamente (ou ostensivamente, se necessário) patrulhando as ruas (BAUMAN 2000).

Essa fuga para a segurança dos muros não é novidade na história da humanidade, essa crença na conspiração dos outros contra nós atormentou certos homens em todos os tempos e lugares do mundo. O que é novo é que são os assaltantes (juntamente com os vagabundos e outros desocupados, personagens estranhos ao lugar em que se movem) que levam a culpa representando o diabo, os maus espíritos, ou mesmo os comunistas escondidos debaixo da cama. A figura do assaltante tornou-se o nome comum e popular para o “medo ambiente que assola os nossos contemporâneos”, assim sua presença se torna crível e o medo de ser assaltado é amplamente compartilhado. Sendo assim, quantias cada vez maiores do dinheiro público são gastas com o propósito de identificar e caçar os “assaltantes, vagabundos e outras versões atualizadas daquele terror moderno, o móbile vulgus – os tipos inferiores de pessoas em movimento, surgindo e se espalhando em lugares onde só deveriam estar as pessoas certas”. A defesa das ruas perigosas, assim como o exorcismo em casas mal-assombradas de outrora, passa a ser reconhecida como um objetivo digno de ser perseguido, sendo encarada como a maneira apropriada de proteger as pessoas contra os medos e perigos que as tornam cada vez mais sobressaltadas, nervosas, tímidas e assustadas (BAUMAN, 2000).

O perigo mais tangível para aquilo que é definido como “cultura pública” está na “política do medo cotidiano”. “O espectro arrepiante e apavorante das ruas inseguras mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da busca da arte e das habilidades necessárias para compartilhar a vida pública.” (BAUMAN, 2000)

A fortificação da vida cotidiana, não é privilégio apenas dos mais ricos. Nas periferias, as principais vítimas do esvaziamento das funções do Estado, o crime organizado ocupa as brechas deixadas pelo poder público, fazendo o papel de vigilantes e de juízes, aqui os muros são invisíveis e as armas são mais pesadas. Os traficantes e milicianos exercem seu poder tanto pela coerção quanto pela admiração que conquistam ao fazerem às vezes do Estado.

A comunidade passa a ser definida por suas fronteiras vigiadas de perto e não mais por seu conteúdo; a “defesa da comunidade” é traduzida como o emprego de guardiões armados para controlar a entrada; assaltante e vagabundo promovidos à posição de inimigo público número um; compartimentação das áreas públicas em enclaves defensáveis com acesso seletivo; separação no lugar da vida em comum – essas são as principais dimensões da evolução corrente da vida urbana e uma das mais presentes degenerações das utopias das formas espaciais..

Richard Sennet define a cidade como “um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar” (SENNET, 1978 apud BUMAN, 2000 p.121). Significa que estranhos podem se encontrar em sua condição de estranhos, saindo desse encontro casual como estranhos, de modo que tudo termina de maneira tão abrupta quanto começou. Nada de retomadas, nem troca de informações sobre as atribuições do dia-a-dia, ou lembranças compartilhadas, nada que possa servir de guia para esse presente encontro. Um evento sem passado ou futuro, “uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato, sem adiamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião.” (BAUMAN, 2000).

A vida urbana requer um tipo de atividade muito especial e sofisticada, trata-se de um grupo de habilidades que Sennet denominou como “civildade”: a atividade que protege as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas. Usar uma máscara é a essência da civildade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, distante das circunstâncias do poder, do mal-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam. A civildade tem como objetivo proteger os outros de serem sobrecarregados com nosso peso.

Tal objetivo é seguido na espera da reciprocidade. Proteger os outros contra a sobrecarga restando o ato de interagir com eles, isso só faz sentido quando se espera generosidade semelhante. “A civildade como linguagem, não pode ser “privada”. Antes de se tornar a arte individualmente aprendida e privadamente praticada, a civildade deve ser uma característica da situação social. É o entorno urbano que deve ser “civil”, afim de que seus habitantes possam aprender as difíceis habilidades da civildade”. (BAUMAN, 2000)

Dizer que o meio urbano é “civil” significa a disponibilidade de espaços que as pessoas possam compartilhar como personas públicas – sem serem pressionadas ou induzidas a abrir mão de suas máscaras.

Mas também significa uma cidade que se apresenta a seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais e como uma tarefa compartilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais, como uma forma de vida com um vocabulário e lógica próprios e com sua própria agenda, que é (e está fadada a continuar sendo) maior e mais completa que a lista de cuidados e desejos individuais – de tal forma que “vestir uma máscara pública” é um ato de engajamento e participação, e não um ato de descompromisso e retirada do “verdadeiro eu”, deixando de lado o intercurso e o envolvimento público, manifestando o desejo de estar só e continuar só.”(BAUMAN, 2000 p. 123)

Nas cidades contemporâneas há muitos lugares que recebem o nome de “espaços públicos”. Possuem os mais variados tipos e tamanhos, mas a maior parte deles faz parte de uma de duas grandes categorias. “Cada categoria dessas se afasta do modelo de espaço civil em duas direções opostas que se complementam” (BAUMAN 2000, p.123).

A região das avenidas Luiz Carlos Berrini e Brigadeiro Faria Lima, na zona sul de São Paulo, são as meninas dos olhos do mercado imobiliário com fins comerciais paulistano, incorporam todas as características da primeira das duas categorias de espaços públicos urbanos, que não são civis. O que chama a atenção é acima de tudo a falta de hospitalidade das vias, tudo aquilo que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência. Os edifícios que margeiam a via de fluxo intenso de veículos são feitos para serem admirados, e não visitados; cobertos de cima a baixo por vidro refletivo parecem não possuir portas ou janelas, dando as costas para a ruas da quais se erguem. Os pedestres que ocupam as calçadas, ou estão indo para seus postos de trabalho em alguma das milhares de salas voltadas para este fim, ou estão nos pontos de ônibus à espera de sair dali.

“A segunda categoria de espaço público mas não civil se destina a servir aos consumidores, ou melhor, a transformar o habitante da cidade em consumidor” (BAUMAN, 2000 p. 124). Consumidores geralmente compartilham esses lugares (casas de shows, pontos turísticos, shopping centers), sem ter qualquer interação social real. Lugares que encorajam a ação e não a interação. Ao compartilhar o espaço físico com outros, o consumidor dá importância a ação, conseguindo a aprovação pelo número, “que corrobora seu sentido e a justifica sem necessidade de mais razões”. Qualquer interação os afastaria de suas ações, que requerem um

envolvimento pessoal, trazendo prejuízo e não vantagens. Nada seria acrescentado aos prazeres de comprar e desviaria corpo e mente desta tarefa.

O consumo é um passatempo individual, constituído de sensações experimentadas apenas subjetivamente. As multidões que lotam esses templos de consumo são apenas ajuntamentos, não formam congregações, por mais cheios, tais lugares de consumo coletivo não têm nada de “coletivo”.

O lugar é protegido contra todo tipo de chatos, intrometidos, qualquer um que possa interferir no isolamento do consumidor. No templo do consumo é sempre primavera, graças aos sistemas de iluminação artificial e condicionamento do ar, uma ilha de ordem, livre das populações marginais (pelo menos se supõe isso), ninguém está lá pra conversar ou socializar. “Levam com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerem), como os caracóis levam suas casas.” (BAUMAN, 2000 p.125)

(...) Disney tinha inventado uma fórmula para a bem-sucedida venda direta ao consumidor. O segredo do sucesso comercial do shopping estava na construção de ambientes protegidos, seguros, bem organizados, de fácil acesso e, sobretudo, agradáveis, relaxantes e isentos de conflito. O mall foi concebido como um mundo de fantasia em que a mercadoria reina suprema. E, se velhos sem-teto começaram a considerá-lo um lugar quente em que se abrigar, os jovens viram nele um excelente local de convívio e os agitadores começaram a distribuir nele seus panfletos, o aparato de vigilância e controle (com câmeras ocultas e funcionários da segurança) assegurava que nada de impróprio aconteceria. (HARVEY, 2015 p. 221)

Tudo aquilo que acontece dentro do templo do consumo tem pouca ou nenhuma relação com o ritmo e/ou o teor da vida diária que flui fora de seus portões, é como estar em outro lugar. Diferente dos carnavais, que também envolvem essa experiência de ser transportado: as idas às compras são principalmente viagens no espaço, e apenas secundariamente viagens no tempo. No carnaval a cidade se transforma em um intervalo de tempo antes de cair novamente em sua rotina. Um lapso de temporal definido que, no entanto retorna de maneira cíclica, desvendando um outro lado da realidade diária, um lado ao alcance de todos, mas que normalmente permanece oculto e impossível de tocar. A lembrança dessa descoberta unida a esperança de outros relances por vir impedem que a consciência desse outro lado seja completamente suprimida. (BAUMAN, 2000)

Uma ida ao templo de consumo é uma questão inteiramente diferente. Entrar nessa viagem, mais do que testemunhar a transubstanciação do mundo familiar, é como ser transportado a um outro mundo. O templo do consumo (claramente distinto da

loja da esquina de outrora) pode estar na cidade (se não construído, simbolicamente, fora dos limites da cidade, à beira de uma autoestrada), mas não faz parte dela; não é o mundo comum temporariamente transformado, mas um mundo ‘completamente outro’. O que o faz ‘outro’ não é a reversão, negação ou suspensão das regras que governam o cotidiano, como no caso do carnaval, mas a exibição do modo de ser que o cotidiano impede ou tenta em vão alcançar – e que poucas pessoas imaginam experimentar nos lugares que habitam normalmente. (BAUMAN, 2000 p.126)

O carnaval nos mostra que a realidade não é tão dura quanto parece e que a cidade pode ser transformada, em contrapartida, os templos do consumo não revelam nada da natureza da realidade cotidiana. Assim como o “barco” de Foucault, “é um pedaço flutuante do espaço”, um lugar sem lugar, que existe por si mesmo e ao mesmo tempo se dá ao infinito do mar e pode realizar esse “dar-se ao infinito” porque se afasta do porto doméstico e se mantém a distância. Esse “lugar sem lugar”, é um lugar purificado, limpo das diferenças, onde não há espaço para a alteridade. (BAUMAN, 2000)

Muitos outros espaços e instituições – museus, galerias de arte, centros culturais, organizações do patrimônio histórico, arenas esportivas e de espetáculos, etc – aparentam ter como objetivo o cultivo da nostalgia, a produção de memórias coletivas higienizadas, a promoção de uma sensibilidade estética desprovida de crítica, além da absorção das possibilidades futuras num lugar desprovido de conflitos e eternamente presente.

Os contínuos espetáculos da cultura da mercadoria, incluindo a transformação do próprio espetáculo em mercadoria, desempenham seu papel no fomento da indiferença política. Um nirvana estupidificado ou uma atitude totalmente blasé (a fonte de toda indiferença) – eis o objetivo pretendido (...). As múltiplas utopias degeneradas que hoje nos circundam – e os shopping malls e as utopias “burguesas” comercializadas dos subúrbios são paradigmáticos – assinalam o fim da história tanto quanto o Muro de Berlim o fez. Eles antes exemplificam do que criticam a ideia de que “não há alternativa”, a não ser as advindas da conjunção entre as fantasias tecnológicas, a cultura da mercadoria e a acumulação interminável do capital. (HARVEY, 2015 p. 221)

Harvey (2015) afirma que na prática, a maioria das utopias da forma espacial são realizadas por meio da ação do Estado ou da acumulação do capital, sendo a normalidade uma ação conjunta destas duas forças. Dessa maneira, uma opção a isso seria colocar-se “fora” da corrente principal dos processos sociais, como pareceu ser possível no século XIX com as várias incursões de Owen, Cabet, e seus discípulos nas Américas. Mas, a história mostrou que quem seguiu esse

caminho dissidente acabou presenciando, de um modo geral, a dissolução de seus princípios ao serem absorvidos pela corrente principal da acumulação de capital e do Estado desenvolvimentista, algo semelhante ao que aconteceu com o kibutz de Israel.

O fracasso das utopias da forma espacial que se materializam pode ser razoavelmente atribuído tanto aos processos mobilizados para sua realização como a deficiências da forma espacial per se. É esse elemento que, como argumenta com tanta coerência Tafuri (1976), torna um utopismo arquitetônico nas atuais condições uma tão grande impossibilidade. (HARVEY, 2015 p. 227)

Nesse ponto torna-se nítida a ação de uma contradição ainda mais fundamental. As utopias da forma espacial tem a pretensão de estabilizar e controlar os mesmos processos que precisam ser mobilizados para sua própria concretização. Portanto, no ato de realização dessas utopias, o processo social toma as rédeas das formas espaciais com as quais se pretendem controlá-lo.

2. O DIREITO À CIDADE E A DIALÉTICA DA UTOPIA

Ao nos colocarmos de frente aos defeitos e dificuldades das utopias, tanto em sua forma espacial quanto nos processos sociais, encontramos duas alternativas: a mais óbvia: o total abandono de qualquer pretensão utópica, e a segunda proposta por Harvey (2015) que seria a construção de um utopismo “explicitamente espaço-temporal”. No início do século passado Einstein nos ensinou que não é possível separar o tempo e o espaço de modo coerente. No âmbito das ciências sociais é possível observar mais que indícios de que a separação entre tempo e espaço, apesar de sua utilidade em alguns casos, pode levar a enganos.

E se virmos o espaço e o tempo como construções sociais (o que implica a rejeição das teorias absolutas do espaço e do tempo atribuíveis a Newton e Descartes) a produção do espaço e do tempo terão de ser incorporadas ao pensamento utópico. Logo, busca-se aquilo que chamarei de “utopismo dialético”. (HARVEY, 2015, p. 239)

A ideia de um livre ordenamento espacial imaginativo com o objetivo de alcançar metas sociais e morais específicas pode ser transformada na ideia de uma experimentação aberta e potencialmente infinita com as possibilidades da forma espacial. O que pode permitir a exploração de um amplo espectro de potencialidades humanas: diferentes formas de vida coletiva, de relações de gênero, de produção, de relação com a natureza, etc. É desse modo que Henry Lefebvre (1901-1991) formula sua própria concepção da produção do espaço. O

pensador a encara como um meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias.

2.1 Henri Lefebvre (1901 – 1991)

Henri Lefebvre teve uma vida longa e peculiar, que se estendeu desde o início do século XX até apenas uma década de seu fim. Lefebvre era um jovem de apenas dezesseis anos durante a Revolução Russa, com trinta e poucos anos presenciou a eclosão da II Guerra Mundial, aos sessenta assistiu a crise dos mísseis cubanos, e ainda se mantinha em atividade e escrevendo beirando os noventa na época da queda do Muro de Berlim.

Nietzsche disse certa vez: “eu sou uma coisa, meus escritos são outro assunto”¹¹, em contrapartida, Lefebvre argumentaria que seu trabalho é a sua vida. Não é nossa intenção reduzir sua obra ao homem que ele foi, porém é possível notar que em seu caso, talvez até mais do que em outros escritores, sua vida e obra estão intimamente relacionados.

Em 1950 escreveu a seguinte nota biográfica:

Nascido em 1901, de uma família pertencente à classe média. Uma educação (católica) fortemente religiosa. Juventude atormentada, rebelde, anarquista. Encontrou seu equilíbrio por volta dos trinta: no e através do marxismo. Não seguiu uma carreira regular, seja na Universidade ou não. Atualmente responsável pela pesquisa no Centro Nacional da Pesquisa Científica, seção de sociologia. Vê a filosofia como uma consciência crítica na vida real. Coloca o teatro acima da filosofia (como ele concebe, não como é!) Só realizou uma pequena parte do programa de vida e trabalho que ele planejou. Não espera chegar ao fim. (LEFEBVRE, 1950 apud STUART, 2004 p.1)

Lefebvre nasceu na comuna francesa de Hegetmau, próximo aos Pirineus. Embora tenha deixado sua terra natal ainda na adolescência, manteria a vida toda uma forte conexão com a região. Pretendia seguir carreira na engenharia, mas uma infecção nos pulmões fez com que se transferisse para a filosofia. Graduou-se pela Sourbone em 1920, escrevendo sobre Jansen e Pascal. Em parceria com alguns colegas de esquerda, entre eles Georges Politzer, Norbert Guterman, Georges Friedmann e Pierre Morhange, fundou o periódico *Philosophies*, onde viria a publicar seus primeiros artigos. A publicação possuía a crença de que um desafio a filosofia de Bergson era necessário, ao liderar alguns desses trabalhos, Lefebvre viria a ter contato com Tzara e Breton. Lefebvre e Guterman estavam entre os autores de

¹¹ *Ecce Homo*, Vintage, 1967, Nova Iorque, p.288

uma peça em *La révolution surréaliste*. Mais tarde, de maneira contrariada, viria a romper com o grupo de artistas.

Com o fim da *Philosophies* e seu sucessor *L'esprit*, Lefebvre deixaria a academia, e durante esse período viria a cumprir seu serviço militar, trabalhou em fábricas e dirigiu um táxi em Paris. A respeito desta experiência ele escreveria em 1946:

Um volume enorme não poderia conter as aventuras e desventuras deste taxista-filósofo existencialista. O submundo de Paris revelou-se diante dele em toda a sua variedade desprezível e ele começou a descobrir os segredos de seus bordéis e casas de apostas, salões de danças (para brancos e pessoas coloridas), hotéis chiques e espeluncas gordurosas, negociantes obscuros, pederastas de classes altas e baixas, escritores, bandidos armados e policiais fardados. Eu sondava algumas das profundezas fedorentas da existência, e aquilo que trouxe à tona teria enviado os neo-existencialistas do Café Flore ao delírio. (LEFEBVRE, 1946 apud STUART, 2004 p. 2)

Passou a lecionar após um grave acidente de carro. Inicialmente em Privas, e depois em Montargarsis, ao sul de Paris. Nesse período, deslocava-se constantemente entre a capital e seu local de trabalho. Acompanhou de perto o surgimento dos primeiros trabalhos surrealistas, e graças a Jean Wahl tomou contato com a obra de Hegel, que estudaria em paralelo com suas leituras de Schelling e Nietzsche. Através de Hegel tomou contato com a obra de Marx, e juntamente com Norbert Guterman, entre outros, fundaria *La revue marxiste*, um dos primeiros periódicos marxistas franceses. Se juntaria ao Partido Comunista Francês (PCF) em 1928, onde dedicou-se a um extensivo programa de tradução para o francês dos textos de Marx. De 1928 a 1932 publicaria apenas um trabalho, porém, sua visão particular da teoria marxista já era visível em seus artigos publicados em parceria com Guterman em periódicos como *Avant-Post* e *Commune*.

Por conta de sua associação ao PCF, seria removido de suas atividades como professor em 1941 durante a Ocupação Nazista. A partir daí, se juntaria à resistência, onde publicaria panfletos, ajudaria a descarrilar trens, descobriria e entregaria colaboracionistas com o regime nazista. Essa experiência mudaria sua visão sobre o enfrentamento político, mostrando a enorme lacuna entre realidade e fantasia nesse tipo de enfrentamento. Esse período também despertaria seu interesse sobre a vida rural francesa, na medida em que ficou alocado por muito tempo na região dos Pirineus.

Após a Guerra trabalhou por um tempo como diretor artístico de uma rádio em Toulouse. Mais tarde lecionou em liceus e universidades como Toulouse,

Strasbourg, Nanterre, e Paris VIII, foi também professor em meio período da École Pratique des Hautes Études, também chefiou o departamento de sociologia do CNR (Centre National de la Recherche Scientifique), permanecendo porém fora do *mainstream* acadêmico. Lefebvre seria desligado do CNR por não possuir um doutorado, fato este que seria facilmente corrigido com seu material produzido sobre as comunidades rurais durante sua permanência nos Pirineus, tendo sido readmitido em 1954. No entanto, Stuart (2004) afirma que seu desligamento da instituição se deveria ao seu marxismo, eram os anos da Guerra Fria, e sua reintegração só se daria de fato após uma pressão sindical.

Lefebvre se manteve no PCF por trinta anos, de 1928 até 1958, e após sua desfiliação envolveu-se com uma série de outros movimentos de esquerda tais como os situacionistas. Desempenhou um papel fundamental na criação de uma série de publicações dissidentes tais como a *Vois nouvelles* e a *Autogestion*. Tendo tido como alunos Daniel Cohn-Bendit e Jean Baudrillard, o pensamento de Lefebvre teve um impacto profundo nos eventos de maio de 1968, em Paris, sobre os quais escreveu um de seus ensaios seminais. Lefebvre tinha 67 anos na época, e continuaria ativo por pelo menos mais vinte anos, tendo escrito algumas de suas principais obras neste período, tais como *O Direito à Cidade e Revolução Urbana*.

Na velhice, retornou para a cidade de Navarrenx, onde costumava passar os feriados de final de ano e recebia um enorme número de visitantes vindos de Paris e diversas outras partes do mundo. Apesar de visitar Paris esporadicamente, a casa de sua mãe foi local escolhido por ele para passar seus últimos dias. Lefebvre viria a falecer em junho de 1991, pouco tempo depois de seu nonagésimo aniversário.

2.2 O Direito à Cidade

Desde o começo da década de 1960, Paris vinha passando por uma série de transformações. A antiga cidade não podia permanecer como era, porém “a nova cidade parecia demasiado horrível, sem alma e vazia para se contemplar” (HARVEY, 2014 p.10). Em consequência do plano Marshal, a cidade foi invadida pelo capital empresarial estadunidense, e passou por um vigoroso crescimento da construção de estradas e arranha-céus, além da chegada de um consumismo irracional às ruas e lojas. É nesse cenário material que em 1967 Henri Lefebvre

escreveria um de seus ensaios mais importantes: *Le droit à la ville* (O Direito à Cidade). Esse direito, segundo ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa aparece como uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana nas cidades. A exigência era, na verdade, um chamado para o enfrentamento dessa crise e criar uma vida urbana alternativa menos alienada, mais significativa e divertida, sem deixar de ser conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates, e à busca eterna de uma novidade que não se pode conhecer.

Ao abrir a porta da imaginação humana, Marx, ainda que tenha procurado negá-lo, cria um movimento utópico dentro do qual nossas imaginações podem vagar e pensar em possíveis alternativas de mundos urbanos. Poderíamos nos dar ao luxo de não sermos utópicos? Poderá a consideração de uma tradição utópica revelar um caminho visionário para informar nossas perspectivas de possibilidades e chamar os movimentos sociais para alguma alternativa e diferentes visões da cidade? (HARVEY et. al , 2013, p. 32)

O direito à cidade é muito mais que um direito de acesso grupal ou individual aos recursos que a cidade incorpora: trata-se do direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos desejos mais profundos. Além disso, e o mais importante, trata-se de um direito coletivo, uma vez que reinventar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização, na medida que se o nosso mundo urbano foi imaginado e feito, logo pode ser reimaginado e refeito.

Harvey (2014) destaca uma especificidade do nosso meio acadêmico, na medida em que somos especialistas em reconstituir a genealogia das ideias. Dessa forma, ao examinarmos os textos de Lefebvre desta época, é possível encontrar influências de Heidegger, Nietzsche e Fourier, além de críticas claras a Foucault, e a sustentação teórica em Marx. Porém, a academia tem por hábito esquecer do papel exercido pela sensibilidade que vem das ruas que nos cercam.

Lefebvre era profundamente sensível às ruas, e não apenas devido ao seu envolvimento com os situacionistas e sua ideia de uma psicogeografia da cidade, além das experiências das derivas urbanas através de Paris e suas críticas ao espetáculo. Harvey chega a afirmar que o simples fato de sair de seu apartamento certamente “bastava para colocar seus sentidos em polvorosa.

Por esse motivo, considero extremamente significativo que *O direito à cidade* tenha sido escrito antes da *Irrupção* (como Lefebvre posteriormente a chamou) de maio de 1968. Seu ensaio apresenta uma situação em que tal irrupção não era apenas possível, mas quase inevitável (e Lefebvre desempenhou um pequeno papel em Nanterre para que assim fosse).

Contudo, as raízes urbanas desse movimento de 1968 continuam sendo um tema muito subestimado nos estudos subsequentes desse acontecimento. (HARVEY, 2014 p. 13)

Os movimentos sociais existentes na época – ecologistas, movimento estudantil, coletivos artísticos, etc – misturaram-se àquela revolta e cada um à sua maneira contribuiu para moldar suas reivindicações culturais e políticas, criando um todo complexo e indeterminado de diversas formas. É possível também afirmar, embora haja uma carência de provas materiais disso, que as subsequentes transformações culturais na vida urbana, na medida em que o capital assume a forma de fetichismo da mercadoria, o surgimento de nichos de mercado e consumismo urbano, desempenharam um papel de protagonismo nada inocente na pacificação dos eventos pós-1968. (HARVEY, 2014)

Faço essas observações porque se, como aconteceu na última década, a ideia do direito à cidade passou por certo ressurgimento, não é para o legado intelectual de Lefebvre que nos devemos voltar em busca de uma explicação (por mais importante que esse legado possa ser). O que vem acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante. E, como grande dialético e crítico imanente da vida cotidiana urbana, certamente Lefebvre estaria de acordo. (HARVEY, 2014 p. 13-14)

Podemos utilizar como exemplo o fato de que a estranha convergência de neoliberalização e redemocratização no Brasil na década de 1990 tenha resultado no Estatuto das Cidades, uma lei que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, e que garante o direito à cidade tendo como grande foco a questão da função social da propriedade urbana. Uma conquista inegável que apenas demonstra o poder e a importância dos movimentos sociais urbanos. Apesar das falhas, e das constantes dificuldades na aplicação prática de seus instrumentos, afinal, o Brasil apresenta uma particularidade em suas leis: algumas leis conquistam sua aplicação prática e outras não, o Estatuto das Cidades foi um instrumento que ajudou a consolidar e promover um sentido ativo de “cidadania insurgente” (tomando o termo de James Holston, 2008) que não tem nada a ver com o legado lefebvriano, “mas tudo a ver com as lutas que continuam a existir acerca de quem vai configurar as características da vida urbana cotidiana” (HARVEY, 2014 p 14).

Depois de anos de lutas por suas pautas específicas (pessoas sem-teto, gentrificação e desalojamento, criminalização dos pobres e dos diferentes etc.), concluíram separadamente que a luta pela cidade como um todo envolvia suas próprias lutas. Juntos, achavam que poderiam ser bem-sucedidos mais rapidamente. E, se movimentos diferentes – porém análogos em suas causas – podem ser encontrados, isso tampouco ocorre por algum tipo de

lealdade às ideias de Lefebvre, mas exatamente porque as ideias de Lefebvre, como as deles, surgiram basicamente das ruas e bairros de cidades doentes. (HARVEY, 2014 p 15)

Os movimentos pelo direito à cidade com toda a diversidade de suas orientações encontram-se em plena atividade ao redor do globo todo. A esta altura haveremos de convir que a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente dos muros bem protegidos da academia, esta ideia surge das ruas. Trata-se de um grito, de socorro, de revolta e amparo de pessoas oprimidas em tempos desesperadores.

De que modo, então, respondem os acadêmicos e intelectuais (tanto orgânicos como tradicionais, como diria Gramsci) a essa queixa e a essa exigência? É aqui que se mostra útil um estudo sobre como Lefebvre respondeu – não porque suas respostas não delineiam um esquema (nossa situação é bem diferente da que havia na década de 1960, e as ruas de Mumbai, Los Angeles, São Paulo e Johannesburgo são muito diferentes das de Paris), mas porque seu método dialético de investigação crítica imanente pode oferecer um modelo inspirador sobre como poderíamos responder a essa queixa e a essa exigência. (HARVEY, 2014 p. 15-16)]

Para Lefebvre, não existe teoria sem utopia, caso contrário, as pessoas seriam receptáculos para gravar aquilo que se vê diante de seus olhos. No entanto, sua visão de utopia consiste basicamente em tornar possível amanhã àquilo que é impossível hoje. O autor nega os aspectos pejorativos da utopia mudando a maneira como o conceito era entendido. Em oposição ao caráter transcendental e idealizado associados ao senso comum, Lefebvre demonstrou que as maneiras mais concretas de explorar a escala do possível estavam enraizadas na vida cotidiana. Ao estabelecer uma relação dialética entre a atuação na esfera do possível com o impossível, um movimento que demanda tanto uma análise das condições de possibilidade quanto a procura por aberturas para o devir.

Lefebvre dirige sua crítica ao modelo modernista de urbanismo. O surgimento do urbanismo enquanto campo específico do conhecimento data século XIX, agregando o vocabulário das ciências biológicas à linguagem da arquitetura com o intuito de levar a lógica da indústria para as nossas cidades. “Esse projeto de racionalidade generalizada constrói o vazio diante de si. Devasta pelo pensamento antes de devastar pela eficácia” (LEFEBVRE, 2008, p.40). O projeto de uma racionalidade universal consiste “na extensão, a todas as atividades, de uma experiência, a da divisão manufatureira do trabalho” (2008, p.40).

O grande intento da era industrial é o de estender à divisão social do trabalho a eficácia da sua divisão manufatureira. (...) A divisão social do trabalho se acentua (sem por isso organizar-se racionalmente) até pulverizar-se em atividades separadas, tanto nos trabalhos produtivos materialmente como no trabalho improdutivo, mas socialmente necessário

(intelectual, científico). (...) A organização geral, isto é, espaço-temporal, da prática social tem a aparência de uma racionalidade completa por que é feita de ordens e coações. (LEFEBVRE, 2008, p.40)

O papel demiúrgico do arquiteto é parte tanto da mitologia, quanto da ideologia urbana. Gropius tinha grandes ambições propondo ao arquiteto a missão de coordenar e unificar os problemas ao progredir “de um estudo funcional da casa ao da rua, da rua à cidade, e finalmente à planificação regional e nacional”. No entanto, o que ocorreu foi o inverso: a planificação estruturante submeteu às suas exigências os graus e níveis inferiores.

Inverter essa situação? Eis o possível, hoje impossível, ligado às ações transformadoras da sociedade. Não cabe ao arquiteto, como acreditava Gropius, “definir uma nova concepção da vida”, permitir ao indivíduo desenvolver-se num plano superior libertando-se do peso da cotidianidade. É uma nova concepção da vida que cabe permitir a obra do arquiteto, que ainda servirá aqui de “condensador social”, não mais das relações capitalistas e da encomenda que as “reflete”, mas de relações em movimento e de novas relações em via de constituição. (LEFEBVRE, 2008 p.95)

Juntamente com os situacionistas, com quem teve uma intensa associação do fim da década de 1950 até o início da década de 1960. Para Lefebvre, o urbanismo seria um instrumento estratégico com o qual o capital e o Estado são capazes de manipular a realidade urbana e assim produzirem espaços controlados. Ele era altamente crítico em relação aos espaços alienantes produzidos nas cidades modernas e nos grandes conjuntos habitacionais, que para o pensador, são instrumentos que visam concretizar a hierarquização das relações sociais capitalistas capazes de reduzir a condição humana do “habitar” à noção cientificista do “habitat” restringendo o encontro, o jogo e a espontaneidade. Lefebvre tenta evitar evocar apenas imagens de desespero, as críticas ao insucesso da nossa sociedade, e a alienação. Para isso, moveu um apelo contínuo ao que é possível e que por sua vez deveria se centrar no cotidiano. Seu utopismo firmado na vida cotidiana era caracterizado pela busca por potencialidades de futuros melhores atualmente reprimidos ou adormecidos. Isso envolveu um entendimento das condições degradadas da vida cotidiana no contexto da modernidade na medida em que esta foi colonizada pelo capital, assim como aos espaços de desejo, resistência, luta e possibilidade dentro delas que apontam para o seu potencial de transformação. Interromper aquilo que é rotineiro e determinado é crucial para descobrir essas possibilidades através daquilo que Lefebvre denominou como o

“momento”. Através da presença desses momentos na vida cotidiana, vislumbres de um mundo transformado poderiam ser abertos.

[...] O fenômeno urbano se apresenta, desse modo, como realidade global (ou se quiser, total) implicando o conjunto da prática social. Essa globalidade não pode ser apreendida imediatamente. Convém proceder por níveis e patamares, avançando em direção ao global. Percurso metodológico difícil. A cada passo é preciso arriscar-se, evitando obstáculos e ciladas. Ainda mais que a medida que cada tateamento, a cada avanço, surge uma interpretação ideológica que imediatamente se converte em prática redutora e parcial. Um bom exemplo dessas ideologias totalizadoras, correspondendo a práticas mutiladoras, encontra-se nas representações do espaço econômico e do planejamento que, fazem o espaço urbano específico desaparecer, ao assimilar ao desenvolvimento social ao crescimento industrial, ao subordinar a realidade urbana à planificação geral...(LEFEBVRE,2008)

A abordagem de Lefebvre entrava em contraste com os modelos prospectivos onde a utopia “se liga a numerosas realidades mais ou menos distantes e desconhecidas ou incompreendidas, mas não mais à vida real e cotidiana” (LEFEBVRE, 1996, p163). Casos em que “o olhar se afasta, deixa o horizonte, perde-se nas nuvens, em outro lugar” (idem). Ao dar ênfase à vida cotidiana e ao direito à cidade, Lefebvre encarava a cidade como uma obra, um trabalho coletivo desalienado. “Um lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à categoria de recurso supremo entre todos os recursos” (ibid., p158). Seu conceito de utopia surgiu da vida cotidiana, das ruas e praças, encontrou nos festivais, em momentos revolucionários como a Comuna de Paris, cujo sonho acreditava ser necessário se reabilitar junto a ideia renovada de uma práxis criativa. Suas concepções abertas de possibilidade e de totalidade falam de esforços recentes para repensar a utopia de maneiras mais orientadas para o processo, e em um contexto de diversas lutas políticas contemporâneas, esse utopismo dialético continua a oferecer uma orientação útil para as atividades de estudiosos radicais, apesar das atuais conjunturas políticas serem bastante diferentes.

Em oposição a sociedade tecnocrata, o projeto de Lefebvre explora as brechas entre utopia e ciência, o real e o ideal, concebido e vivido, de maneira a apontar o caminho para a construção de espacialidades diferentes, espaços de uma vida diferente, em outros modos produção, de maneira mais criativa e emancipada.

Seu estudo publicado em 1965 sobre a Comuna de Paris (*La Proclamation de la Commune*), inspirado até certo ponto pelas teses situacionistas, já demonstrava o entendimento de Lefebvre que os movimentos revolucionários na maioria das

vezes, para não dizer sempre, assumem uma dimensão urbana. Este posicionamento o colocou em choque com os marxistas mais ortodoxos, que sustentavam que a classe trabalhadora fabril era a verdadeira força de vanguarda para a transformação revolucionária.

Ao invocar a “classe trabalhadora” como agente da transformação revolucionária ao longo do seu texto, Lefebvre estava sugerindo tacitamente que a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris. Como ele observaria mais tarde, esse é um tipo muito diferente de formação de classe – fragmentado e dividido, múltiplo em suas ações e necessidades, em geral itinerante, bem mais desorganizado e fluido do que solidamente implantado. (...) Ocorre, porém, que boa parte da esquerda tradicional tem dificuldade de apreender o potencial revolucionário dos movimentos sociais urbanos. Em geral, são subestimados como meras tentativas reformistas de lidar com questões específicas (e não sistêmicas), que então terminam por ser considerados nem como movimentos verdadeiramente revolucionários nem de classe. (HARVEY, 2014 p.17)

É possível notar uma continuidade entre a obra de Lefebvre e aqueles que como Harvey, Braga, Castells, Rolnik, Holston e tantos outros que procuram abordar o direito à cidade sob uma lente revolucionária, e não apenas reformista. E no mínimo podemos notar que a lógica que embasa a posição de Lefebvre apenas tem se intensificado em nossos dias. Em grande parte do mundo capitalista as fábricas vem seus números diminuindo drasticamente, dizimando a classe operária industrial clássica. O trabalho de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substitui o “proletariado tradicional”.

Lefebvre também antecipou que as relações entre o campo e a cidade vinham passando por transformações radicais, com o desaparecimento gradativo do campesinato tradicional, além da própria urbanização do meio rural seguida de perto por uma nova abordagem consumista na relação com a natureza (com a substituição dos fins de semana e os períodos de lazer por condomínios fechados arborizados), e sem contar a abordagem capitalista dos suprimentos de mercadorias agrícolas para o mercado urbano. Ele também foi capaz de perceber a globalização desse processo, e que nestas condições, a condição do direito à cidade (que poderia ser entendida como um objeto definível) deveria ceder espaço à questão um pouco mais vaga do direito à vida urbana, o que se tornaria mais tarde em seu pensamento a questão mais geral do direito *A produção do espaço*.

O desaparecimento gradual da oposição urbano-rural segue um ritmo distinto em cada país, mas não há dúvida de que seguiu a direção prevista por Lefebvre. A recente urbanização

desordenada da China é um caso digno de atenção, com a diminuição da porcentagem da população residente em áreas rurais – de 74% em 1990, para cerca de 50% em 2010 – e o aumento da população de Chongqing em 30 milhões de pessoas durante a última metade do século. Embora haja muitos espaços residuais na economia global onde o processo ainda está longe de ter chegado ao fim, a humanidade vem sendo cada vez mais absorvida pelas fermentações e contracorrentes da vida urbanizada. (HARVEY, 2014 p. 19)

Neste ponto Harvey faz uma problematização importante, Lefebvre (1969) afirmou que “a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida na prática”. Tendo se transformado em um objeto de consumo cultural para turistas ávidos pelo espetáculo. “Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta” (1969, p. 98). Nesta perspectiva, reivindicar o direito à cidade é equivalente a reivindicar um direito a algo que não existe. “Além do mais, o direito à cidade é um significante vazio” (HARVEY, 2014 p.20). Tudo depende de quem vai conferir esse significado: financistas especuladores e empreiteiros, ou trabalhadores sem-teto, imigrantes e outros membros constituintes do precariado urbano.

Inevitavelmente, temos de enfrentar a questão de os direitos de quem está sendo identificado, e, ao mesmo tempo reconhecer, como Marx afirma n’O Capital, que “entre direitos iguais, o que decide é a força”. A própria definição de direito é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo. (HARVEY, 2014, p.20)

O desenvolvimento descontrolado do capitalismo e sua necessidade desenfreada de dispor da acumulação de capital capaz de financiar a expansão infinita e desordenada do crescimento urbano sem a menor preocupação com suas consequências ambientais, sociais ou políticas matou a cidade tradicional. Lefebvre sugere que nossa tarefa política consiste em imaginar e reconstituir um tipo novo de cidade a partir do caos criado por um capitalismo globalizante e urbanizador. E isso não pode acontecer sem a criação de um movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana a partir do nosso cotidiano. (HARVEY, 2014)

Mesmo com sua morte, isso não significa que devemos dar as costas para as cidades como incubadoras de ideias, ideais e movimentos revolucionários. É preciso ter em mente que os movimentos sociais que fizeram do urbano seu meio atuação continuam fazendo a cidade, e que essa tarefa de fazer a cidade é uma tarefa que se faz “em movimento”, ou seja, mobilizando-se e criando realidades radicalmente diferentes.

Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável

de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido. “A cidade está morta”, Lefebvre parece dizer, mas “Longa vida à cidade!” (HARVEY, 2014 p21)

Podemos dizer então que o direito à cidade é a busca de uma utopia? Em termos materiais, isso é verdadeiro sem dúvida. No entanto, não podemos esquecer que as lutas políticas se abastecem tanto por aspectos de natureza prática, quanto por intenções visionárias e imaginativas. Os movimentos que lutam pelo direito à cidade são formados em suas bases por pessoas de baixa renda organizadas em comunidades que lutam por um tipo de desenvolvimento que atenda suas necessidades e desejos, pessoas sem-teto que se organizam por seu direito à moradia e aos serviços básicos, jovens negros e LGBTQ (*Lesbians, Gays, Bissexuals, Transgenders and Queers*). As agendas destes grupos heterogêneos não visam apenas acesso real ao espaço público e aos comuns urbanos, uma vez que empoderados, podem criar novos espaços comuns de socialização e de ação política. Já apontamos anteriormente que o termo “cidade” possui uma história profundamente inserida na busca de significados políticos. Desde a cidade dos Deuses, passando pela metáfora das ilhas, do paraíso ao inferno, a cidade é dotada de um significado capaz de mobilizar um imaginário político crucial. Para Lefebvre e para os situacionistas, o urbano possui uma multiplicidade de práticas que estão prestes a transbordar de possibilidades alternativas. (HARVEY, 2014)

O conceito de heterotopia (o espaço da diferença) presente na obra de Lefebvre abrange espaços sociais limítrofes de possibilidades onde “algo diferente” é possível e fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Harvey (2014) destaca que esse “algo diferente” não surge necessariamente de um projeto, ou de uma ação consciente, mas simplesmente do cotidiano das pessoas, daquilo que fazem, sentem, percebem e acabam por articular no processo de procura por significados para suas próprias vidas. Tais práticas criam espaços heterotópicos por toda parte. Uma grande revolução não se faz necessária para a concretização desses espaços. A visão de Lefebvre para um movimento revolucionário situa-se na confluência espontânea de um momento de “irrupção”, que ocorre quando grupos heterotópicos distintos se dão conta, mesmo que por um instante, das possibilidades trazidas pela ação coletiva para que se crie algo radicalmente novo.

O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial (...) aparece como diferencial: cada lugar e cada momento não tendo existência se não num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos,

distinguindo-o. Esse espaço-tempo se define por propriedades *unitárias* (globais: constitutivas de conjuntos, de grupos em torno de um centro, de centralidades diversas e específicas), assim como por propriedades *duais*. (...) Para definir tais propriedades do espaço diferencial urbano (do tempo – espaço), introduzimos conceitos novos, como *isotopia* e *heterotopia*, completados pelo de *utopia*. Denominamos *isotopia* um lugar (topos) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos), isto é, o que faz um *mesmo lugar*. (...) Entretanto ao lado do “lugar mesmo”, há o lugar outro, ou o outro lugar. (...) Uma diferença que o caracteriza, situando-o (situando-se) em relação ao lugar inicialmente considerado. Trata-se da *heterotopia*. Desde que se considere os ocupantes dos lugares, a diferença pode ir até o contraste fortemente caracterizado, e mesmo até o conflito. Esses lugares são relativos uns aos outros no conjunto urbano, o que supõe a existência de um elemento neutro, definido aqui ou ali, que pode consistir na ruptura-sutura dos lugares justapostos(...) E agora há também o alhures, o não-lugar que que não acontece e, entretanto, procura seu lugar. A verticalidade, ou seja, a altura erigida não importa a que ponto a partir do plano horizontal, pode tornar-se a dimensão do alhures, o lugar da ausência-presença: do divino, da potência; do meio-fictício meio-real; do pensamento sublime. O mesmo ocorre com a profundidade subterrânea, verticalidade inversa. É evidente que nesse sentido o *utópico* nada tem em comum com o imaginário abstrato. Ele é real. Ele está no coração desse real, a realidade urbana, que não está ela própria, desprovida dessa semente. No espaço urbano o alhures está em toda parte, e em nenhuma parte. (LEFEBVRE, 2008 p. 42-43)

Essa confluência é simbolizada por Lefebvre na busca pela centralidade. A centralidade tradicional pode até ter sido destruída, porém, há um impulso que anseia por sua restauração, e que surge de maneira recorrente, gerando efeitos políticos de grande projeção, como podemos observar recentemente nas praças centrais do Cairo, de Madrid, Atenas, Barcelona, no parque Zucotti em Nova Iorque, ou na Avenida Paulista no início das Jornadas de Julho. De que maneira, e onde podemos nos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas se não no espaço público?

Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. (...) Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrado e poli(multi)cêntrico*. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações e ejeções súbitas. O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. (...) É a utopia (real-concreta). Assim realiza-se a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante, numa *realidade diferencial* na qual esses termos não mais separam, mas se transformam em diferenças imanentes. (LEFEBVRE, 2008, p.44)

Porém, neste ponto o romantismo revolucionário urbano atribuído por muitos a Lefebvre entra em choque com as realidades capitalistas e o poder do capital. Ele tinha essa compreensão de que qualquer momento espontâneo de natureza alternativa é passageiro e que se não for aproveitado no momento exato, sem dúvida não voltará a acontecer. Foi assim em maio de 1968 com a pacificação das ruas de Paris, a chamada Primavera Árabe resultou na ascensão de governos autoritários, e as chamadas Jornadas de Julho no Brasil tiveram seu papel nos sucessivos golpes posteriores a ela

Os espaço heterotópicos de diferença são as incubadoras de movimentos revolucionários. As ideias e as práticas urbanas da heterotopia encontram-se em estado de tensão, e não podem ser vistas como alternativas a isotopia, a ordem espacial consumada do capitalismo e do Estado, assim como com a noção de utopia enquanto desejo expressivo. “A diferença isotopia-heterotopia”, dizia Lefebvre, “só pode ser entendida dinamicamente (...) Os grupos anômicos constroem espaços heterotópicos que acabam sendo retomados pela práxis dominante”. (HARVEY, 2014)

Lefebvre tinha plena consciência da força e do poder das práticas dominantes para não reconhecer que a tarefa fundamental era erradicá-las por meio de um movimento revolucionário de amplitude muito maior. A totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado, deve ser derrubada e substituída. Reivindicar o direito à cidade é uma questão intermediária na estrada que conduz a esse objetivo. Isso nunca poderá ser um objetivo em si mesmo, ainda que cada vez mais pareça ser um dos caminhos mais propícios a se seguir. (HARVEY, 2014 p.24).

O direito à cidade encontra-se na capacidade coletiva de forçar a abertura do caldeirão da vida urbana de modo a fazê-lo funcionar como um catalizador para novas concepções e configurações da vida na cidade. O direito à cidade não é um presente, ele precisa ser tomado pelo movimento político.

3. ALTERIDADE, UTOPIA E ARTE

Dois desconhecidos, um homem e uma mulher, se esbarram na escadaria de uma estação de metrô. Ambos pedem desculpas e seguem seus próprios caminhos. Até que a mulher decide voltar e tem início um diálogo: “Ei, podemos começar de novo? Sei que não nos conhecemos, mas eu não quero ser uma formiga, sabe...”. Diante da perplexidade do rapaz, a jovem explica o que queria dizer: “Passamos pela vida

esbarrando uns nos outros, sempre no piloto automático, como formigas. Não sendo solicitados a fazer nada realmente humano. Pare, siga, ande aqui, dirija ali. Ações voltadas apenas à sobrevivência. Toda a comunicação servindo para manter ativa a colônia de formigas de um modo eficiente e civilizado. Aqui está seu troco. Papel, ou plástico? Crédito, ou débito? Aceita ketchup? Não quero um canudo. Quero momentos realmente humanos. Quero ver você, quero que você me veja. Não quero abrir mão disso. Não quero ser uma formiga. Entende?” O jovem responde meio gaguejante no início: “Sim, não... Eu também não quero ser uma formiga. Obrigado pela sacudida. Tenho andado feito um zumbi no piloto automático ultimamente. Não me sinto como uma formiga, mas pareço uma. Sabe, D. H. Lawrence teve a ideia de duas pessoas se encontrarem e, ao invés de apenas passarem, elas aceitam o confronto entre suas almas. É como libertar os deuses corajosos e inconsequentes que nos habitam”. A jovem sorri e responde: “Parece que já nos conhecemos.” A narrativa acima foi extraída de um trecho do filme *Waking Life*, lançado no Brasil em 2002, dirigido e roteirizado por Richard Linklater. A palavra alteridade é formada pela junção do radical latino *alter* – outro – com o sufixo *dade* que indica condição ou estado, ou seja, alteridade pode ser definida como a experiência da diferença. Experiência esta que vem sofrendo constantes ataques durante a modernidade.

O filósofo italiano Giorgio Agamben, retoma e, ao mesmo tempo, radicaliza a questão do empobrecimento da experiência na modernidade levantada por Walter Benjamin. Para o autor, não se trata mais de uma busca moderna de se liberar das experiências, mas sim de uma incapacidade contemporânea tanto de vivenciar quanto de transmitir experiências, deixando de ser uma questão de empobrecimento para tornar-se uma expropriação da experiência (JACQUES, 2012. p.13).

Do empobrecimento da experiência da alteridade na modernidade à sua expropriação contemporânea, fica evidente a atual estratégia de apaziguamento do que seria um novo choque contemporâneo: que consiste em uma construção de subjetividades e desejos hegemônicos.

(...) operada pelo capital financeiro e midiático que capturou o capital simbólico e que busca a eliminação dos conflitos, dos dissensos e das disputas entre diferentes – seja pela indiferenciação, seja pela inclusão excludente – promovendo, assim, a pasteurização, homogeneização e diluição das possibilidades de experiência na cidade contemporânea (JACQUES, 2012. p.14).

Ao invés da total destruição, estamos vivenciando um processo de esterilização da experiência, principalmente da experiência da alteridade urbana. Este processo não a destrói completamente, na medida em que busca sua captura, ou seu anestesiamiento, mas está diretamente relacionado com a pacificação dos espaços urbanos, especialmente dos espaços públicos.

A pacificação do espaço público, através da fabricação de falsos consensos, busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim, procura esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterilizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades. (JACQUES, 2012. p.14)

A valorização da alteridade ganha uma relevância ainda maior, do “outro urbano” que resiste a pacificação e desafia a construção desses pseudoconsensos”. Esses vários outros por suas presenças e práticas cotidianas “explicitam conflitos e provocam dissensos” (2012,p.15). São habitantes das zonas escondidas da cidade, ocultadas e apagadas em oposição às zonas luminosas e gentrificadas. Uma outra cidade, opaca e viva, localizada nas brechas, “margens e desvios do espetáculo urbano” (2012 p15). A radicalidade deste outro urbano fica evidente naqueles que vivem nas ruas – camelôs, mendigos, prostitutas, etc. – que são as principais vítimas dos projetos espetaculares de revitalização e embelezamento urbano, e principais personagens das “narrativas errantes”.

Um desvio se faz necessário no que diz respeito à questão do empobrecimento ou da destruição da experiência, o que nos leva a um outro ponto que Jacques aponta como fundamental e diretamente relacionado: a dificuldade na transmissão de experiências. Estaríamos privados da capacidade de transmitir experiências, ou seja, narrá-las. O exercício de narração “já está associado também a uma prática espacial, ao movimento, à viagem ou, ainda, ao andar pela cidade” (2012, p.17). Para Michel de Certeau (1994 apud JACQUES, 2012, p.17) “Todo relato é um relato de viagem, uma prática do espaço”, e completa: “O relato é *diegese*, termo grego que designa narração: instaura uma caminhada (guia) e passa através (transgride)” (DE CERTEU, 1994 apud JACQUES, 2012 p.17).

Benjamin traça uma diferenciação clara entre dois tipos de experiência. *Erlebnis*, o acontecimento, a vivência, uma experiência sensível, momentânea, isolada e individual. *Erfahrung*, experiência maturada, transmitida e partilhada. A grande questão para Benjamin, não se tratava do empobrecimento da experiência vivida, mas da incapacidade de transformá-la em experiência acumulada, que se torna coletiva através da sua transmissão. Em outras palavras: o empobrecimento da

experiência se dá por conta da perda da capacidade narrativa. O radical *fahr* possui o sentido literal de percorrer. Assim, o conceito de *erfahrung* presente na obra de Benjamin está intimamente ligado a uma experiência espacial. (JACQUES, 2012, p. 19).

3.1 Errantes e Utópicos

Stewart Home, pseudônimo do ativista inglês Kevin Llwelllyn Callan, insere diversos grupos artísticos ao longo do século XX em uma tradição utópica, que remonta as heresias medievais, as vanguardas do pré-guerra, passando pelos situacionistas e dezenas de outros grupos que romperam os limites das artes e mergulharam na política com suas utopias de emancipação da vida cotidiana. Práticas e teorias que se aproximam do pensamento de Henry Lefebvre, seus estudos urbanos e sua ênfase na luta pela realização do possível

O termo “arte” ganhou seu significado moderno com a dupla revolução e seus desdobramentos. Sendo assim, qualquer tradição de oposição a esse significado data desse período ou é posterior a ele.

Na Grécia Antiga e na Europa Medieval, a arte cobria múltiplas disciplinas – muitas das quais foram rebaixadas ao título de “habilidade” ou “especialização”. Aquelas que mantiveram o título de arte são agora praticadas por homens (sic) “geniais”. (HOME, 2004, p13).

Home afirma que a arte tomou o lugar da religião como a forma definitiva de conhecimento, mas também como “a mais legitimada forma de sentimentalismo masculino”. Na medida em que o artista, homem, é tratado como gênio ao tratar “sentimentos” que são considerados tradicionalmente femininos, em contrapartida, o feminino de fato é reduzido a um papel insípido e subordinado.

A “boêmia” é colonizada por homens burgueses – dos quais alguns poucos são gênios, e a maioria deles, excêntricos. As mulheres burguesas cujo comportamento lembra o dos gênios masculinos são consideradas histéricas – enquanto proletários de ambos os sexos que se comportam de tal maneira são simplesmente rotulados de loucos. A arte, tanto na prática quanto no conteúdo, depende de gênero e de classe. (HOME, 2004, p.14)

Segundo a hipótese de Home (2004), a arte enquanto categoria assumiu o papel dos ícones religiosos da Idade Média, sendo assim, é possível afirmar que aqueles que se opõe a esse papel se situem numa “corrente utópica que, por sua vez, remete a heresias medievais”. Deste modo, o autor aponta uma tradição que tem como ponto inicial o Livre Espírito - termo usado para designar diversas heresias cristãs surgidas a partir do século XIII, o rótulo foi empregado para definir ou atacar correntes de pensamento que teve na maior parte das vezes, segundo Vaneigem

(1996), “uma comum atitude na sua irreligião natural, que o seguinte adágio pode resumir: goza a vida e ri do resto” - , passando pelos escritos de Winstanley, Coppe, Sade, Fourier, Lautreamont, William Morris, Alfred Jarry, atravessando o Futurismo e o Dadá – e depois o Letrismo, via Surrealismo, continuando através dos vários movimentos situacionistas, Fluxus, Mail Art, punk rock, Neoísmo e cultos anarquistas contemporâneos.

As expressões medievais dessa corrente utópica têm seu conteúdo encarado como essencialmente religioso, enquanto que seus representantes nos séculos XIX e XX tem sua natureza encarada como essencialmente artística, porém, essa visão não abrange o fato de que a tradição utópica sempre almejou a integração de todas as práticas humanas. As seitas heréticas da Idade Média buscavam abolir o papel da Igreja e realizar o paraíso na terra, enquanto seus equivalentes do século XX buscaram o fim da separação social, confrontando política e cultura simultaneamente.

Paola Jacques, arquiteta e professora as Universidade Federal da Bahia, os errantes são aqueles que realizam errâncias urbanas, ou melhor dizendo, uma experiência errática nas cidades que aponta para a vivência da alteridade urbana. Suas narrativas podem ser encaradas como uma possibilidade crítica de insurgência contra o empobrecimento/perda da experiência, ou, na cidade contemporânea: o processo de espetacularização. Ao invés de repetir qualquer tradição de transmissão da experiência, os errantes inventam novas possibilidades narrativas, formas diferentes de compartilhar experiências, em especial a experiência da alteridade.

(..) elas enfatizam as questões da experiência, do corpo e da alteridade na cidade e, assim, reafirmam a enorme potência da vida coletiva, uma complexidade e multiplicidade de sentidos que confronta qualquer “pensamento único” ou consensual, como o promovido hoje por imagens midiáticas luminosas e espetaculares das cidades. (JACQUES, 2012, p. 20)

Para articular melhor a relação entre experiência e alteridade, Jacques se utiliza da relação feita por Deleuze entre a experiência e o princípio da diferença afirmando que “a experiência é a sucessão, o movimento das ideias separáveis à medida em que são diferentes, e diferentes à medida em que são separáveis. É preciso partir dessa experiência, porque ela é a experiência” (DELEUZE, 1989 apud JACQUES, 2012, p. 22). A experiência errática seria então uma experiência da alteridade que se aproxima de algumas práticas etnográficas e posturas antropológicas.

Segundo Jacques, a experiência de errar pela cidade pode ser pensada não somente como uma ferramenta de apreensão do meio urbano, mas também como uma forma de ação. Através da transmissão de suas narrativas, os errantes são capazes de criar micro resistências atuando na desestabilização das partilhas hegemônicas e homogêneas do sensível. As errâncias são experiências não planejadas e desviatórias do espaço urbano que contrariam os usos planejados. Um exercício voluntário, um jogo de afastamento do lugar mais familiar com o objetivo de vivenciar a alteridade de maneira radical. O errante não vê a cidade de cima, ele a vivencia de dentro, de modo subjetivo e singular, através de uma postura crítica e propositiva, resistindo aos métodos mais difundidos do urbanismo.

A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e expectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (LEFEBVRE, 2008, p. 27)

A história do nomadismo pode ser traçada de forma paralela à própria história das cidades, ou, nas palavras de Deleuze e Guatarri, uma nomadologia que, estaria mais próxima da Geografia do que da História. Dessa mesma maneira, Jacques propõe que uma história das errâncias, ou uma errantologia corre em paralelo com a própria história do urbanismo enquanto ciência, sendo a errantologia uma experiência da metrópole que funciona como uma recusa aos planos disciplinares modernos. Deleuze e Guatarri contrapõem os nômades aos sedentários; a máquina de guerra ao aparelho de estado, o espaço liso dos nômades – a estepe, o deserto, o mar – ao espaço estriado dos sedentários (as cidades); uma ciência ambulante à ciência régia; e também dois jogos o xadrês e o go.

Espaço 'liso' do go, contra espaço 'estriado' do xadrez. *Nomos do go* contra Estado do xadrez, *nomos contra polis*. É que o xadrez codifica e descodifica o espaço, enquanto o go procede de modo inteiramente diferente, territorializa-se e desterritorializa-se [...] Uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo. (DELEUZE & GUATARRI, 1980 apud JACQUES, 2012, p.26)

O *nomos* pode ser entendido como a consistência de um conjunto fluído, que se opõe à *polis*, a lei, como toda extensão vaga ao redor da cidade. Os autores explicam que a diferença entre um espaço liso (vetorial, projetivo) e um espaço estriado (métrico) consiste no fato de que o primeiro ocupa o espaço sem medi-lo, em contrapartida o outro mede o espaço para poder ocupá-lo. Tratam-se de dois

espaços-tempos diferentes, com suas lógicas distintas, mas que coexistem, na medida em que se é possível pensar um *nomos* inserido na *polis*.

O que chamamos aqui de errantologia seria precisamente a busca do entendimento de como essa lógica nômade – dos bandos, das margens, dos percursos, do movimento – poderia se dar, a partir das experiências urbanas dos errantes, na própria cidade. Temos por hipótese que os errantes, em suas errâncias pela cidade, espaço estriado por excelência, “alisam” esse espaço com sua prática e, sobretudo, através da transmissão dessa experiência. As transmissões da experiência através de suas narrativas garantem certa continuidade da própria experiência que, obviamente, já não é a mesma. (JACQUES, 2012,p.27)

Dessa forma, ao andar pela cidade acessamos uma potência nômade inserida dentro dos espaços estriados das cidades, onde o revide consiste em habitar os espaços estriados de uma forma lisa. Errar, vagar a esmo, perder-se é apreender o espaço urbano de maneira crítica.

A grosso modo, o urbanismo moderno pode ser classificado em três momentos distintos que se sobrepõem: a modernização das cidades de meados do século XIX até o início do século XX; o movimento moderno e as vanguardas de 1910 até 1959, e o moderno tardio do pós-segunda guerra até os anos 1970. Em contrapartida, um histórico da errantologia pode ser dividido também em três momentos quase simultâneos aos momentos da história do urbanismo, atuando como contraponto às ideias desses períodos:

O período das flanêries, ou flanâncias, de meados e final do século XIX até início do século XX, que criticava exatamente a primeira modernização das cidades; o das deambulações, dos anos 1910-30, que fez parte das vanguardas modernas, mas também criticou algumas de suas ideias urbanísticas do início dos CIAMs; e o das derivas, dos anos 1950-70, que criticou tanto os pressupostos básicos dos CIAMs quanto a sua vulgarização no pós-guerra, o modernismo. (JACQUES, 2012, p.32)

3.1.1 Flanâncias

Embora não tenha sido o inventor do *flâneur*, Baudelaire ganha importância entre os errantes urbanos por conta da recriação da figura “mítica” do *flâneur* realizada por Benjamin, em particular no texto “Paris do Segundo Império segundo Baudelaire” e no livro póstumo “Passagens”. Baudelaire traduziu a obra de Edgar Allan Poe para o francês. O conto “O Homem das Multidões” original de 1840 é diretamente ligado a recriação do *flâneur* e citado tanto por Baudelaire quanto por João do Rio.

Lembram-se de um quadro (é um quadro, na verdade!) escrito pelo mais poderoso autor desta época e que se intitula O homem das multidões? Atrás das vidraças de um café, um

convalescente, contemplando com prazer a multidão, mistura-se mentalmente a todos os pensamentos que se agitam à sua volta. (BAUDELAIRE, 2002 apud JACQUES, 2012, p.42) É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. (...). Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, (...). Do alto de uma janela, como Paul Adam, admira o calidoscópio da vida no epítrope delirante que é a rua; a porta do café, como Poe em Homem das Multidões, dedica-se ao exercício de adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes. (JOÃO DO RIO, 1997 apud JACQUES, 2012, p.42)

Uma das grandes transformações desencadeadas pela dupla revolução foi o enorme crescimento da população urbana. O urbanismo enquanto ciência e prática profissional surge para atender as necessidades da sociedade capitalista nascente. A reforma urbana empreendida por Haussmann em Paris envolveu enormes gastos públicos e carregava em si um discurso sanitarista, e também estético, sem se esquecer do caráter militar, pois era preciso evitar outra Comuna de Paris. Os bairros populares e suas ruas estreitas foram demolidos para dar lugar a cidade burguesa a medida em que a população pobre foi sucessivamente expulsa do centro.

O que dizer, agora, do urbanismo haussmaniano, senão o que já se sabe? Estripação de Paris de acordo com uma estratégia, expulsão do proletariado para a periferia, invenção simultânea do subúrbio e do habitat, aburguesamento, como despovoamento e apodrecimento dos centros. [...] E=encerra uma lógica inerente à estratégia de classe e pode levar ao limite essa coerência racional [...] Haussman talha, implacavelmente linhas retas no tecido urbano. [...] De um golpe ele muda a cidade. Determina a lógica, a estratégia, a racionalidade. [...] A Comuna, considerada como prática urbana revolucionária, com seu mito e sua ideologia, com sua utopia (descentralização, federalismo proudhoniano). Os operários, expulsos do centro para a periferia, retomaram o caminho do centro ocupado pela burguesia. Apoderaram-se dele, *manu militatri*, com um pouco de sorte e muito discernimento. (LEFEBVRE, 2008, p. 101-102)

Baudelaire participou das barricadas de 1848, e passou a denunciar a destruição promovida por Haussmann, tomando partido das populações que foram sistematicamente expulsas das áreas centrais da cidade, sendo bastante crítico à reforma, principalmente à separação social imposta na cidade, a eliminação da cidade antiga e ao controle imposto no espaço urbano. De modo ambíguo, o flâneur faz parte do processo de modernização e não poderia existir sem ele. No entanto, faz críticas contundentes à efetivação das grandes reformas urbanas (JACQUES, 2012).

O flâneur “não esconde suas ambiguidades, deixa-se fascinar pela modernização” sem deixar de reagir a ela. Contra a divisão e especialização do trabalho taylorista.

“Contra a velocidade imposta pela modernidade positivista, o flâneur traz a questão da lentidão e também a da ociosidade”. (JACQUES, 2012, p. 47)

3.1.2 Deambulações

As deambulações correspondem às excursões por lugares banais organizadas por dadaístas e surrealistas. Essa experiência também foi realizada por artistas modernos brasileiros como Flávio de Carvalho e Mário de Andrade. A ideia de *hasard objectif* também está relacionada a experiência da errância urbana, sendo a base de manifestos surrealistas como o *Nadja*. Buscavam o estranhamento do que é banal e cotidiano, e diferente de seus predecessores os os flâneurs, as deambulações das vanguardas do início do século XX adquiriram um caráter performático, ao invés de se perder na multidão, os deambuladores buscavam provocá-la.

Flávio de Carvalho em suas experiências tentava provocar a multidão. Ele a desafia ao andar em sentido contrário a uma procissão, usando um chapéu – o que era considerado desrespeitoso – e a partir daí estabelece uma análise psicológica dos diferentes comportamentos tanto daqueles que participavam da procissão quanto dos que apenas a assistiam. Suas experiências dariam base para o que ele chamou de psicoetnografia, uma espécie de etnografia urbana antropofágica aliada ao estudo do imaginário e do sonho.

A procissão formada escoava ao som de um cântico sem cadência. Massas de povo, cabeças descobertas, assistiam a passagem, embevecidos, saturados de bondade e autossatisfação. [...] Tomei logo a resolução de passar em revista o cortejo, conservando o meu chapéu na cabeça e andando em direção oposta à que ele seguia para melhor observar o efeito do meu ato ímpio na fisionomia dos crentes. A minha altura, acima do normal, me tornava mais visível, destacando minha arrogância e facilitando a minha tarefa de chamar a atenção. A princípio me olhavam com espanto – me refiro à assistência, porque aqueles que eram da procissão se portavam diferentemente, eles eram os eleitos de Deus, os escolhidos, e formavam uma massa em movimento lento, contrastando em qualidade com a assistência imóvel; eram, portanto, praticamente, o único movimento em todo imenso percurso da procissão e essa situação de movimento naturalmente exigia o monopólio da atenção geral, e uma presença perturbadora, como era a minha, deveria influir diferentemente na procissão em movimento e na assistência. (CARVALHO, 2001 apud JACQUES 2012 p. 102-103)

Os errantes que praticaram as deambulações não buscavam mais a experiência do choque da multidão, eles a provocaram, a devoraram, entraram nas passagens e se tornaram a própria passagem, recolheram os trapos e os restos das cidades em busca de uma experiência de alteridade radical.

As deambulações seriam então errâncias vorazes, insaciáveis, provocadas tanto pelo fascínio do estranhamento do próprio cotidiano urbano banal – que, observado de outra forma, de mais de perto ou mais lentamente, se transforma em surreal –, quanto pela atração pelo que desaparece na transformação da própria cidade, como o anjo da história de Walter Benjamin, em fuga permanente e desesperada para o futuro. (JACQUES, 2012, p.139-140)

3.1.3 Derivas

A Internacional Situacionista (IS) foi um grupo de cunho artístico-político dos mais fronteiriços dentro da esquerda no século XX. Criada em uma conferência em julho de 1957, na região de Cosio d’Arosia (Figura 2.5), Itália, a partir da fusão de três grupos: a Internacional Letrista (Guy Debord e Michelle Bernstein), o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (Pinot-Galizio e Asger Jorn este ex-integrante do COBRA) e pela Associação Psicogeográfica de Londres (Ralph Rumney).



Figura 12: Fundação da Internacional Situacionista Cosio d’Arrosia, 1957¹².

O movimento Letrista foi formado pelo romeno radicado em Paris, Isidore Issou (1928 - 2007). Acreditavam na criatividade como o impulso humano essencial e a definiram unicamente nos termos da originalidade. Mantinham uma postura iconoclasta (em sintonia com o Surrealismo e o Dadaísmo), buscando a renovação das artes e da civilização. Issou quis levar até o fim a autodestruição das formas artísticas, iniciada segundo ele por Charles Baudelaire (1821-1867), promovendo a redução da poesia à letra. Também é de Issou o conceito de *détournement* (desvio), que consistia no aproveitamento de elementos pré-existentes para novas criações. A esquerda do movimento, sob a direção de Guy Debord (1931 – 1994) desligou-se do corpo principal dos letristas após a invasão de uma conferência de imprensa

¹² Fonte: ANDREOTTI E COSTA, 1996, p. 16

realizada por Chaplin no verão de 1952 no Ritz parisiense, que fora denunciada aos órgãos de imprensa por Issou. Essa cisma aliada a uma expansão do campo de ação para além da estética, amparados por uma crítica social de inspiração marxista levou à fundação da Internacional Letrista (IL).

De 1952 a 1954 o grupo publicou o periódico *Internationale Lettriste* e de 1954 até 1957 os vinte e nove números de *Potlatch*. Os primeiros números do periódico eram semanais, tornaram-se mensais do 12 ao 26, perdendo a sua periodicidade daí em diante. A edição de número 30 foi publicada após a fundação da Internacional Situacionista e recebeu o subtítulo de “Informações Interiores da Internacional Situacionista”, cedendo espaço para as doze edições da revista *Internationale Situationnist*. Era distribuída gratuitamente a leitores escolhidos ao acaso, ou aos endereços enviados à redação. Inicialmente, *Potlatch*, tratava de questões ligadas a arte, dentre elas a crítica do surrealismo, e principalmente a superação da arte, em seguida, passaram a tratar da vida cotidiana em geral, da relação entre arte e vida e em particular da arquitetura e do urbanismo através de uma crítica ferrenha ao funcionalismo. Já nessa publicação seriam encontrados os conceitos e práticas que norteariam o pensamento urbano situacionista: a psicogeografia, a deriva e a ideia chave que nomearia o futuro grupo, a situação construída.

A IL passou a cooperar com outros grupos de artistas europeus de ideias semelhantes, como o *London Psychogeographical Association* (LPA), sob a direção de Ralph Rumney, e principalmente o grupo *COBRA* (Copenhague, Bruxelas, Amsterdã, revista homônima), tendo como figuras principais, o dinamarquês Asger Jorn (Arger Jorgensen, 1914 - 1973), o belga Christian Dotremont, e o holandês Constant (Constant Nieuwenhuys, 1920 - 2005). Após a dissolução do *COBRA*, Jorn fundou o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (MIBI, 1954-1957, revista *Eristica*): uma crítica a abertura da nova Bauhaus em Ulm, por Max Bill em 1955.

Em setembro de 1956, o MIBI organizou em Alba (Itália) uma reunião desses núcleos europeus que vinham desenvolvendo os mesmos temas de maneira independente. No ano seguinte em Cosio d’Arosia, os mesmos grupos fundariam a Internacional Situacionista. Henry Lefebvre (1901 -1991) possuía uma relação de afinidade com Debord, e mostrou as possibilidades vivas do marxismo aos situs, foi ele também quem apresentou ao grupo o poeta belga Raoul Vaneigem (1934 -),

que ao lado de Jorn, Constant e Debord, seria responsável pela elaboração do pensamento urbano situacionista.

Entre 1958 e 1969, foram publicados 12 números da revista IS, as seis primeiras edições (até 1961) foram dedicadas à arte, passando para uma preocupação voltada ao urbanismo, em 61 ocorre um “expurgo dos artistas”, exceto Jorn que sairia amigavelmente e continuaria grande amigo de Debord e ajudando a custear a revista com a venda de suas pinturas. Nesse período o clima nos congressos era de guerra, e fundadores do grupo como Pinot-Gallizio e Constant seriam excluídos. A partir daí, os esforços se deslocaram para as esferas políticas, sobretudo revolucionárias, tendo como pico a participação ativa nos eventos de Maio de 68 em Paris.

Além dos números da IS, dos panfletos e das ações, três publicações de seus membros foram determinantes na formação revolucionária pré-68: o texto encomendado em 66 por estudantes da Universidade de Strasbourg: *A Miséria do Meio Estudantil – Considerada em Seus Aspectos Econômico, Político, Psicológico, Sexual e, mais Particularmente, Intelectual, e Sobre Alguns Meios para Remediá-la*, escrito por Khayati e revisado por Debord; em 67 de Raul Vaneigem: *A Arte de Viver para as Novas Gerações*, e no mesmo ano *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord. O auge também foi o início do fim da organização, que vivenciou um súbito crescimento tornando-a incontrolável. Em 69 Vaneigem e Khayati saíram do grupo, o último para integrar-se ativamente na luta palestina, participando da Frente Democrática e Popular de Libertação da Palestina. A saída dos dois marca o fim da revista IS, no ano de 1972 Debord e Sanguinetti anunciariam a autodissolução da Internacional Situacionista.

Pelo dicionário *détournement* deve ser traduzido como “desvio”, “roubo” ou “raptio”. O desvio situacionista em si já é um desvio do conceito cunhado por Issou, aproximado do sentido concebido por Lautremont: um método que consiste em tomar as coisas dos inimigos, para montar outra coisa contra o inimigo. Uma das ações de desvio mais recorrente entre os situs era tomar histórias em quadrinhos americanas e substituir os balões por textos revolucionários (Figura 2.6). “Subversão é um jogo possível pelo fato das coisas poderem ser desvalorizadas” (JORN 1960), “cada elemento da cultura passada pode ser reinventado ou fragmentado” (JORN, 1960), e Debord ainda acrescenta: “Os dois princípios básicos da subversão são a perda de importância de cada elemento originalmente

independente (o que significa a perda completa de seu sentido original) e a organização de um novo significado que confere um sentido vivo a cada elemento.”

É impossível existir uma pintura ou uma música situacionista. O que pode ocorrer é uma utilização situacionista destes meios. Numa acepção mais básica, o *detournement* no interior das antigas esferas culturais constitui um método de propaganda, testemunhando o desgaste e a perda de importância dessas esferas. (IS nº 1, 1958)



Figura 13: Quadrinho “desviado” IS nº4, 1960.13

As vanguardas clássicas (Dadá, Surrealismo), deram início ao pensamento de superação das artes, tendo como motor o progresso técnico, norte este também adotado pela IS em sua primeira fase, no entanto essas mesmas vanguardas não abandonaram a figura do artista enquanto gênio individual, tornando sua produção alvo de uma contemplação passiva, facilmente transformada em mercadoria absorvida pelo espetáculo do capitalismo tardio. A principal questão da crítica situacionista é o Espetáculo, grande responsável pela alienação da vida cotidiana, no entanto, os *situs* enxergavam no cotidiano o verdadeiro potencial revolucionário. A desmecanização do cotidiano só seria possível através da construção de situações, a situação construída seria então “um momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos” (IS nº1, junho de 1958). Essa tese em muito se assemelha a defendida por Henri Lefebvre, de uma construção de momentos. A situação construída poderia ser entendida como um desenvolvimento do pensamento lefebvriano:

¹³Fonte: JACQUES, 2003 p.128

O que você chama de momentos, nós chamamos de situações, mas estamos levando isso muito mais longe que você. Você aceita como momento tudo que ocorreu na história: amor, poesia, pensamento. Nós queremos criar momentos novos. ("Lefebvre on the Situationist: an Interview", in October n° 79, MIT Press, 1997).

Para a IS, o cotidiano seria a fronteira onde nasce a alienação, mas onde pode crescer também a participação. Assim como o lazer deveria ser dedicado ao prazer e não a alienação, tendo como objetivo principal, uma revolução cultural contra a banalidade do cotidiano. Sendo assim, a cidade seria o cenário material da vida, um objeto que não deveria apenas ser estudado e sim modificado, uma unidade espaço-temporal representada pela relação cidade-vida cotidiana, que apresenta uma condição dialética de alienação/desalienação. A questão central da crítica situacionista é o Espetáculo, que pode ser definido como a redução imposta pela sociedade de consumo, do indivíduo à condição de mero espectador que apenas observa a vida. O pensamento urbano situacionista é baseado na ideia de participação e de revolução da vida cotidiana através da construção de situações, tese que se assemelha muito a tese da construção de momentos de Lefebvre. A teoria que fundamentaria a ideia de construção de situações seria o Urbanismo Unitário, que não era uma doutrina urbanística, mas sim uma crítica radical ao urbanismo moderno. Os situacionistas adotaram a técnica da psicogeografia que pode ser definida como um estudo dos efeitos do meio geográfico que agem diretamente sobre o comportamento do indivíduo, onde a deriva, uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas, seria o exercício prático da psicogeografia.

A deriva é um tipo de errância urbana que buscava uma apropriação do espaço urbano por parte do vivenciador através do andar sem rumo. A psicogeografia estudava o meio urbano através das derivas e buscava mapear os diversos comportamentos afetivos diante dessa ação. Uma geografia afetiva, subjetiva que buscava narrar através do uso de cartografias as diferentes ambiências psíquicas geradas pelas derivas. A experiência errática da cidade realizada pelos situacionistas busca criar condições para o exercício da liberdade. Os situacionistas não se contentavam em simplesmente viver a experiência da alteridade, eles buscavam criar outras experiências.

As derivas são errâncias construídas que seguem a lógica do desvio, são construções de jogos a serem jogados, que exigem uma participação do Outro, dos vários outros. Os errantes criam as condições de possibilidades para que o jogo coletivo possa ser jogado, mas

dependem, obviamente, da participação dos jogadores. As derivas seriam então jogos jogados, jogos da vida vivida. (JACQUES, 2012, p.229)

Bauman aponta que para Levi-Strauss a humanidade se utilizou de duas estratégias quando a necessidade de enfrentar a alteridade surgiu: uma de natureza antropeômica e a outra antropofágica. A primeira estratégia consiste em vomitar, cuspir os outros vistos como incuravelmente estranhos e alheios: impedir o contato físico, o diálogo e a interação social. As variantes extremas desta estratégia são o encarceramento, a deportação e o assassinato. Suas formas modernizadas são a segregação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo aos seus usos. A segunda estratégia parte de uma suposta desalienação das substâncias alheias: ingerir, devorar corpos e espíritos estranhos à realidade dominante, fazendo isso pelo metabolismo, tornando as pessoas idênticas aos corpos que as ingerem, tornando impossível distingui-las deles. Essa estratégia também assumiu uma ampla gama de formas: cruzadas culturais, guerras declaradas contra costumes locais, contra calendários, cultos, dialetos e outros “preconceitos” e “superstições”. Enquanto a primeira estratégia visa o exílio, a aniquilação do “outro”, a segunda estratégia ataca em cheio a sua alteridade, buscando a sua suspensão, ou mesmo sua destruição.

Os três momentos de narrativas errantes apresentados por Jacques – flanâncias, deambulações e derivas – correspondem a “uma forma processual de apreensão e compreensão da cidade que se dá pela experiência errática, pela experiência corporal da alteridade urbana (...)”(JACQUES, 2012, p.263). A “Errantologia urbana” proposta pela autora seria então um estudo das errâncias através de suas narrativas, com o objetivo de compreender esse processo que se opõe de maneira desviante ao processo de espetacularização das cidades e também a própria história oficial do urbanismo moderno. Embora as narrativas apresentadas aqui tenham ocorrido em tempos históricos diferentes, Jacques também aponta três conceitos que poderiam caracterizar a própria ideia de errância nas cidades: desorientação, lentidão e incorporação

Como um contraponto aos urbanistas modernos que buscavam a orientação em mapas e planos, a do errante enquanto praticante da cidade estaria na desorientação. Com o objetivo de deixar de lado seus condicionamentos e se aproximar da alteridade urbana, “os errantes buscavam se desorientar e, ao se

perder, encontrar os vários outros das cidades.”(JACQUES, 2012, p.264). A lentidão dos errantes se guia pelo “movimento qualificado” desses outros urbanos, do homem lento de Milton Santos, que negam, ou lhes é negado o ritmo cada vez mais veloz imposto pela modernidade (2012, P.264). A incorporação se dá como uma “ação imanente ligada à materialidade física, corporal” (2012, P.264), em contraste com a busca contemporânea pela virtualidade e pela imaterialidade.

A errância urbana não deve ser encarada como um modelo alternativo de percepção urbana que pretende substituir o diagnóstico ainda utilizado pelos planejadores urbanos. Essas formas de apreensão coexistem, os históricos das errâncias e do urbanismo moderno são contemporâneos, porém encontram-se em categorias diferentes. A errância pode, e deve ser utilizada como um instrumento de crítica que contribui para atualizar os métodos urbanísticos vigentes.

As três dinâmicas processuais errantes podem constituir outro tipo de produção de subjetividades e de desejos nas cidades. Ao revisitar as trajetórias daqueles que realizaram práticas cotidianas na cidade, os errantes demonstram que a experiência da alteridade urbana sobrevive. Ideias e práticas que servem para potencializar reflexões e ações teóricas mais libertárias.

4. RONDAS

No meu aniversário de 14 anos ganhei um presente inusitado do meu pai. Um guia de ruas e linhas de ônibus da cidade de São Paulo, uma pasta plástica para carregar documentos e uma cartela de passe de ônibus. “Agora quem resolve os problemas da família na cidade é você.” Como reflexo dos desenvolvimentos geográficos desiguais surgiu um hábito nas periferias da capital paulista. Toda vez que nos referimos ao centro, nós o chamamos de a Cidade. A cidade sempre esteve presente no meu imaginário infantil, os passes de ônibus e o guia eram instrumentos e símbolos de que a partir daquele momento eu poderia explorá-la.

Alguns meses mais tarde eu ingressaria na ETec São Paulo, também conhecida como ETESP, localizada na Praça Coronel Fernando Prestes, em frente ao metrô Tiradentes, no bairro do Bom Retiro. Ali a diversão se tornou um hábito, andar pelo Centro tornou-se meu cotidiano, e lentamente o território criou raízes em meus afetos. As ruas repletas, de histórias, os ambulantes, as pessoas em situação de rua, os anônimos apressados para seus compromissos enchiam meu imaginário.

Até então eu não fazia ideia da dimensão dos conflitos que rodeavam aquele território. A região central da capital paulista é palco antigo de disputas econômicas,

políticas e simbólicas. Durante a década de 1970 a fuga de capitais para a região da Avenida Paulista acarretaria a migração das classes de maior poder aquisitivo para outras regiões da cidade. Um dos marcos foi a transferência da prefeitura da cidade para a região do Parque do Ibirapuera. A transferência de recursos e pessoas provocaram o esvaziamento dos edifícios e uma drástica diminuição da manutenção e zeladoria dos espaços públicos. Devido a este processo, o preço dos aluguéis caíram, e o centro adquiriu uma certa vocação para a moradia e o comércio populares. No entanto, a centralidade ainda era dotada de uma série de estruturas que continuavam dentro dos interesses do capital especulativo.

Os processos de neoliberalização ocorridos nos anos 1990, aliados as políticas de austeridade, e a competição entre cidades por investimentos acarretaram a ascensão de um novo modelo administração e planejamento o urbano: o chamado planejamento estratégico. Modelo este difundido no Brasil em ação combinada de agências como a Habitat e por consultores internacionais, catalães em sua maioria, possuindo como um dos expoentes máximos desse novo conceito de planejamento urbano a cidade de Barcelona.

Tal experiência tem origem nas técnicas de gestão empresarial, com a justificativa de que as cidades de um mundo globalizado passam pelos mesmos problemas e devem ser administradas com a mesma lógica de uma empresa. Ou seja, as cidades devem tornar-se competitivas com o intuito de atrair investimentos e passar para trás suas concorrentes.

A cidade se vende no sentido em que busca se adequar as necessidades do capital especulativo, criando toda uma infra-estrutura para esses consumidores em potencial enquanto a grande massa de excluídos é tratada como problema paisagístico em seus postulados. Transforma-se em empresa quando se apropria de técnicas de marketing e business com o intuito de atrair mais investimentos e enxugar gastos em setores “improdutivos” como saúde e educação, atuando apenas a favor do capital e por fim apropria-se da imagem de pátria quando se apoia na figura de lideranças carismáticas, matando a cidadania quando a contestação e o posicionamento são banidos da esfera administrativa municipal.

Enquanto a visão moderna de planejamento urbano possuía como alicerce o taylorismo e sua lógica tecnicista, funcionalista e racional, os novos “gestores da cidade”, apresentam como estrutura doutrinas como o toyotismo criando uma maior alienação em relação ao espaço, as relações sociais urbanas deixam de ter

importância, a premissa é tornar a cidade rentável a qualquer custo, função esta delegadas aos cidadãos.

Nessa nova concepção de cidade, a polis (lugar de confrontos de ideias, berço do cidadão, onde ocorre a real interação humana com o espaço) perde terreno para a city (sede de grandes investimentos, lar dos cidadãos, dóceis autômatos que sob a liderança de figuras carismáticas exercem suas funções pelo bem da city).

Nessa nova toada, o poder público municipal iniciou uma série de ações pontuais com o objetivo de atrair investimentos para a região central. A reforma da Estação Júlio Prestes, e a conseqüente inauguração da Sala São Paulo de Concertos foi a primeira iniciativa, seguida de perto pelo restauro da Estação da Luz e a criação do Museu da Língua Portuguesa. Investimentos públicos em equipamentos culturais para as elites da cidade aliados a marginalização das camadas populares.

No entanto, algumas formas de resistência ainda sobrevivem, na medida em que os habitantes da cidade lutam pela cotidianização da política, gerando um processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, norteando assim uma nova alternativa, que apesar de ainda não estar organizada não deixa de ser uma saída. Dessa forma tendo a relação entre a cidade e o conceito de utopia como cerne desta pesquisa, a psicogeografia e a deriva se mostraram como o método ideal de imersão e práxis dentro deste contexto.

Em 1956, Guy Debord chegou a esboçar uma teoria da deriva, o texto foi publicado originalmente na revista surrealista belga *Les lèvres nues* e republicada na IS 2, em 1958:

(...) a deriva se apresenta como uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas. O conceito de deriva está indissociavelmente ligado ao reconhecimento dos efeitos de natureza Psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico construtivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio. Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham encontrar. (DEBORD, 2003)

A deriva situacionista não tinha a pretensão de ser encarada como uma atividade artística por essência, mas sim uma técnica para tentar desenvolver na prática a ideia de construção de situações através da psicogeografia. Como definimos acima ao abordarmos os errantes na terminologia de Jacques (2012), a deriva é um tipo específico de errância urbana, uma apropriação do espaço pelo vivenciador através do andar sem rumo. A psicogeografia estudava o ambiente urbano, com destaque

especial para os espaços públicos, tendo a deriva como instrumento, e tentava mapear os diversos comportamentos afetivos dessa ação de andar sem rumo pelas cidades. No texto “Introdução a uma crítica da geografia urbana, publicado também na revista belga *Les levres nues*, em 1955, Debord explica o conceito de psicogeografia e apresenta um exemplo prático de deriva:

A psicogeografia seria o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos (...). A brusca mudança de ambiência numa rua, numa distância de poucos metros; a divisão patente de uma cidade em zonas de climas psíquicos definidos; a linha de maior declive – sem relação com o desnível- que devem seguir os passeios a esmo; o aspecto atraente ou repulsivo de certos lugares; tudo isso parece deixado de lado. Pelo menos nunca é percebido como dependente de causas que podem ser esclarecidas por uma análise mais profunda, e das quais se pode tirar partido. As pessoas sabem que existem bairros tristes e bairros agradáveis. Mas estão em geral convencidos de que as ruas elegantes dão um sentimento de satisfação e que as ruas pobres são deprimentes, sem levar em conta nenhum outro fator (...). A confecção de mapas psicogeográficos e até a simulações, como a equação – mal fundada ou completamente arbitrária – estabelecida entre duas representações topográficas, podem ajudar a esclarecer certos deslocamentos de aspecto não gratuito mas completamente insubmisso às solicitações habituais. As solicitações dessa série costumam ser catalogadas sob o termo de turismo, droga popular tão repugnante quanto o esporte ou as vendas a crédito. Há pouco tempo, um amigo meu percorreu a região de Hartz, na Alemanha, usando um mapa da cidade de Londres e seguindo-lhe cegamente as indicações. Essa espécie de jogo é um mero começo diante do que será a construção integral da arquitetura e do urbanismo, construção cujo poder será um dia conferido a todos. (Debord, 2003)

Dessa forma, a psicogeografia pode ser definida como uma geografia afetiva, subjetiva que buscava narrar as diferentes ambiências psíquicas provocadas e captadas pelas derivas situacionistas. Diversas foram as formas utilizadas para narrar estas experiências, textos, mapas, fotografias e filmes.

As narrativas passadas pela grande mídia, com apoio dos especuladores imobiliários e da atual gestão municipal, transmitem a imagem de uma região central degradada, tomada de assalto pelo uso crack. Frente a isso, as iniciativas ditas de requalificação dos bairros centrais de São Paulo andam lado a lado com uma política de guerra às drogas e de criminalização das populações em situação de rua. São imagens fortes que bombardeiam os noticiários sensacionalistas. Tomamos a liberdade de fazer um desvio frente aos conceitos de psicogeografia e deriva. Entre os anos de 2016, 2017 e 2018 foram dezenas de passeios feitos a pé ou de bicicleta. Ora percorridos à esmo, ou por outras com o objetivo claro de participar de fóruns que discutiam a situação do Centro de São Paulo, participar de

manifestações pela implantação de ciclovias, viradas culturais organizadas por ocupações contra o seu próprio despejo, etc. O denominador comum desses passeios foi o registro fotográfico. Vagar pela cidade tentando manter a mente vazia e registrando os momentos na medida em que eles surgem.

O fotógrafo inglês David Gibson tenta traçar uma definição rápida do que seria a fotografia de rua. Para ele fotografia de rua é qualquer tipo de registro feito em um espaço público, com um aspecto fundamental: ela nunca é encenada, e esse aspecto é “inegociável”. (GIBSON, 2016, p.8)

A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. (LEFEBVRE, 2008, p.27)

Para o registro de nossas experiências erráticas pela cidade, escolhemos como suporte uma técnica mista que reúne a fotografia química, analógica, de filme, com processos digitais de ampliação dos negativos. E por que se utilizar de uma técnica que foi suplantada pelas formas digitais de captura de imagens? Pelo elemento surpresa que a fotografia química carrega em si mesma. Fotografar com máquinas mecânicas exige um conhecimento íntimo não apenas do equipamento, e também requer um reconhecimento do lugar, como a luz se comporta nos diversos horários que se escolhe para fazer a imagem, e ainda assim abre espaço para o erro.

[...] Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se selvagem e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições? (LEFEBVRE, 2008, p. 27-28)

As imagens que se seguem são alguns dos resultados de andanças, ou como preferimos denominar rondas (em homenagem à canção de Paulo Vanzolini) realizadas entre os anos de 2016, 2017 e 2018.

Rua São Bento



Figura 14: Rua São Bento, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak Gold ISO200

Durante a gestão da então prefeita da cidade de São Paulo Marta Suplicy, diversas empresas de tecnologia e atendimento ao cliente receberam incentivos para se instalarem no Centro de São Paulo, fazendo da hora do almoço um dos horários mais cheios nas proximidades da Rua São Bento.

Não ser notado é uma das habilidades mais difíceis de se aprender na fotografia de rua. A máquina fotográfica é um equipamento que costuma exercer um certo fascínio e também uma repulsa nas pessoas.

Neste dia estava caminhando pela São Bento e a luz e a movimentação das pessoas apressadas para almoçar me chamou a atenção. Posicionei-me no meio da rua, saquei a câmera, conferi a fotometria no celular, ajustei o equipamento, e mirei. Enquanto estava encontrando o foco, duas mulheres vinham diretamente em minha direção, uma delas ao notar a câmera tentou sair pelo lado, rindo, nitidamente envergonhada, enquanto a outra continuou caminhando, olhando diretamente para a lente, sorrindo. Foi como se a rua resolvesse posar naquele dia.



Figura 15: Rua São Bento, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak Gold ISO200

Artistas de rua por alguns trocados fazem do Centro seu palco. Admiração e indiferença fazem parte do seu cotidiano, e vez por outra sua música atrai outros indivíduos que também fazem das ruas palco para suas próprias performances.

Minhocão

A via expressa elevada liga a região da praça Franklin Roosevelt no centro da cidade ao largo Padre Péricles no bairro da Barra Funda. Inaugurado em 1971 durante uma das gestões de Paulo Maluf, a via recebeu nome de Elevado Costa e Silva, general que foi presidente durante a ditadura militar e quem nomeou Maluf como prefeito da cidade na época. A justificativa para a obra faraônica seria desafogar o fluxo de automóveis das ruas da região central, que por conta da densidade de sua ocupação não poderiam ser alargadas. Um fator interessante, é que o viaduto termina em frente a uma das fábricas do então prefeito. A via elevada de alta velocidade trouxe aos moradores uma série de problemas como o barulho excessivo, sujeira e poluição. Os imóveis do entorno passaram por grande desvalorização, o que levou a uma mudança drástica no tecido social da região. Aluguéis mais baratos atraíram uma população mais pobre que trabalha e vive no centro, e o viaduto passou a servir como teto para um grande número de moradores de rua.

Os anos 2010 marcaram uma nova virada para a região. Devido à pressão dos moradores, o hoje Elevado Presidente João Goulart é fechado para os veículos dando espaço para o Parque Minhocão, seu nome mais popular. Esse novo uso e apropriação do espaço público pelas pessoas apesar de positivo também gera suas próprias contradições: atraídos pela facilidade de acesso a outras regiões da cidade, pela vida noturna e cultural, jovens profissionais liberais e da economia criativa têm escolhido o Centro como local de residência. Essa nova configuração do mercado imobiliário tem gerado uma pressão de aumento nos preços dos aluguéis, expulsando mais uma vez as populações mais pobres do centro.



Figura 16: Minhocão, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak TX ISO400



Figura 17 Minhocão, 2017, Zenit, 58mm Helios, Kodak TX ISO400

Mundaréu da Luz

Em 2017, como resposta às violentas ações de remoção e despejo promovidas pelo então prefeito da cidade de São Paulo João Dória Júnior, nasceu o coletivo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, reunindo moradores da região, grupos de pesquisa universitários, grupos de teatro e institutos como o Pólis e o Gaspar Garcia, entre tantos outros.

O objetivo do Fórum é propor alternativas, a partir do diálogo com moradores e comerciantes da região, buscando garantir maior qualidade de vida para os moradores da região. Atualmente o coletivo trabalha no projeto Campos Elíseos Vivo, um projeto urbanístico coletivo que busca trazer uma alternativa aos recentes planos do poder público que visam apenas satisfazer ao capital imobiliário especulativo.

As imagens foram produzidas em um dos eventos organizados pelo Fórum em agosto de 2017. Neste dia universidade, movimentos sociais e a população local se reuniram para discutir os problemas e propor soluções para o bairro.



Figura 18: Praça Júlio Prestes, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100



Figura 19: Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100



Figura 20: Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100



Figura 21 Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100

Marielle Franco Presente

Nascida em julho de 1979 na cidade do Rio de Janeiro, negra, criada na favela da Maré, aluna de um cursinho popular, mãe, socióloga com mestrado em administração pública, eleita vereadora em 2016, denunciava os abusos contra as populações mais vulneráveis de sua cidade, denunciou a especulação imobiliária ligada ao crime organizado. Em março de 2018, ao lado de seu motorista Anderson Gomes, foi brutalmente assassinada por homens fortemente armados. O crime permanece sem solução.

Seu assassinato gerou uma comoção popular que tomou as ruas. Esse é o registro feito em uma dessas manifestações em São Paulo tendo à frente o grupo de mulheres percussionistas Ilu Oba de Min.



Figura 22: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak ProImage, ISO100



Figura 23: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak Prolmage, ISO100



Figura 24: Ato Marielle, 2018, Olympus Trip, Kodak Prolmage, ISO100

5. OCUPAR E RE-EXISTIR

Era madrugada do feriado do dia do trabalho em 2018. Eu estava finalizando os preparativos da minha viagem para um congresso na Espanha, onde eu apresentaria um artigo. Minha primeira viagem internacional, e por conta disso reuni um grupo de amigos em meu apartamento para bebermos e jogarmos conversa fora. A noite avançava e o som insistente de helicópteros chamou nossa atenção. Passamos um bom tempo especulando sobre que teria acontecido, a imaginação voou longe, mas em hipótese alguma chegamos perto do que de fato aconteceu. Na manhã seguinte recebi uma mensagem do meu orientador: “você tá sabendo do que aconteceu na ocupação do Paissandu?” Não. Respondi. Pulei da cama e comecei a acessar aos principais portais de notícias na internet, e encontrei a resposta. O prédio de vidro havia desabado.



Figura 25: Edifício Wilton Paes, 2017, Nikon Fe1, 50mm, Ektar, ISO100

O prédio inaugurado em 1961 era considerado um marco da arquitetura nacional, um dos primeiros a utilizar o aço como principal elemento estrutural, havia sido sede de uma série de órgãos governamentais e nos anos 2000 foi cogitado alvo de uma intervenção em parceria com o governo francês para a instalação de um centro

cultural. O projeto não foi levado adiante e o local viria a ser ocupado sucessivas vezes por variados movimentos de moradia.

Diversas versões foram apontadas como causa, desde uma briga de casal, até a explosão de um botijão de gás. No entanto, a hipótese trabalhada pela polícia é de que o incêndio que provocou o colapso da estrutura teve início no quinto andar por conta de um curto-circuito em uma tomada que alimentava uma geladeira, um micro-ondas e uma televisão. Ocupado pelo Movimento Luta Social por Moradia (MLSM), o edifício abrigava segundo o Corpo de Bombeiros 126 famílias, com 372 pessoas, sendo que 10% dos ocupantes eram estrangeiros, divididos em 10 andares onde cada família era alocada em um quarto, e os banheiros coletivos se localizavam nos corredores.

Como foi o incêndio e o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida

- 1** À 1h30, um curto-circuito numa tomada provocou uma explosão no 5º andar
- 2** O fogo se alastrou pelos outros andares do prédio rapidamente
- 3** Por volta das 2h50, o prédio desabou; um homem caiu do 9º andar e morreu
- 4** Durante a madrugada, o incêndio atingiu outros prédios
- 5** Às 9h, o fogo voltou a consumir o prédio da frente, mas foi apagado

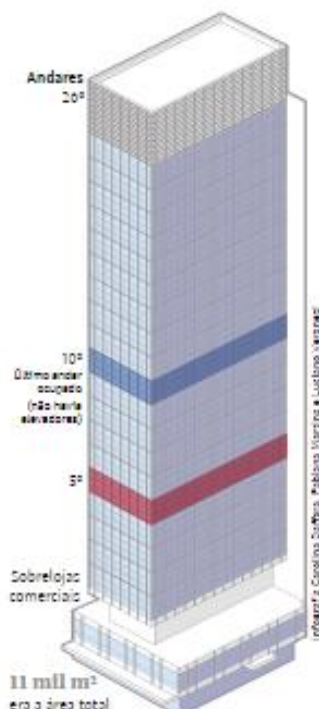
Raio-x do edifício

Dono
União, cedido temporariamente à prefeitura

Ocupação
MLSM (Movimento Social de Luta por Moradia); moravam 455 pessoas de 171 famílias

10% estrangeiros

Interior
Cada família tinha um quarto, e banheiros ficavam no corredor



O que pode ter feito o prédio desabar

A estrutura do prédio tinha concreto e aço, dois materiais que perdem resistência em altas temperaturas. Segundo engenheiros, com o calor, os pilares que sustentavam a edificação perderam a capacidade de suportar os andares



Fontes: Prefeitura de São Paulo; Defesa Civil; Ministério do Planejamento, Orçamento e da Infraestrutura; e os engenheiros Rivaldo Camanho e Henrique Campelo

Figura 26: Infográfico da tragédia. 14

¹⁴ Fonte: Folha de São Paulo. <https://bit.ly/2KuMgJr> (acessado em 10/06/2018)

Após 12 dias de busca, o Corpo de Bombeiros contabilizou sete mortos e dois desaparecidos. Foram identificados os corpos de: Selma Almeida da Silva (40 anos), os gêmeos filhos de Selma Wendel e Werner da Silva Saldanha (10 anos), Francisco Lemos Dantas (56 anos), Valmir Souza Santos (47 anos), Alexandre de Menezes (40 anos), e Ricardo Oliveira Galvão Pinheiro (39 anos) pego pelo desabamento instantes antes de ser resgatado no momento em que tentava ajudar aos bombeiros no resgate de outros moradores. Eva Barbosa de Lima (42 anos) e Gentil de Souza Rocha (53) não foram encontrados e permanecem com o status de desaparecidos.



Figura 27: Escombros do Edifício Wilton, 2018, Minota, 50mm, Kodak Proimage, ISO100

Por três meses, trinta e sete famílias acamparam no Largo do Paissandu. Das 435 famílias que se apresentaram como vítimas do desabamento, 291 comprovaram

seu vínculo com a ocupação do edifício, e segundo a Secretaria Municipal da Habitação do Município de São Paulo recebem auxílio aluguel no valor de R\$400,00 até que sejam encaixadas nos programas de moradia popular da cidade.



Figura 28: Largo do Paissandu, 2018, Minota, 50mm, Kodak Proimage, ISO100

A equipe de jornalistas da Rede Globo obteve o relatório final do inquérito conduzido pela Polícia Civil nove meses após o incidente¹⁵. Segundo o relatório final da investigação três coordenadores do MLSM foram responsabilizados criminalmente por suspeita de não tomarem medidas de segurança para evitar o risco previsível de incêndio dadas as condições do edifício.

Nireudes de Jesus Oliveira, conhecida como Nil, seu genro Hamilton Coelho Rezende e Ananias Pereira dos Santos foram indiciados por “crimes de perigo comum” ou “incolumidade pública” previstos nos artigos 250 e 256 do código penal brasileiro. Os três respondem em liberdade e em uma eventual condenação estarão sujeitos a penas que variam de seis meses a seis anos de prisão.

Os três líderes do MLSM foram acusados por sobreviventes de cobrarem taxas que variavam de R\$ 160,00 a R\$200,00 para a manutenção, conservação e limpeza do local popularmente conhecido como “prédio de vidro”. Em janeiro de 2017 um

¹⁵ <https://glo.bo/2Rwjf2O> (acesso em 14/02/2019)

relatório realizado pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamentos do município apontou três locais no prédio com fiação elétrica exposta e uma entrada de energia improvisada. Testemunhas também declararam à polícia que o prédio não dispunha de extintores de incêndio e também relataram a ocorrência de diversos outros curtos-circuitos em decorrência da precariedade das instalações. Outro fator levantado foi a utilização do fosso do elevador para o descarte de lixo e entulho.

Além da investigação sobre a responsabilidade dos coordenadores do MLSM sobre o incidente, outros cinco inquéritos estão em curso. O Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) investiga a cobrança de dinheiro feita pelos acusados, onde são apurados os crimes de extorsão e lavagem de dinheiro, investigação acompanhada pelo Ministério Público Estadual.

Os outros quatro inquéritos civis envolvendo o prédio são apurados pelo Ministério Público Federal. Na área do patrimônio histórico, em inquérito aberto em 2016, onde foi emitida a recomendação que o prédio fosse cuidado pela União. Uma investigação da área de Cidadania e Direitos Humanos apura a situação dos desabrigados e o que está sendo feito pelo Estado para atendê-los. Além das investigações de improbidade e má gerência do patrimônio público que apuram a ação de servidores públicos com o objetivo de saber se a ação ou a omissão destes contribuiu para o desenrolar dos acontecimentos.

Ainda em 2018, as Defensorias Públicas do Estado de São Paulo e da União entraram com pedido de indenizações em mais de R\$ 2 milhões por danos morais, coletivos e sociais para as famílias vítimas do Wilton Paes em ações judiciais contra a prefeitura, o governo do estado e a União.

O desabamento do edifício Wilton Paes trouxe para a superfície problemas que, apesar de silenciados, são velhos conhecidos como é o caso do enorme déficit habitacional no país e a criminalização dos movimentos sociais. A cobertura da tragédia feita pela imprensa nos ajuda na definição deste diagnóstico. O termo “invasões irregulares” foi amplamente utilizado tanto em veículos considerados mais conservadores, quanto naqueles ditos mais progressistas. Sintoma este que também podem ser encontrados nas constantes e muitas vezes violentas reintegrações de posse perpetuadas pelo poder público ao longo dos anos.

Movimentos sociais urbanos como o *Occupy Wall Street* despertaram interesse no cenário mundial como formas de protesto e reação às sucessivas crises contemporâneas do capitalismo, ao recolocar a ação direta como estratégia de protesto e de luta. Porém, muito tempo antes disso, na periferia do capital, a estratégia de corpos ocupando espaços já era a principal estratégia utilizada, como é o caso do Movimento Sem-Terra (MST). Uma maneira concreta de enfrentamento à concentração fundiária e ao Estado na busca pelo atendimento de um preceito legal que se encontra na constituição brasileira: a função social da propriedade. A estratégia radical de ocupação dos espaços ociosos e o lema dos trabalhadores do campo: “ocupar, resistir, produzir” foram apropriados de certa maneira pelos movimentos urbanos, que nos últimos anos vem adquirindo um certo protagonismo no cenário das lutas sociais brasileiras.

A reivindicação de uma reforma urbana, do direito à moradia e à terra urbana são bandeiras antigas dos movimentos populares e remontam aos tempos de luta pela redemocratização. Essa bandeira permanece mobilizando diversos setores progressistas em nossa sociedade ao longo das décadas. Inspirados pela noção de direito à cidade conquistaram algumas vitórias, tendo como importante marco o Estatuto das Cidades. A lei federal nº 10.257/2001 tem como objetivo regulamentar a política urbana introduzindo na legislação brasileira instrumentos que regulamentam uma situação bastante problemática no Brasil: a propriedade do solo urbano, seus usos e sua função social. Instrumentos estes que seja por desconhecimento jurídico por parte dos magistrados, ou seja por uma cultura patrimonialista arraigada, só são implementados através de muita luta.

Assim como o MST, ao se radicalizarem as ocupações são designadas pelo discurso hegemônico como “invasões irregulares”, e muitas vezes como “invasões criminosas”, justificando o despejo e remoções violentas. O massacre de Pinheirinho, ocorrido em 2012 na cidade de São José dos Campos, foi apenas mais um exemplo do uso da repressão e da violência por parte do aparato estatal na defesa da propriedade privada. Porém este mesmo acontecimento estabeleceu uma série de alianças com outros movimentos sociais.

Dados do Grupo de Mediação e Conflitos da Secretaria Municipal da Habitação apontam que atualmente na cidade de São Paulo existem 206 ocupações que abrigam 45.872 famílias, estes números abrangem terrenos baldios e áreas

edificadas abandonadas: propriedades estas que não cumprem sua função social há anos e deveriam estar sobre a ação dos instrumentos legais instituídos pelo Estatuto das Cidades e pelo Plano Diretor do município, ao contrário do que pensa o senso comum, o movimento não invade áreas habitadas. O número maior de ocupações encontra-se localizado no centro de São Paulo, onde 53 ocupações abrigam 3.300 famílias, porém o maior número de pessoas ocupadas residem na zona leste da capital onde existem 45 ocupações num total de 13.849 famílias.

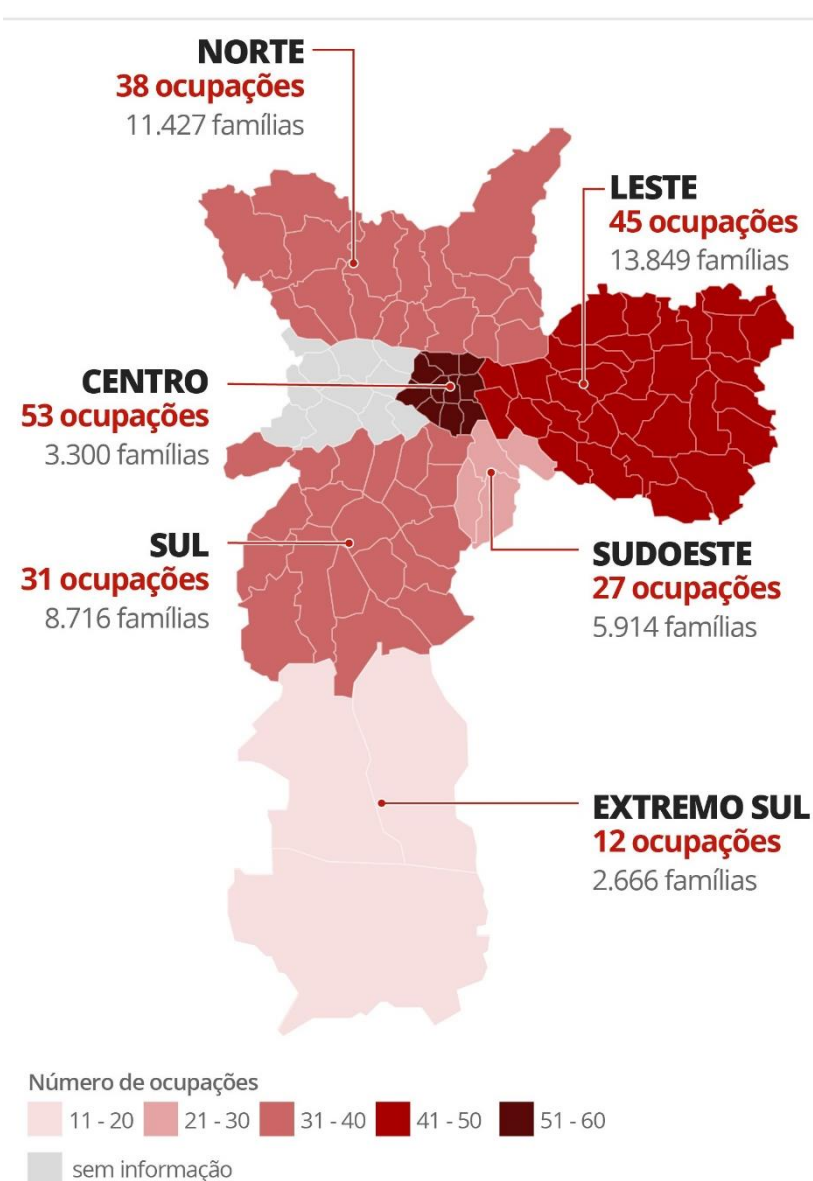


Figura 29: Infográfico: Ocupações no Município de São Paulo¹⁶

¹⁶Fonte: <https://glo.bo/2riKcvM> (acesso em 02/06/2018)

Dar função social a edifícios ociosos e subutilizados é uma das táticas utilizadas pelos movimentos de moradia desde a década de 1990. Uma ferramenta que permite simultaneamente: denunciar a especulação imobiliária; garantir, mesmo que precária e provisoriamente, alojamento adequado para as famílias sem-teto; pressionar o poder público para que aplique os instrumentos contidos no Estatuto das Cidades, e que se concretize uma política pública habitacional que possibilite às classes populares habitarem o centro da cidade.

Não queremos nada de ninguém. Nós só estamos denunciando a falta de planejamento político dos nossos governantes e de governantes de todo o mundo. Nós podemos pegar um ser humano e despejá-lo em qualquer local? Podemos pegar um ser humano e colocá-lo preso num gueto?

[...] Somos só seres humanos trabalhadores de baixa renda que gritamos que precisamos de políticas públicas eficazes no âmbito da moradia, da saúde, da educação. (Carmem Ferreira da Silva¹⁷, entrevista para CAFFÉ, 2017, p.257)

O centro da cidade de São Paulo é dotado de uma ampla e complexa rede de infraestrutura, no entanto, é contraditoriamente subutilizado e repleto de vazios. São milhares de imóveis desocupados na região que não cumprem a sua função social. Dessa forma, as classes sociais menos favorecidas ocupam as ruínas dos edifícios abandonados em uma luta de conquista do espaço urbano do qual são constantemente excluídas, reivindicando para si a própria cidade.

O movimento de ocupações no centro de São Paulo é bastante heterogêneo, fragmentado e por muitas vezes contraditório. No entanto, é importante ressaltar é que estes movimentos sociais se contrapõem a um sistema que os explora misturando a busca pela sobrevivência com a construção de relações sociais baseadas na solidariedade, numa consciência clara de coletividade e reaproveitando os recursos descartados pela sociedade.

Nós deixamos um legado de formação, de ressocialização. Pegamos cidadãos totalmente arrebatados socialmente, sem nenhum documento, e fazemos esse cidadão entender que o primeiro dever para com o Estado é a gente se tornar um cidadão pleno.

De que forma a gente devolve o cidadão ressocializado e pleno ao Estado? Com ele passando a ter todos os documentos pessoais em dia e votando [...]. O cidadão tem que entender a cidade. Para ele poder pedir e exigir seus direitos, tem que participar. Assim, o legado que deixamos também é o da participação. É o legado de devolver o cidadão formado, sabedor dos seus direitos e principalmente sabedor dos seus deveres. Este é o melhor legado

¹⁷ Carmem da Silva Ferreira é líder da Frente de Luta por Moradia (FLM)

que a gente pode deixar: [...] a participação popular. (Carmem Ferreira apud CAFFÉ, 2017 p. 257-258)

5.1 A Ocupação Mauá

5.1.1 O Bairro da Luz

A região da estação da Luz é um exemplo clássico dos conflitos gerados pelos processos de valorização, desvalorização e revalorização do capital imobiliário na região central da cidade de São Paulo. O território, aberto ainda no século XVIII, um dos mais antigos da cidade, é um dos exemplos remanescentes do desenho urbano da época, onde seu próprio loteamento é tombado e com diversos objetos arquitetônicos de grande valor histórico.

A desvalorização da região começa com a migração do capital imobiliário para a região sudoeste da cidade no fim da década de 1960. Na medida em que capital e as classes mais abastadas migraram para os novos vetores de crescimento, a região central da cidade se viu esvaziada por estes setores da sociedade.

A grande presença de infraestruturas de transporte coletivo, os engarrafamentos, a falta de vagas de estacionamento, o fato de que os edifícios da região não atendiam às novas necessidades tecnológicas do capital financeiro, aliados ao abandono dos investimentos em manutenção e zeladoria dos espaços públicos, são fatores que contribuíram para a saída da elite paulistana do centro histórico, fazendo com que o território adquirisse seu caráter predominantemente popular.

[...] adensando a rede de estratégias e atividades efêmeras/informais/ilegais de atuação no espaço que já existiam na área desde a formação da cidade. Assim, para a elite paulistana e para os meios de comunicação dominantes, o centro passou a ser configurado como um espaço marginal, "sujo" e "perigoso", adjetivos que figuram como argumentos para os processos de revalorização econômica da área. (HELENE, 2009, p. 30)

As pressões para transformar a Luz em um polo de expansão do capital imobiliário é antiga. A partir da década de 1990 o poder público iniciou a política de instalação de âncoras culturais. Com o discurso de revitalização da área foram implantados equipamentos como Sala São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa (uma parceria do governo do estado com a Fundação Roberto Marinho com recursos da Lei Rouanet), a nova sede do Centro Paula Souza, e a Estação Pinacoteca, com o objetivo de atrair moradores e atividades de maior renda. O discurso sanitarista e o argumento da guerra às drogas também deram o tom das ações do Estado. Com o

objetivo de extinguir a *Cracolândia*, foram fechados hotéis e pensões que durante os anos 1990 foram espaços de produção do crack além de refúgios para os viciados. Com o fechamento, lacres e demolições desses edifícios a *Cracolândia* passou a ocupar as ruas.

Segundo a professora Raquel Rolnik (2017, <https://bit.ly/2u9XhLY> , acesso em 25/08/2018) as tentativas do poder público de promoção da revalorização imobiliária da região esbarraram em cinco fatores:

- A existência na área de patrimônios históricos tombados, o que limita transformações mais radicais.
- A propriedade fundiária fragmentada, resultado de décadas de heranças e divisões de propriedades nem sempre totalmente concluídas.
- A concentração, desde os anos 1990, de pessoas usuárias de crack e outras drogas, que ao longo dos anos mudam de lugares, no entanto sem deixar a região.
- A pressão dos comerciantes da região. A rua Santa Ifigênia é o segundo maior PIB comercial da cidade.
- E por fim a presença e a organização da população de baixa renda que vive em cortiços, pensões e mais recentemente em ocupações organizadas pelos movimentos de moradia tais como a Ocupação Mauá e a Prestes Maia.

5.1.2 Rua Mauá, 340

O edifício do Hotel Santos Dumont foi construído pelo comerciante polonês Majer Wolf Sznifer em 1953, com o intuito de aproveitar o interesse turístico pela cidade em decorrência da comemoração de seu quarto centenário. Com o falecimento do comerciante o imóvel passou para sua esposa e filhos. Em entrevista dada no ano de 2012 ao portal Edifícios Abandonados (<https://vimeo.com/24437704>, acesso em 10/12/2018) Leon Sznifer, um dos herdeiros de Majer, declarou que o edifício funcionou até meados da década de 1990, porém, em consulta feita a receita federal feita pelo portal Ponte Jornalismo (<https://bit.ly/2BXkXW2>, acesso em 10/12/2018) foi constatado que o cadastro do empreendimento foi baixado em 1978.

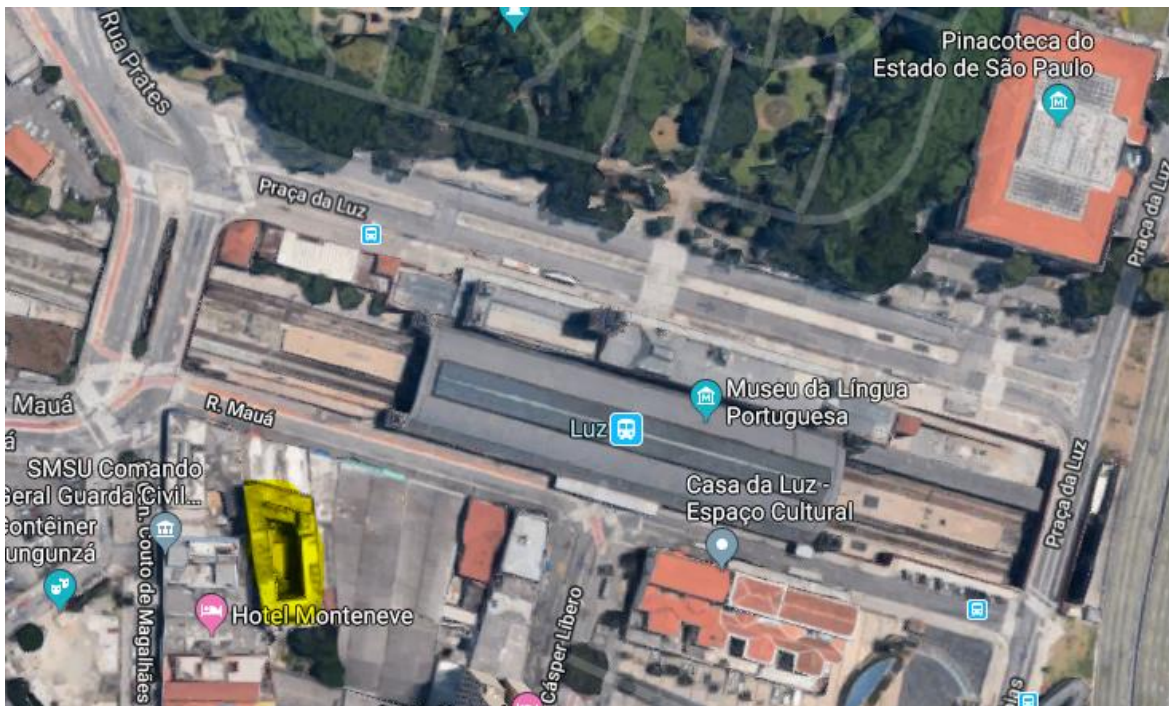


Figura 30 Ocupação Mauá, Localização. Fonte: Adaptado de Google Maps

Eng. Resp.: Dr. MARJAM FROMER - INAUGURAÇÃO DENTRO DE POUCOS DIAS - COM. CONSTRUTORA PAN AMERICANA

HOTEL SANTOS DUMONT

Rua Mauá, 338

COLCHÕES DE MOLAS DIVINO DE LUXO
Produto PIGRELL

Cartão para impressões fornecido por **CONHEJO PEREIRA, CAMPI S/A**
Av. Duque de Caxias, 408, fone: 33-4134 a 33-4135 — Caixa Postal 3.046 — São Paulo

Foro de alimentos utilizado **Suprema e Higien**
Av. Conselheiro, 488, fone 31-6444 São Paulo

Indústria de alimentos **INDÚSTRIA "ESPINHA" LTDA.**
SPECIALIZADA EM ALIMENTOS ENLATADOS — Rua Princesa, 100, São Paulo

Aluga Máquinas em Geral — Fone: 30-3882 a 30-3884, S. Paulo

IMPORTADORA E. H. WERNICKER S/A
Fone: 30-3882 a 30-3884, S. Paulo



Electron
Sua loja de eletrodomésticos

Indústria especializada em máquinas para **RECORD**
Rua Raimundo, 156, fone: 30-3882 São Paulo

Na inauguração deste prédio foi usado concreto de concreto armado fornecido pela **USINA CENTRAL DE CONCRETO S/A**
Praça Raimundo de Andrade, 200, fone: 30-3881 a 30-3882

Refrigeradores, Freezers, Geladeiras e Máquinas de lavar **ARTUR CARSTO S/A**
Indústria e comércio Avenida Paulista, 90, fone: 30-3883, S. Paulo

Estabelecimento **BENACCHIO**
Fornecedores e fabricação de produtos de Concreto Armado, RECONCRETAGEM
Rua São Bento, 300 — SP center — Fone: 30-3883 a 30-3884

CHACARA PARA FIM DE SEMANA
Prédio de 10 cômodos, sala ampla, cozinha, banheiro, piscina, churrasqueira, playground, etc.
Rua São João, 100, fone: 30-3883

ALUGAM-SE QUARTOS
Para alugar: CH\$ 1.700,00, para estudantes: CH\$ 750,00, com banheiro, café e frigideira de gás.
Rua de Conselheiro, 573, S.P., apt.º 84.

VENDE-SE
Muitas propriedades disponíveis em São Paulo. Consulte o "Guia do Imóvel" de 1953, no valor de CH\$ 100,00, disponível em todas as livrarias e lojas de artigos de papelaria. Também disponível em formato de áudio em fita cassete, com preço de CH\$ 150,00. Consulte o "Guia do Imóvel" de 1953, no valor de CH\$ 100,00, disponível em todas as livrarias e lojas de artigos de papelaria.

Pg. 4 - JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - RUA DA BARRA, QUARTEL, 2 DE ABRIL DE 1953

Figura 31: Anúncio da inauguração do Hotel Santos Dumont.¹⁸

Em julho de 2003, ocorreu a primeira tentativa de ocupação do edifício pelo MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), que durou apenas um mês. Cerca de 350 sem-

¹⁸ Fonte: Jornal Folha de São Paulo 02/04/1953. (<https://bit.ly/2U95Tfe>, acesso em 10/12/2018)

teto deixaram pacificamente a ocupação em 26 de agosto daquele ano após uma liminar de reintegração de posse. Jornais da época noticiaram que as famílias chegaram a ficar acampadas na Praça da Luz por um tempo. De um lado, o MSTC afirmava que o prédio estava abandonado, os herdeiros da propriedade, por sua vez, garantiam que o prédio estava em uso, na medida em que alguns quartos estariam alugados como salas comerciais e que pertences da família estariam armazenados na edificação. Esse processo transitou em julgado em 2005, com a decisão de que os ocupantes pagassem por eventuais danos ao edifício que a família Sznifer afirmava que haviam ocorrido. Como essas pessoas não foram mais localizadas, dois anos após a reintegração de posse, os herdeiros desistiram da cobrança.

Em 25 de março de 2007, o edifício foi novamente ocupado, desta vez por três movimentos: MSTC, MMRC (Movimento de Moradia da Região Central) e ASTCSP (Associação dos Sem-Teto da Cidade e São Paulo). A única manifestação da família Sznifer na época foi um boletim de ocorrência relatando uma invasão. O processo de reintegração de posse só foi aberto cinco anos depois, em março de 2012, e que está atualmente suspenso.

Durante este processo, a advogada dos moradores da ocupação Rosângela Maria Rivelli Cardoso sustentou que os ocupantes têm direito ao edifício, uma vez que o artigo 183 da Constituição Federal define que a posse ininterrupta, por cinco anos, de até 250 metros de área urbana para moradia transfere o domínio, desde que a pessoa/família não possua outra imóvel. No processo denominado “usucapião urbano”, que trata da aquisição pela posse prolongada no tempo.

No entanto, o juiz Carlos Eduardo Borges Fantacini, da 26ª Vara Cível, decidiu pela liminar de reintegração de posse favorável à família Sznifer por entender que houve comprovação da propriedade, com base no artigo 926 do antigo Código de Processo Civil – decisão que veio a ser barrada depois pela Defensoria Pública naquele ano.

A Ocupação Mauá quase se tornou parte de um programa habitacional em 2013, quando o prédio seria comprado pela prefeitura, na época, um imbróglcio jurídico travou as negociações. A prefeitura, na gestão Fernando Haddad (PT), chegou a depositar R\$ 11 milhões para a compra do local. Logo depois de o petista perder as eleições municipais, em 2016, um perito avaliou que o imóvel valia o dobro, e a

Cohab pediu a devolução do dinheiro já disponibilizado afirmando não ter como arcar com a nova estimativa de custos

Em 2017 sob mais uma ameaça de despejo a comunidade da Mauá conquistou uma importante vitória. Segundo reportagem do portal UOL¹⁹, foram mais de 35 reuniões envolvendo representantes da prefeitura, proprietários e sem-teto até que em reunião realizada em 12/12/2017 foi firmado um acordo de compra do imóvel por parte da prefeitura com o valor negociado em R\$21,1 milhões.



Figura 32: Ocupação Mauá. 2018, Minota, 50mm, Kodak ProImage, ISSO 100

Apesar da importante vitória conquistada, a luta por moradia empreendida por estas famílias ainda está longe do fim. Dos descendentes diretos, apenas Sara e Abram estão vivos, desta forma, o processo de transferência da titularidade do imóvel tem se estendido e sido repassado em um inventário da família, que também abarca outros herdeiros, e é um dos principais entraves para a passagem da posse para a prefeitura. Outro imbróglio burocrático é que, para realizar essa transferência, de acordo com o Código de Processo Civil, o imóvel precisa estar vazio. Somados esses fatores há, ainda, a incerteza de que o projeto habitacional para o local

¹⁹ Fonte: UOL Notícias (<https://bit.ly/2BTXGEE>, acesso em 12/12/2018)

atenda as famílias que há 11 anos o ocupam e reivindicam a propriedade do edifício.

Era uma tarde de domingo em julho de 2018, o céu quase sem núvens e a temperatura amena quando desembarquei na estação da Luz. Ao chegar na rua a situação era muito diferente da imagem gravada na memória. A Luz da minha infância e adolescência era colorida pelas lojas populares abarrotadas de produtos e pelas lonas das barracas dos vendedores ambulantes, as ruas daquelas tardes estavam sujas, e uma dezena de moradores de rua se abrigavam na marquise da velha estação. Resultado das tentativas de “revitalização” da região.

Acendi um cigarro, no fone de ouvido Sabotage cantava que “um bom lugar se constrói com humildade”. Estava esperando minha amiga, Carol Layate: arquiteta e ativista do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), quem faria a ponte entre mim e o Seu Nelson, uma das lideranças da Ocupação Mauá. Meu telefone tocou após uns minutos de espera. Ela me disse para caminhar até a portaria da ocupação, e que chegaria em pouco tempo. A encontrei em frente a entrada da ocupação. Uma parede espremida entre as lojas, pintada de vermelho e branco com um saci desenhado em traços simples, e a citação do artigo 3 da Declaração dos Direitos Humanos: todo indivíduo tem direito à vida , à liberdade e à segurança pessoal. Carol chegou em sua bicicleta, vestia uma calça preta e uma camiseta branca, no rosto o sorriso franco e aberto. Nos dirigimos à portaria e pedimos para conversar com o Seu. Nelson. Quem nos atendeu foi Adriano Alves, conhecido pelos moradores como Sukita, um dos coordenadores da ocupação. “Olha, não vi Nelsinho sair de casa. Vocês querem o telefone dele?” (sic). Nelson da Cruz Souza veio até nós, vestia uma camiseta vermelha com a imagem icônica de Che Guevara. Com um sorriso no rosto, o baiano de 57 anos deu um abraço caloroso em Carol, que nos apresentou.

Assim ficamos por cerca de meia hora em frente a ocupação, Carol, Sukita, Nelson, e eu conversamos sobre algumas amenidades. Sukita mencionou que a comunidade havia contraído um empréstimo para adequar as instalações do edifício para a eventual inspeção da defesa civil que ocorreria por conta do acidente no prédio de vidro, também comentaram sobre problemas que a Prestes Maia estava enfrentando, e com as devidas apresentações feitas, combinamos que voltaria na semana seguinte para mais uma conversa.



Figura 33 Entrada do prédio com o Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.²⁰

Atualmente a Ocupação Mauá abriga 237 famílias num total de 940 pessoas das quais 180 são crianças e pré-adolescentes que vivem com os pais. A ocupação hoje é mantida por três siglas de movimentos de luta por moradia: o MMLJ (Movimento de Moradia na Luta pela Justiça), a ASTC (Associação dos Sem Teto do Centro) e o MMRC (Movimento de Moradia da Região Central). Um caso bastante peculiar dada a fragmentação e variedade de associações e grupos que militam pela causa na região central da capital paulista. No pátio central da ocupação, um espaço aberto onde são realizadas as assembleias e eventos culturais promovidos pela comunidade, Seu Nelson nos falou um pouco sobre a dinâmica da convivência dos três movimentos: “Olha... (pausa) Eu sozinho, eu sou fraco. Qualquer ser humano sozinho é fraco, mas se estiver com dois, três, Ele é forte. E pra ocupar aqui teve a ideia de se juntar três movimentos, ideia brilhante. Só que isso não vai acontecer toda hora. Isso porque cada um tem a sua mentalidade, cada um tem a sua ideologia. Eu acho que isso não vai acontecer mais. Juntar três movimentos para dar sustentação para uma ocupação como essa, eu acho difícil. O tempo é outro.” (sic)

²⁰ Por: Vitória Macedo Castro, 2018 (<http://agemt.org/?p=20918> acesso em 18/12/2018)

Os elevadores encontram-se desativados, o acesso às moradias espalhadas pelos seis pavimentos do edifício é feito pelas escadas. Cada família ocupa um dos antigos quartos do hotel, os banheiros e as lavanderias no final de cada corredor são de uso coletivo. Para cada andar existe um coordenador, e as atividades de limpeza, conservação, manutenção e segurança são divididas entre os moradores. O cheiro de limpeza é uma característica marcante do espaço, quase uma obseção dos moradores, Seu Nelson afirmou que quando o edifício foi ocupado foram retirados mais de oito caminhões de lixo e entulho. Em matéria para o portal Ponte Jornalismo, a empregada doméstica Solange Barbosa declarou: “Quando a gente chegou isso aqui era tudo lixo. Tinha muito rato, inseto, pulga. No começo, a gente colocou um colchão no chão e os meus meninos acordavam picados de inseto”. A moradora conta que para chamar o espaço de lar, ela e seu companheiro revestiram o chão do quarto com cerâmica, instalaram uma pia, um guarda-roupa separa o quarto do casal e do filho mais novo, e o banheiro coletivo no andar é o espaço que mais se orgulham de terem ajudado a reformar.

A política é parte integrante do cotidiano dos habitantes da Ocupação Mauá. Todas as decisões e comunicados referentes a situação jurídica da comunidade são feitas em assembleia. A exemplo do que ocorre em outras ocupações coordenadas pelos movimentos que lideram a comunidade da Mauá, há um sistema de pontuação que valoriza os integrantes que participam dos mutirões de limpeza, eventos culturais, conselhos participativos da cidade, e outras atividades do movimento. Essa pontuação determina, por exemplo, a escolha de beneficiários de outros programas habitacionais dos quais as siglas fazem parte. Além disso há um rígido código de convivência. A portaria funciona por 24 horas, sete dias por semana, mas a permanência de visitas só é permitida até às 22:00. É proibido o consumo de álcool nas áreas comuns, casais não podem tomar banho juntos nos banheiros coletivos. Condutas como a violência doméstica e o tráfico e consumo de drogas ilícitas são passíveis de expulsão. Os moradores pagam uma contribuição de R\$ 200,00 cuja finalidade é a manutenção do prédio. Há casos de isenção, como os dos coordenadores, já que esse trabalho é considerado voluntário. Algumas famílias podem não conseguir arcar com o valor, mas são incentivadas a contribuir assim que conseguirem se estabilizar. “Nós somos pobres, e morando no centro da cidade como nós moramos, se não tivermos um mínimo de organização nós vamos ser

excelência que sustenta o eixo cultural”, conforme descrito na última versão do projeto urbanístico, de julho de 2011. Em uma disputa judicial que durou até janeiro de 2013, a proposta foi engavetada pela gestão do então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad graças a uma ação civil movida pela Defensoria Pública e acatada pelo Tribunal de Justiça do Estado que decidiu pela revisão do projeto com participação social.

O Conselho Gestor responsável por uma das ZEIS (Zona de Interesse Social) na época apontava que a prefeitura não seguia as previsões legais no que diz respeito à participação popular para discutir, definir e aprovar o que poderia ser realizado nas áreas alvo do projeto. A principal questão envolvida era o modelo de concessão urbanística, sancionado em lei, em 2009, pelo então prefeito Gilberto Kassab (2006-2008 e 2009-2012), que previa a desapropriação de imóveis para que empresas pudessem explorá-los economicamente e realizarem intervenções urbanas mediante licitação. A contrapartida seria a realização de obras públicas. A modalidade foi lançada em 2005, pela gestão José Serra (2005-2006), com o argumento de reurbanizar, revitalizar e requalificar a área. Visão esta que não leva em conta o caráter de ocupação popular adquirido pelo território ao longo dos últimos anos.

Seu Nelson, que conhece cada comerciante vizinho, e chama os garis que trabalham na região pelos seus nomes destaca: “A rua era deserta. Os vizinhos que estão por aqui há não sei quantos anos dizem que isso aqui era um ermo. As pessoas tinham medo de passar na rua. E hoje não. Passa bacana, burguês, passa todos e todas. Porque a entrada desse prédio parece uma cidade, toda hora entra e sai gente. Seja dia, ou seja noite. Agora que os poderes públicos são os maiores responsáveis do abandono da cidade e da rua, isso todo mundo sabe. E aí o povo pobre e sem teto faz com que as coisas aconteçam.” (sic)

Em uma cidade na qual mais de 60% da terra urbana é propriedade de apenas 2% da população, o número de sem-teto é muito maior do que a estatística aponta. Em um ambiente de crise econômica como o que vivemos atualmente, pessoas que comprometem mais de um terço de suas rendas com o pagamento de aluguéis, que dividem imóveis com amigos, ou que se abrigam na casa de parentes até que suas dificuldades financeiras se resolvam também engrossam as estatísticas do déficit habitacional. Um exemplo disso é a empresa Porto Seguro que detêm cerca

de 47 imóveis nos bairros do Bom Retiro e na Santa Ifigênia, esse fato aliado aos recentes investimentos do poder público na região ajuda a inflacionar o aluguel de um quarto de cortiço que pode chegar a até R\$800,00 por mês. Um valor impagável para a população economicamente mais vulnerável.

As famílias que ocupam o edifício na Rua Mauá apresentam diversos perfis, desempregados ou empregados massacrados pelas idas e vindas entre o trabalho no centro e a casa na periferia. “Eram pessoas que perdiam a vida dentro de um trem e não viam seus filhos crescerem. Agora a gente tem mães que trabalham a 15 minutos daqui e passam em casa na hora do almoço para comer e levar os filhos para a escola”, afirma o MMLJ em sua página na internet.

A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio ativo do espetáculo: a não participação. A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores, O papel do público, senão passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores mas, num sentido novo do termo, vivenciadores. (DEBORD, 1957)

“Quem não luta tá morto!” é o lema de Ivonete Araújo, coordenadora do MMLJ e uma das principais lideranças da Ocupação Mauá. Nete, como é mais conhecida foi moradora de rua e encontrou no movimento de luta pela moradia seu propósito de vida. Na busca pelo atendimento de uma necessidade básica: um teto, essas pessoas seguem caminhando em uma linha tênue entre a ilegalidade e a legalidade apropriando-se de estratégias de ambos os lados e dessa forma se afirmando como uma ilha de resistência no contexto de um conflito onde são nitidamente o lado mais fraco. Ao reivindicarem seu lugar na cidade ao criarem um espaço concreto de apropriação da cidade como lugar de trabalho e moradia, os habitantes da Mauá tomam para si o significativo vazio do direito à cidade. E refazendo a cidade, refazem a si próprios. Ocupando a cidade, resistindo e re-existindo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Zizek (2012), o ano de 2011 foi “o ano em que sonhamos perigosamente”. As manifestações de rua na praça Tahrir (Cairo, Egito), os protestos na Praça do Sol (Espanha), o *Occupy Wall Street* (Estados Unidos) e tantas outras espalhadas pelo mundo, teriam marcado o ano de 2011 como o ano de ressurgimento de uma política emancipatória radical em todo o mundo e que marcaria a década. Já no final da década de 10 é possível notar a fragilidade deste despertar. A Primavera

Árabe sucumbiu ao fundamentalismo religioso, a revolução “bolivariana” na Venezuela entrou em um retrocesso cada vez maior, a guinada conservadora na União Europeia, além das eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, e recentemente a ascensão de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto.



Figura 36: Ocupação Mauá. Corredor de Acesso

Em sua proposta de governo²³ o atual presidente do Brasil deixa muito clara como será sua postura frente aos movimentos sociais que têm na ocupação radical dos espaços sua principal estratégia. Na conclusão de suas propostas para a segurança pública, Jair Bolsonaro é enfático: tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas em todo território nacional, além de retirar da constituição qualquer relativização da propriedade privada, apontando como exemplo as restrições e instrumentos legais instituídos no Estatuto das Cidades. A justiça, assim como o direito são discussões na esfera da moral. As intenções do novo governo são um sintoma do contexto de criminalização dos movimentos populares e a consequente judicialização das lutas sociais.

Para o aluno de Lefebvre, Jean Baudrillard (1929-2007), os atentados de 11 de setembro de 2001 que derrubaram as torres gêmeas do World Trade Center nova-

²³ <https://bit.ly/2MOfqEP> acesso em 05/10/2018

iorquino puseram fim a estagnação dos anos 90. Definida pelo escritor argentino Macedônio Fernandes como a "greve dos acontecimentos", o primeiro ano do século XXI foi marcado por um ato que, na opinião do pensador francês, superara todos os outros, o que o levou a publicar um de seus textos mais polêmicos ao mergulhar fundo no chamado "espírito do terrorismo".

Quanto mais forte é um sistema, maior é sua vontade de se autodestruir. Na medida em que sua organização em rede se torna mais esplêndida, paradoxalmente ela se torna mais vulnerável. Um exemplo disso foi o temor que o vírus *I Love You*, criado por um rapaz filipino, causou em todas as redes domésticas do mundo inteiro. É a própria crueldade dessa lógica mundializante que cria as condições ideais para essa réplica brutal. Sendo o terror uma imagem de nós mesmos refletida num espelho que temos recusa em encarar.

A queda das torres provocou no mundo inteiro um misto de fascínio e condenação moral, tal fascínio brota da alergia, felizmente universal, a qualquer ordem definitiva, e as duas torres, justamente em sua geminação, encarnavam essa ordem definitiva, dando aos terroristas a vantagem dessa cumplicidade que é moralmente inconfessável. Criada pelas condições do próprio sistema, esta réplica brutal, se configurou como um desafio imposto pelo excesso de poder. Desafio que exigiu como resposta um ato onde qualquer troca é impossível, forçando aquele monumento curvar-se diante de seu espelho e desaparecer no pó.

Baudrillard (2002) define o terrorismo como um ato que restitui uma singularidade irreduzível a um sistema de trocas generalizado. Um ato que não visa mais transformar o mundo, mas assim como no tempo das heresias, busca por uma radicalização através do sacrifício, enquanto o sistema molda o mundo pelo uso da força.

Desta forma, ao desafiar a "lei natural" da propriedade privada, os movimentos populares de ocupação do espaço sintetizam o espírito do terrorismo conforme proposto por Baudrillard. Ao deslocar a luta para a esfera do simbólico, essa população marginalizada desafia o sistema com um dom com o qual ele não pode responder senão com seu próprio desmoronamento.

[...] o trabalho subterrâneo está em andamento: a fúria está crescendo e haverá uma nova onda de revoltas. [...] Em *Passagens*, Walter Benjamin cita o historiador francês André

Monglond: “O passado deixou imagens de si nos textos literários, imagens comparáveis a imagens impressas pela luz em uma placa fotossensível. Somente o futuro possui reveladores ativos o suficiente para explorar essas superfícies perfeitamente.” (ZIZEK, 2012 p. 129)

A ação dos movimentos sociais de luta pela moradia devem ser lidas como sinais do futuro. Zizek aponta a necessidade de se inverter a perspectiva histórica usual que consiste em entender um evento fora de seu contexto e gênese. As atitudes e eventos radicais emancipatórios devem ser analisados como fragmentos de um futuro utópico que está inativo no presente como uma energia potencial oculta.

Segundo Deleuze, em Proust “as pessoas e as coisas ocupam no tempo um lugar que não se compara ao que têm no espaço”: a famosa *Madeleine* está no lugar certo, mas aquele não é seu verdadeiro momento. (ZIZEK, 2012 p. 130)

De maneira semelhante, podemos reconhecer, partindo de uma posição subjetiva engajada, que fenômenos como a Ocupação Mauá presentes no nosso espaço pertencem a um momento futuro emancipado.

O gesto utópico é o gesto que muda as coordenadas do possível, é mais do que o sonho idílico de uma sociedade ideal em total abstração com a vida real, utopia é uma questão de urgência inerente quando não é mais possível continuar com os parâmetros apresentados pela realidade. O discurso de Lefebvre ainda ressoa em um tempo de uma crise sistemática que atinge as esferas urbana, social e econômica. Exigir o impossível talvez seja uma postura tão realista quanto urgente e necessária.

Ainda há espaço para a utopia? Fizeram certa vez essa pergunta a Eduardo Galeano, como resposta ao entrevistador, o escritor uruguaio usou uma frase de Fernando Birri que acabou sendo atribuída a ele. A mesma pergunta havia sido feita em uma aula há muitos anos, e Birri respondeu: “Faço essa mesma pergunta há anos, para que serve a utopia, e se é que ela serve pra algo? Isso porque a utopia está no horizonte, e se está no horizonte, eu não posso alcançá-la. Porque se caminho dez passos, a utopia está a mais dez passos. Eu sei que jamais a alcançarei. Para que serve? Para isso. Para caminhar.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max, **Dialética do Esclarecimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 2006

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011

ARANTES, Otília, ... (et al), **A Cidade do Pensamento Único**, São Paulo, Editora Vozes, 2000

BAUDRILLARD, Jean **O Espírito do Terrorismo**, Porto, Campo da Letras, 2002

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, Rio de Janeiro Jorge Zahar Editora , 2000

BEY, Hakim **Caos: Terrorismo Poético e outros Crimes Exemplares**, São Paulo, Conrad, 2003

_____ **TAZ – Zonas Autônomas Temporárias**, São Paulo, Conrad, 2003

BRAGA, Ruy, **A Rebeldia do Precariado**, São Paulo, Boitempo, 2017

CAFFÉ, Carla, **Era o Hotel Cambridge: arquitetura, cinema e educação**, São Paulo, Edições Sesc, 2017

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian, **Comum: Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI**, São Paulo, Boitempo, 2017

DEBBORD, Guy **A Sociedade do Espetáculo**, Rio de Janeiro, Contraponto, 2017

FUKASAWA, BN; ..., (et al) **Reabilitação da moradia e o morar no centro: ocupação Mauá**, São Paulo, Trabalho de Formatura - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Departamento de Engenharia de Construção Civil. Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projetos da FAU, 2013

GIBSON, David **Manual do Fotógrafo de Rua**, São Paulo, Gustavo Gilli, 2016

GRENZ, Stanley **Pós-Modernismo: Um Guia para Entender a Filosofia do Nosso Tempo**, São Paulo, Vida Nova, 2008

GROSSMAN, Vanessa. **A Arquitetura e o Urbanismo Revisitados pela Internacional Situacionista**. São Paulo, Annablume; Fapesp, 2006.

GUARNACCIA, Matteo. **Provos: Amsterdã e o Nascimento da Contracultura**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2010.

HARVEY, David **A Produção Capitalista do Espaço**, São Paulo, Annablume, 2005

- _____ **Cidades Rebeldes.** São Paulo, Martins Fontes, 2014
- _____ **Condição Pós-Moderna.** São Paulo, Edições Loyola, 1992
- _____ **Dezessete Contradições e o Fim do Capitalismo.** São Paulo, Boitempo 2016
- _____ **Espaços da Esperança.** São Paulo, Edições Loyola, 2015
- HARVEY David, ... (et al) **Occupy: Movimentos de Protesto que Tomaram as Ruas.** São Paulo, Boitempo, 2015.
- HELENE, Diana **A Guerra dos Lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Territorial) – USP – FAU USP, São Paulo, 2009
- HOBBSBAWN, Eric, **A Era das Revoluções (1789-1848),** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014
- _____ **Era dos Extremos (1914-1991),** São Paulo, Companhia das Letras 2017
- HOME, Stewart. **Assalto a Cultura: Utopia, Subversão e Guerrilha na (anti) Arte do Século XX.** São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2004.
- HOLSTON, James, **Cidadania Insurgentes: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil,** São Paulo, Companhia das Letras, 2013
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA, **Situacionista: Teoria e Prática da Revolução,** São Paulo, Conrad, 2002
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA; JACQUES, Paola Berenstein, (org). **Apologia da Deriva: Escritos Situacionistas sobre a Cidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos Errantes.** - EDUFBA, Salvador, 2012
- LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital,** Rio de Janeiro, DP&A, 2001
- _____ **A Revolução Urbana,** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008
- _____ **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno,** São Paulo, Ática, 1991
- _____ **Critique of Everyday Life Vol.1,** Londres, New Left Books, 1991
- _____ **Critique of Everyday Life Vol.2,** Londres, Verso, 2002
- _____ **Hegel, Marx, Nietzsche,** Madrid, Siglo XXI, 1988
- _____ **La Production de l'Espce,** Paris, Anthropos, 2000
- _____ **Lógica Formal, Lógica Dialética,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991

- _____ **O Direito à Cidade**, São Paulo, Editora Documentos, 1969
- _____ **O Fim da História**, Lisboa, Editora D. Quixote, 1971
- MARICATO, Erminia, **Brasil, Cidades**, Petrópolis, Vozes, 2013
- _____ **O Impasse da Política Urbana no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 2014
- _____ **Para Entender a Crise Urbana**, São Paulo, Expressão Popular, 2015
- MARICATO, Erminia ... (et al.), **Cidades Rebeldes, Passe Livre e as Manifestações que Tomaram o Brasil**, São Paulo, 2013
- MARIN, Louis, **Utopies: Spatial Play**, Londres, Palgrave Macmillian, 1984
- MARX, Karl, **A Guerra Civil na França**, São Paulo, Boitempo, 2016
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **Manifesto Comunista**, São Paulo, Boitempo, 2017
- PEREIRA, Carlos Alberto. **O que é Contracultura**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988
- PINDER, David. Lefebvre, **Utopian and the Urban Question**. International Journal of Urban and Regional Research Vol. 39, n. 1, p 28-45, Erkner, 2015
- ROLNIK, Raquel, **Guerra dos Lugares**, São Paulo, Boitempo, 2015
- ROSSBACH, Ana Cláudia, ... [et al.] **O Estatuto da Cidade: A Velha e a Nova Agenda Urbana**, São Paulo, Publisher Brasil, 2016
- SANTOS, Milton, **A Urbanização Brasileira**, São Paulo, HUCITEC, 1993
- _____ **A Urbanização Desigual**, São Paulo, EDUSP, 2012
- _____ **Espaço e Método**, São Paulo, Nobel, 1985
- SINGER, Paul, **Urbanização e Desenvolvimento**, Belo Horizonte, Autêntica, 2017
- STUART, Elden, **Understanding Henri Lefebvre: Theory and Possible**, Londres, Continuum, 2004
- VANEIGEM, Raoul **A Arte de Viver para as Novas Gerações**, São Paulo, Conrad, 2002
- SLAVOJ Zizek, **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo, Boitempo, 2012